

# Economia política para trabalhadores

MANZANO, Sofia 2013

ECONOMIA POLÍTICA PARA TRABALHADORES | Sofia Manzano

Cadernos do ICP  
Instituto Caio Prado Jr

**ICP**

## **Economia Política para trabalhadores**

**Sofia Manzano**

**2**

Os Cadernos do ICP são uma contribuição teórica à formação daqueles que precisam construir um cabedal intelectual para enfrentar as tarefas da revolução brasileira: afinal, segundo Lenin, sem teoria revolucionária, não existe prática revolucionária.

As temáticas que serão pautadas pelos cadernos guardarão estreita ligação de estudo e pesquisa com as questões da teoria marxista nas suas mais originais formulações, a exemplo dos estudos do próprio Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Geörgy Lukács, István Mészáros, Trotski, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, José Carlos Mariátegui, Rosa Luxemburgo, Louis Althusser, Nicos Poulantzas e tantos outros teóricos desse campo.

As questões da revolução, do socialismo, do Estado, da transição, do capitalismo, da formação social brasileira, das diferentes interpretações da realidade concreta, da tática e da estratégia para a revolução brasileira, dos movimentos sociais não fragmentários, das lutas dos trabalhadores e do operador político enquanto intelectual coletivo serão alguns dos temas constantes nos Cadernos do ICP.

Copyright by Instituto Caio Prado Jr. — 2013

Coordenação dos Cadernos do ICP (coleção): Milton Pinheiro

Conselho Editorial: Angélica Lovatto (UNESP); Edmilson Costa (ICP); José Paulo Netto (UFRJ); Luiz Bernardo Pericás (USP); Milton Pinheiro (UNEB); Ricardo Costa (FDR); Sofia Manzano (USJT).

Edição técnica-revisão: Geraldo Martins

Revisão: Cesar Mangolin

Projeto gráfico, capa e diagramação: Zap Design

Impressão e acabamento: Cromosete

Capa: Zap Design

Manzano, Sofia

Economia política para trabalhadores / Sofia Manzano. Cadernos do ICP nº 2. São Paulo: ICP — 2013.

Inclui bibliografia

ISBN 978-8566538—00-7

1. Economia Política. 2. História Econômica. 3. Marxismo.

Índice para catálogo sistemático

Economia                    330

Todos os direitos desta edição reservados ao Instituto Caio Prado Jr.

Rua Doutor Alfredo Ellis, 183, sala 124

Bela Vista — São Paulo - SP

CEP 01322-050

icaioprado@gmailcom

# Sumário

Apresentação.....	5
Capítulo 1: A economia política concreta e real.....	6
1.1 - O que e porque produzir.....	7
1.2 — Quais são os elementos fundamentais para se produzir.....	7
1.3 — Como produzir.....	9
1.4 - A divisão social do trabalho.....	13
1.5 - A troca.....	16
1.6 — O valor e a teoria do valor.....	17
1.7 - O dinheiro e a moeda.....	19
1.8 - O capital: valor que se valoriza.....	21
Capítulo 2: A formação do capitalismo.....	25
2.1 - A transição e o surgimento do capitalismo.....	25
2.1.1 — As corporações de ofício.....	31
2.2 - O Antigo Regime: Absolutismo.....	31
2.3 - O capitalismo originário inglês.....	37
2.3.1 A revolução industrial inglesa.....	38
Capítulo 3: O capitalismo contemporâneo.....	43
3.1— Capital monopolista e o imperialismo.....	44
3.1.1 — Concentração de capital.....	44
3.1.2 - Centralização de Capital.....	45
3.2 - De onde vêm as crises?.....	47
3.2.1 - A crise sob uma perspectiva científica.....	49
3.3 — O pós-guerra e o Estado de bem-estar social.....	50
3.4 - O capitalismo mundializado do século XXI.....	54
Capítulo 4: O trabalho, o capital e a produção.....	57
4.1 — Os mercados tipicamente capitalistas.....	57
4.1.1 - O mercado de terra.....	57
4.1.2 — O mercado de trabalho.....	59
4.1.3 — O mercado de capitais.....	61
4.1.3.1 — Os bancos.....	63
4.1.3.2 — As bolsas de valores.....	64
4.2 - Estruturas de produção.....	66
4.2.1 - Setores de atividade.....	67
4.3 - Estruturas de mercado.....	68
4.3.1 - Ampla concorrência ou concorrência perfeita.....	68
4.3.2 - Oligopólios.....	69
4.3.3 — Monopólios.....	70
Capítulo 5: O complexo da política econômica.....	72
5.1 — Produto Interno Bruto.....	72
5.2 — Balanço de pagamentos.....	74
5.3 — A política econômica.....	77
5.3.1 — Objetivos da política econômica.....	79
5.3.2 — Instrumentos da política econômica.....	79
5.4 - Política fiscal, deficit e dívida pública.....	79
5.4.1 – Tributação.....	79
5.4.2 — Gasto público.....	81
5.4.3 — Deficit público.....	82
5.4.3.1 — O financiamento do deficit público.....	82
5.4.4 — Dívida pública.....	83
5.4.4.1 – A origem fiscal e monetária da dívida pública.....	85
5.5 — Política monetária.....	85

5.5.1 — Características e funções da moeda moderna.....	88
5.5.2 – Demanda de moeda.....	88
5.5.2.1 — Ativos e moeda.....	89
5.5.3 — Oferta de moeda.....	90
5.5.4 — A política monetária: o sistema monetária e o sistema financeiro.....	91
5.5.5 — Instrumentos de política monetária.....	91
Bibliografia.....	93
Sugestões adicionais de leitura.....	96

# Apresentação

Entregamos ao público leitor o segundo número dos “Cadernos do ICP”. O tema deste volume aborda a questão da economia política para trabalhadores.

A mistificação dos aspectos econômicos da sociedade capitalista atual transforma os assuntos da economia ou em coisa para especialistas, ou em elementos autônomos do real que se movem por si só e nada têm de humano. O objetivo deste caderno é trazer a economia para a realidade. Assim, a abordagem deve ser necessariamente marxista. Como uma ciência social que trata da produção e das relações sociais que a compõe, a economia não está fora nem acima da história e da sociedade, ou seja, dos homens e mulheres que a dirigem, consciente ou inconscientemente.

Este caderno surgiu a partir das aulas de economia na universidade e dos cursos que a autora realizou para trabalhadores, onde ela pôde tratar a economia como uma disciplina ligada à sociologia, ciência política, à história e ao direito.

O caderno é composto por duas partes, sendo que, na primeira, a autora trata dos conceitos gerais e da história pela qual a humanidade atravessou para chegarmos onde nos encontramos. Na segunda parte, o ponto de partida são os conceitos utilizados pela economia vulgar, tratados de forma desmistificadora, ou seja, o que se pretende é mostrar a verdade, por trás de nomenclaturas e conceitos que circulam no dia a dia de nossos estudantes e trabalhadores como unidades praticamente autônomas da vida real.

Este caderno não é uma crítica da economia política, tampouco uma análise da economia atual, é um texto básico em apoio aos interesses do campo do trabalho, que pretende tão somente aproximar os trabalhadores e estudantes dos conceitos e do real funcionamento da economia atual, sem a naturalização e a fetichização com que aparecem nos manuais e na literatura em geral. Por outro lado, utilizamos textos dos autores que formularam esses conceitos de forma a aproximar os estudantes e os trabalhadores dos clássicos.

Trechos de grandes autores clássicos estão entremeados nos capítulos, como leitura complementar, ou mesmo em citações maiores, de forma a apresentar aos trabalhadores e estudantes os originais criadores daqueles conceitos. Não consideramos que, para o didatismo que pretendemos, fossem suficientes apenas referências bibliográficas que auxiliassem a pesquisa daqueles mais interessados. A autora quis, com isso, trazer os próprios textos em apoio para a sala de aula e para os cursos que ministra para trabalhadores.

Portanto, este caderno não é uma visão simplificadora de *O capital*, de Karl Marx, mas, sim, um texto que pretende apresentar os conceitos da economia, a partir de uma abordagem marxista, que permitam aos trabalhadores compreender os mecanismos pelos quais o complexo do processo de produção se desenvolve e desvendar os mecanismos ocultos da acumulação de capital.

A contribuição da professora Sofia Manzano permite aos estudantes e trabalhadores ter acesso a um conhecimento que a burguesia não só mistifica, como também faz questão de torná-lo hermético para manter alienados os trabalhadores e encobrir o processo de exploração.

Bom estudo!  
Milton Pinheiro

# Capítulo 1: A economia política concreta e real

A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, embora essas relações estejam sempre ligadas a coisas e apareçam como coisas.

Friedrich Engels

Quando iniciamos um estudo sobre economia política, vem a nossa mente tudo aquilo que em nosso dia a dia associamos com a economia, por exemplo, dinheiro, banco, consumo, troca, mercado, investimento, capital, renda, riqueza etc. Também faz parte do senso comum acreditar que ser econômico é exercer a contenção e a moderação dos gastos de nossas rendas e riquezas, poupando-as. Percebemos que qualquer um de nós, na ação cotidiana, está o tempo todo tratando da economia, sem muito pensar sobre ela. Por isso acreditamos que a economia sempre foi assunto que tratou do dinheiro e da riqueza da forma como a vemos hoje. Mas será que a economia é uma exclusividade dos tempos modernos? Será que apenas nas sociedades em que a circulação monetária é intensa podemos falar em economia? Ou será que em outros tempos históricos, outros povos e outras civilizações também tinham uma economia?

Neste livro, que tem por objetivo estudar a economia capitalista contemporânea, iniciaremos discutindo o significado primeiro da economia para, a partir daí, observarmos como os elementos que pensamos fazer parte da economia moderna (como o dinheiro, banco, consumo, troca, mercado, investimento, capital, renda, riqueza etc.) surgiram e ganharam conteúdo concreto na atualidade.

A palavra economia apareceu na Grécia antiga e tinha o seguinte significado: *oikos*=casa + *nomos*=norma, organização; isto é: casa + organizar, administrar, ordenar. Pode ainda ser traduzido como o “Governo da Casa” (Aristóteles, 2009:53). Esse significado remete à forma de organização de tudo aquilo que era necessário para a reprodução cotidiana da vida, tudo o que a família necessitava para viver, segundo as condições da época. Portanto, podemos dizer que a economia é a forma de produção que, na antiga Grécia, concentrava-se no espaço doméstico, onde os escravos produziam quase tudo o que era necessário para satisfazer tanto as necessidades do corpo (como alimentos, vestimentas, casas e utensílios), quanto as da fantasia (música, literatura, divertimento etc.).

A principal sociedade natural, que é a família, formou-se, portanto, da dupla reunião do homem e da mulher, do senhor e do escravo. O poeta Hesíodo tinha razão ao dizer que era preciso antes de tudo “a casa, e depois a mulher e o boi lavrador”, já que o boi desempenha o papel do escravo entre os pobres. Assim, a família é a sociedade cotidiana formada pela natureza e composta de pessoas que comem, como diz Carondas, o mesmo pão e se esquentam, como diz Epimênides de Creta, com o mesmo fogo. (Aristóteles, 1998:3)

Mesmo considerando os milênios que nos separam dos gregos antigos e as grandes mudanças que ocorreram na forma de produzir para a subsistência humana, a economia, que é um ramo das ciências sociais, estuda o *processo de produção* de todas as coisas que se destinam a *satisfazer as necessidades* dos seres humanos\*. Quando falamos de processo de produção devemos considerar tanto as diferentes formas *técnicas de se produzir*, quanto as *relações sociais* que as diferentes sociedades, em suas épocas históricas, desenvolveram e criaram para constituir o processo de produção. Essas *relações sociais* são as diferentes formas de organização do homem, as classes sociais em que se dividem e as relações que estabelecem entre si para produzir e viver em sociedade. Portanto, **o estudo da economia política significa o estudo do processo de produção e das relações sociais relativas a ele.**

---

\* Nota do digitalizador: para os conceitos filosóficos de Marx derivados desse processo de satisfação das necessidades humanas, um bom texto introdutório encontra-se em [“Introdução à filosofia de Marx”, Lessa & Tonet, São Paulo : Expressão Popular 2011.](#)

## 1.1 - O que e porque produzir

Para garantir nossa vida, temos a obrigação de satisfazer determinadas necessidades que são vitais: comer, beber, vestir-se, abrigar-se das intempéries. Necessidades que devem ser satisfeitas diariamente desde os primórdios da humanidade. A satisfação dessas necessidades vitais exige do homem a produção. Mesmo que fosse andar pelas florestas e campos em busca de uma fruta ou de um animal para comer, o homem sempre teve que exercer certo esforço, *uma quantidade de trabalho*, para conseguir satisfazer suas necessidades.

Na medida em que exercem um trabalho sobre a natureza para satisfazerem as necessidades básicas, os homens criam novas necessidades, e estas passam a ser necessidades socialmente criadas<sup>1</sup>. Modernamente, podemos considerar como necessidades básicas dos homens um conjunto de coisas muito mais amplo do que os alimentos, a água, as vestimentas e o abrigo. Portanto, quanto mais o homem interage com a natureza e a transforma para satisfazer-se, cria novas necessidades e novas formas de produção que, por sua vez, ampliam ainda mais as necessidades, formando um *continuum* que se alimenta reciprocamente.

Esse movimento histórico-social de satisfação das necessidades, tendo por consequência a criação de novas necessidades, ocorre porque, ao contrário dos outros animais que também têm que se esforçar para satisfazê-las, os seres humanos, na medida em que exercem o trabalho sobre a natureza para conseguir alimentos, vestimentas, proteção etc., adquirem também conhecimento, consciência de si e do mundo ao seu redor. **Portanto, ao transformar a natureza com seu trabalho, o homem transforma a si mesmo, aprende, compreende, toma consciência de si e da natureza, ou seja, se desenvolve.**

Podemos assim designar o *desenvolvimento* como o contínuo movimento de ação social sobre a natureza para satisfazer as necessidades e o aprendizado que essa ação nos proporciona. O que nos leva a um patamar diferente de ação sobre a natureza. O desenvolvimento é, portanto, a criação contínua de conhecimento sobre as formas de produzir. Hoje, considera-se desenvolvido aquele país ou região que é capaz de produzir novas tecnologias, avançar cientificamente em diversas áreas e, inclusive, melhorar as condições de vida de suas populações. É verdade que o desenvolvimento, sendo o crescimento contínuo do conhecimento, é o melhor meio de melhorar as condições de vida da população, mas apenas o desenvolvimento não é suficiente.

## 1.2 — Quais são os elementos fundamentais para se produzir

Qualquer processo de produção, em qualquer época, tem em sua origem duas coisas absolutamente necessárias: a NATUREZA e o TRABALHO. A natureza, pois é dela que saem todos os elementos físicos e concretos para a satisfação das necessidades; e o trabalho, pois os elementos da natureza não “saem andando sozinhos até a nossa mesa”, é necessário buscá-los.

NATUREZA ou RECURSOS NATURAIS: todos os elementos constitutivos da natureza servem de base objetiva para a produção daquilo que satisfaz as necessidades humanas. Porém, no processo de desenvolvimento das técnicas de produção, cada elemento da natureza tem sua importância em determinado momento histórico.

Pode ocorrer que um recurso natural, que teve serventia no passado, não seja utilizado atualmente, e vice versa, devido à tecnologia utilizada para extraí-lo e transformá-lo. Por exemplo: o petróleo abaixo do pré-sal, descoberto há pouquíssimo tempo, já estava lá há milhões de anos, mas só agora passa a ser um Recurso Natural econômico, passível de ser utilizado no processo de

---

<sup>1</sup> Matar a fome requer a ingestão de certa quantidade de calorias na forma de alimentos, mas a forma como matamos a fome é muito diferente: comer carne crua de um animal que acabou de ser morto pelas nossas próprias mãos é muito distinto de saborear um churrasco bem passado em uma churrasqueira. Não é só o fato de uma carne estar crua e a outra cozida, mas a forma como obtemos a carne que iremos nos alimentar, a forma como a preparamos, a forma como a repartimos entre aqueles que nos rodeiam, são construções sociais que mudam as relações de produção e criam novas necessidades.

produção. Por outro lado, durante muito tempo, o óleo de baleia era fundamental para a iluminação, já que não existia energia elétrica. Hoje, o óleo de baleia, apesar de ainda servir para outras banalidades, perdeu sua importância no processo produtivo.

Na atualidade, como o processo de produção é bastante amplo e complexo, quase todos os recursos naturais participam dele. Os Recursos Naturais, portanto, são compostos pelas terras (para a agricultura e pastagem); pelos recursos hídricos (rios, lagos, oceanos); pelas jazidas (de minérios, petróleo, elementos químicos); florestas (madeira, biodiversidade já pesquisada); vento (utilizado na produção de energia eólica); etc.

TRABALHO: o trabalho que importa no processo produtivo é o TRABALHO HUMANO, que transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Outros animais agem sobre a natureza e a transformam com objetivo de satisfazer suas necessidades, mas esses animais o fazem de forma instintiva. O ser humano, ao contrário, trabalha conscientemente. Antes mesmo de agir, já tem em mente o que quer da natureza. Nesse sentido, da ação, o trabalho humano é teleológico<sup>2</sup>. O homem, mesmo antes de trabalhar, tem um *interesse consciente*, sabe o que quer e porque quer. Mas esse interesse consciente não é subjetivo e não vem de uma esfera extra-humana que nos transmite “magicamente” o saber de como trabalhar a natureza. É o próprio homem, em sua histórica relação de produção — e interação com a natureza — quem desenvolve o conhecimento para dominá-la. Por outro lado, no cotidiano da vida, parece-nos que a forma como vamos produzir nossa existência já está dada por uma estrutura social e natural dentro da qual devemos nos encaixar. Isso também é verdadeiro. O que existe é uma relação dialética entre a ação transformadora do homem sobre a natureza e desta sobre a consciência do homem, no processo histórico. Nesse sentido, Carlos Nelson Coutinho afirma:

A economia não se apoia simplesmente em projetos e desejos subjetivos, mas num sistema de leis objetivas. Se ela não é *apenas* uma antropologia, *mas também uma ontologia*, isso se deve precisamente ao fato de que reproduz conceitualmente esse sistema de leis independentes da vontade e da consciência dos homens. Essa legalidade objetiva processa-se em dois níveis, “abaixo” e “acima” dos projetos e desejos individuais. “Abaixo” está a legalidade natural, que se subdivide, por seu turno, em dois momentos: por um lado, o momento interior ao homem, expresso como impulso biológico de conservação, o qual, embora se torne consciente no desejo, opera independentemente da consciência e da vontade do indivíduo; por outro, o momento exterior ao homem, ou seja, o conjunto de complexos causais físico-químicos que o homem deve mobilizar no ato do trabalho, na dominação da natureza. “Acima” do desejo subjetivo, está a legalidade social específica, decorrente da universalização do trabalho em objetivações relativamente autônomas, as quais também não dependem da vontade e da consciência dos indivíduos. (Coutinho, 2010: 217-218)

Vemos, portanto, que no processo de produção, na economia, os homens satisfazem suas necessidades, que aparecem na consciência como desejos, mas que não dependem subjetivamente deles, pois a fome independe do desejo e da vontade, ela é objetiva. Assim como são objetivos os recursos naturais que estão disponíveis, com suas qualidades físico-químicas, sobre as quais os homens deverão aplicar seu trabalho para produzir. Por outro lado, essa ação humana de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades está inserida num dado complexo social, que também não depende da subjetividade do indivíduo. Hoje, quando tenho fome, abro a geladeira, ou vou ao mercado comprar alimentos, não saio com uma lança para caçar um animal ou apanhar uma fruta.

Vejamos o que Marx e Engels nos dizem sobre isso:

O mundo sensível que [nos] rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria [produção] e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveu sua indústria [produção] e comércio e modificou sua ordem social

---

2 Quando dizemos que o trabalho humano é teleológico, isso significa que os seres humanos, ao se depararem com uma necessidade concreta, planejam e constroem, a partir do raciocínio e dos conhecimentos anteriormente adquiridos, um plano mental de ação. Quer dizer, os humanos planejam para executar o trabalho.



de acordo com as necessidades alteradas. (...) A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento. (...)

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e esse é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem que ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (...)

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades — e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (...)

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar — a relação homem e mulher, entre pais e filhos, a família. (...) esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou (...) como três “momentos” que coexistem desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história. A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla — de um lado, como relação natural, de outro, como relação social — social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social — que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria [produção] e das trocas. (Marx & Engels, 2007: 30-34)

## 1.3 — Como produzir

Já vimos que para produzir inicialmente bastam dois elementos: a natureza e o trabalho. Mas existem diferentes formas de produzir.

O processo de trabalho, a produção, começa com o trabalho humano mais simples sobre a natureza, e aos poucos vai produzindo os instrumentos de trabalho (meios de trabalho) e a matéria-prima (objeto que vai ser trabalhado).

*Os meios de trabalho* são os instrumentos produzidos e desenvolvidos, que servem para auxiliar na transformação da natureza. Esses instrumentos já foram produto da transformação da natureza, mas sua função não é satisfazer uma necessidade imediata, mas sim auxiliar no processo de produção daquilo que vai ser consumido pelo homem. Hoje, grande parte da produção mundial está dedicada a produzir esses meios de trabalho, ou seja, as máquinas, as ferramentas, os instrumentos, os robôs, os transportes, os tratores, os guindastes, as esteiras transportadoras, as turbinas, as caldeiras, enfim, tudo aquilo que está destinado a auxiliar no processo de produção.

A *matéria-prima* é tudo aquilo que, mesmo já produzido, voltará ao processo de produção para ser reelaborado. O minério de ferro retirado das minas é matéria-prima que entrará no processo de produção do aço. Este, por sua vez, também é matéria-prima, pois será utilizado no processo de produção de outros bens (máquinas, carros, geladeiras, foguetes espaciais etc.). Nesse campo, a produção é bastante elevada. Para todos os lados que olhamos, todos os produtos que consumimos são compostos por diversas matérias-primas anteriormente produzidas. Esse setor, dizemos, produz bens intermediários, pois serão majoritariamente consumidos pelas empresas. Minérios, aço, madeira, petróleo e derivados, produtos químicos, vidro, açúcar, óleo vegetal, farinhas etc., são exemplos atuais de bens intermediários (matérias-primas).

É interessante notar que a produção de meios de trabalho e de matérias-primas sempre foi importante. Hoje em dia, mais de dois terços da produção total correspondem aos meios de

produção e matérias-primas. Significa, então, que são as empresas as responsáveis pela maior parte do consumo na economia, já que tanto matérias-primas quanto instrumentos de produção são consumidos por elas.

Marx, em *O capital*, examina essa questão da seguinte forma:

O Processo de Trabalho ou o Processo de Produção de Valores de Uso.

A UTILIZAÇÃO da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente, em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isso é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais.

Os elementos componentes do processo de trabalho são:

- 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho;
- 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água) que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água, a madeira derrubada na floresta virgem, o minério arrancado das jazidas. Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente, — excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho — não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um

órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural. A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados. Nas cavernas mais antigas habitadas pelos homens, encontramos instrumentos e armas de pedra. No começo da história humana, desempenham a principal função de meios de trabalho os animais domesticados, amansados e modificados pelo trabalho, ao lado de pedras, madeira, ossos e conchas trabalhados. O uso e a fabricação de meios de trabalho, embora em germe em certas espécies animais, caracterizam o processo especificamente humano de trabalho e [Benjamin] Franklin define o homem como “*a toolmaking animal*”, um animal que faz instrumentos de trabalho. Restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formações econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidas.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. Os meios mecânicos, que em seu conjunto podem ser chamados de sistema ósseo e muscular da produção, ilustram muito mais as características marcantes de uma época social de produção, que os meios que apenas servem de recipientes da matéria objeto de trabalho e que, em seu conjunto, podem ser denominados de sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos, barris, cestos, cântaros etc. Estes só começam a desempenhar papel importante na produção química.

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem de qualquer modo para conduzir a atividade, consideramos meios de trabalho em sentido lato todas as condições materiais seja como forem necessárias à realização do processo de trabalho. Elas não participam diretamente do processo, mas este fica sem elas total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se. Nesse sentido, a terra é ainda um meio universal de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador e proporciona ao processo que ele desenvolve o campo de operação. Pertencem a essa classe meios resultantes de trabalho anterior, tais como edifícios de fábricas, canais, estradas etc.

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido.

Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo.

Quando um valor-de-uso sai do processo de trabalho como produto, participaram da sua feitura, como meios de produção, outros valores-de-uso, produtos de anteriores processos de trabalho. Valor-de-uso que é produto de um trabalho torna-se assim meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho.

Excetuadas as indústrias extrativas, cujo objeto de trabalho é fornecido pela natureza (mineração, caça, pesca etc.; a agricultura se compreende nessa categoria apenas quando desbrava terras virgens), todos os ramos industriais têm por objeto de trabalho a matéria-prima, isto é, um objeto já efetuado pelo trabalho, um produto do próprio trabalho. É o caso da semente na agricultura. Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são possivelmente não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho. No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios do trabalho de épocas passadas.

A matéria-prima pode ser a substância principal de um produto, ou contribuir para sua constituição como material acessório. O meio de trabalho consome o material acessório: assim, a máquina a vapor, o carvão; a roda, o óleo; o cavalo de tração, o feno. Ou o material acessório é adicionado à matéria-prima, para modificá-la materialmente: o cloro ao pano cru, o carvão ao ferro, a anilina à lã; ou facilita a execução do próprio trabalho: os materiais, por exemplo, utilizados para iluminar e aquecer o local de trabalho. A diferença entre substância principal e

acessória desaparece na fabricação em que se processe uma transformação química, pois nesse caso nenhuma das matérias-primas empregadas reaparece como a substância do produto. Tendo cada coisa muitas propriedades e servindo em consequência a diferentes aplicações úteis, pode o mesmo produto constituir matéria-prima de processos de trabalho muito diversos. O centeio, por exemplo, é matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador de aguardente, do criador de gado etc. Como semente, é matéria-prima de sua própria produção. O carvão é produto da indústria de mineração e, ao mesmo tempo, meio de produção dela. O mesmo produto pode no processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima. Na engorda de gado, por exemplo, o boi é matéria-prima a ser elaborada e ao mesmo tempo instrumento de produção de adubo.

Um produto que existe em forma final para consumo pode tornar-se matéria-prima. A uva, por exemplo, serve de matéria-prima para o vinho. Ou o trabalho dá ao produto formas que só permitem sua utilização como matéria-prima. Nesse caso, chama-se a matéria-prima de produto intermediário, como algodão, fios, linhas etc. Embora já seja produto, a matéria-prima original tem de percorrer toda uma série de diferentes processos, funcionando em cada um deles com nova forma, como matéria-prima, até atingir o último processo, que faz dela produto acabado, pronto para consumo ou para ser utilizado como meio de trabalho.

Como se vê, um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto final, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso.

Ao servirem de meios de produção em novos processos de trabalho, perdem os produtos o caráter de produto. Funcionam apenas como fatores materiais desses processos. O fiandeiro vê no fuso apenas o meio de trabalho, e na fibra de linho apenas a matéria que fia, objeto de trabalho. Por certo, é impossível a fiação sem material para fiar e sem fuso. Pressupõe-se a existência desses produtos para que tenha início a fiação. Mas, dentro desse processo ninguém se preocupa com o fato de a fibra de linho e o fuso serem produtos de trabalho anterior, do mesmo modo que é indiferente ao processo digestivo que o pão seja produto dos trabalhos anteriores do triticultor, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, é através dos defeitos que os meios de produção utilizados no processo de trabalho fazem valer sua condição de produtos de trabalho anterior. Uma faca que não corta, o fio que se quebra etc. lembram logo o couteleiro A e o fiandeiro B. No produto normal desaparece o trabalho anterior que lhe imprimiu as qualidades úteis.

Uma máquina que não serve ao processo de trabalho é inútil. Além disso, deteriora-se sob a poderosa ação destruidora das forças naturais. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não se emprega na produção de tecido ou de malha é algodão que se perde. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho, com sua chama, delas se apropria, como se fossem partes do seu organismo e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção. Os produtos de trabalho anterior que, além de resultado, constituem condições de existência do processo de trabalho, só se mantêm e se realizam como valores-de-uso através de sua participação nesse processo, de seu contato com o trabalho vivo.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, consome-os, é um processo de consumo. Trata-se de consumo produtivo que se distingue do consumo individual: este gasta produtos como meios de vida do indivíduo, enquanto aquele os consome como meios através dos quais funciona a força de trabalho posta em ação pelo indivíduo. O produto do consumo individual é, portanto, o próprio consumidor, e o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor. Quando seus meios (instrumental) e seu objeto (matérias-primas etc.) já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos, ou utiliza-se de produtos como meio de produção de produtos. Mas, primitivamente, o processo de trabalho ocorria entre o homem e a terra tal como existia sem sua intervenção, e hoje continuam a servir de meios de produção coisas diretamente fornecidas pela natureza, as quais não representam, portanto, nenhuma combinação entre substâncias naturais e trabalho humano.

*O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem*

e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro. O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látego do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, ou se o executava Cincinato lavrando algumas jeiras de terra ou o selvagem ao abater um animal bravo com uma pedra.

Voltemos ao nosso capitalista em embrião. Deixamo-lo depois de ter ele comprado no mercado todos os elementos necessários ao processo de trabalho, os materiais ou meios de produção e o pessoal, a força de trabalho. Com sua experiência e sagacidade, escolheu os meios de produção e as forças de trabalho adequadas a seu ramo especial de negócios, fiação, fabricação de calçados etc. Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com o seu trabalho. Evidentemente, não muda a natureza geral do processo de trabalho executá-lo o trabalhador para o capitalista e não para si mesmo. De início, a intervenção do capitalista também não muda o método de fazer calçados ou de fiar. No começo tem de adquirir a força de trabalho como a encontra no mercado, de satisfazer-se com o trabalho da espécie que existia antes de aparecerem os capitalistas. Só mais tarde pode ocorrer a transformação dos métodos de produção em virtude da subordinação do trabalho ao capital e, por isso, só trataremos dela mais adiante:

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho.

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega. (Marx, 1982: 201:210 — grifos nossos em itálico)

## 1.4 - A divisão social do trabalho<sup>#</sup>

A divisão social do trabalho ocorre dentro de um grupo social<sup>3</sup> qualquer. Numa tribo, por exemplo, alguns membros ficam incumbidos de plantar, outros de caçar, outros de produzir utensílios e instrumentos etc. Assim como hoje dentro de uma empresa, cada grupo de trabalhador exerce uma função específica<sup>4</sup>; desde os primórdios da humanidade, os homens procuraram repartir as atividades necessárias para a produção e reprodução de tudo o que é necessário para a sobrevivência. Mas há uma grande diferença entre a divisão social do trabalho numa sociedade primitiva, em que as atividades são desempenhadas por indivíduos distintos, mas o resultado do trabalho é coletivo, e a divisão social de trabalho que historicamente resultou na divisão da sociedade em classes sociais distintas.

# Nota do digitalizador: para aprofundar o tema no âmbito específico do capitalismo, sugerimos "[Marx e a divisão do trabalho no capitalismo](#)" BARRADAS, Liana França Dourado. São Paulo : Instituto Lukács, 2014. 164 p. ISBN: 978-85-65999-20-5.

3 Desde sempre os homens viveram em grupo, dada a dificuldade, ou até a impossibilidade, da vida solitária. Por isso, o homem é um ser social, só vive em sociedade. O primeiro grupo social é a família expandida por todos os membros que guardam entre si graus diversos de parentesco.

4 Também entre os diferentes países, podemos dizer que há uma Divisão Internacional do Trabalho, pois os países não conseguem produzir, sozinhos, todos os elementos necessários para alimentar o processo de produção.

O primeiro tipo de divisão social do trabalho foi chamado por Leandro Konder<sup>5</sup> de “Divisão Natural do Trabalho”. Nesse caso, as divisões das tarefas necessárias podem ocorrer segundo as diferentes aptidões ou habilidades de cada um para executar determinadas funções; assim, aqueles que apresentam maior habilidade em produzir instrumentos de trabalho, o farão, enquanto aqueles que podem melhor caçar ou pescar, dedicar-se-ão a essas atividades. Dessa forma, ao executarem as tarefas para as quais apresentam maiores habilidades, cada grupo pode se especializar, conseqüentemente, a produção aumenta e melhora. Quanto maior a especialização para determinado trabalho, maior será a produção e a qualidade do mesmo. Historicamente, a divisão natural do trabalho resultou na separação das tarefas entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, já que, em decorrência de diferenças físicas, cada um desses grupos poderia desempenhar melhor suas atividades se lhes coubessem tarefas mais adequadas ao tipo físico, à força, à experiência.

Nessas sociedades primitivas, apesar de haver a repartição das tarefas, nenhum membro da sociedade estava excluído da atividade produtiva, mesmo que fosse apenas, quando já idoso, por exemplo, contar aos mais jovens os mitos e as lendas que eram as formas de se transmitir o conhecimento dos antepassados. Mesmo havendo a divisão das tarefas, os frutos do trabalho eram coletivos, pertenciam a todo o grupo social.

A divisão social do trabalho permite a especialização, ou seja, o desenvolvimento de novas técnicas produtivas, que aprimora a forma de se produzir. Com a especialização, é possível o aumento da produtividade e a formação de um excedente<sup>6</sup>. *Ao mesmo tempo*, quanto mais especialização e produção de excedente, maiores são as possibilidades de se promover novas e incessantes divisões sociais do trabalho.

Cada vez que avança nas técnicas de produção, o ser humano transforma a natureza com maior facilidade — além de transformar a si mesmo e o grupo social ao qual pertence. A satisfação das necessidades pode ser suprida com menor esforço, pois com a ajuda de instrumentos mais especializados, o processo produtivo torna-se mais ágil. Dessa forma, começa-se a perceber a formação de um excedente. Quanto mais avança a técnica produtiva e a divisão social do trabalho, maior é o excedente.

O destino que se dará ao excedente é bastante variado nos diferentes grupos humanos. Os índios que viviam no Brasil antes da chegada dos europeus, no século XV, não o produziam, apesar de terem capacidade para tal. Esses índios produziam apenas para satisfazer as necessidades da tribo, já que a natureza da região é pródiga. Por outro lado, tribos de outras regiões do mundo, em que as épocas do ano não permitem a produção constante de suprimentos para satisfazerem as necessidades, tiveram que produzir excedente e armazená-lo, a fim de serem consumidos quando não se podia pescar, caçar ou plantar, em decorrência das alterações climáticas. Nesse caso, portanto, o excedente era produzido para ser consumido pelo próprio grupo no período de estiagem.

Nas sociedades em que todos os membros participam do trabalho, cada grupo de homens e mulheres contribui da sua maneira, para executar as tarefas necessárias, e o resultado do trabalho pertence a todos. Nesse tipo de sociedade, que podemos ver nas tribos de índios e nas sociedades pré-históricas e primitivas, a relação social de produção é comunitária e não há divisão dessa sociedade em classes sociais.

O aumento da população das tribos e a constante divisão social do trabalho em seu interior, sob determinadas circunstâncias históricas e sociais, deram origem a sociedades em que aparece a diferenciação de seus membros em classes sociais. A grande questão é: por que a humanidade, que passou cerca de 80 mil anos em sociedades sem diferentes classes sociais, construiu, em determinado momento, uma sociedade com classes sociais distintas?

Quando a interação do homem com a natureza possibilitou o aumento do conhecimento, tanto do próprio ser humano, quanto da natureza, ocorreu uma importante divisão social do trabalho que desencadeará a divisão da sociedade em classes sociais. Essa foi a divisão do trabalho entre trabalho manual e o trabalho intelectual. Quando um grupo, dentro de uma sociedade, domina o

5 “A divisão do trabalho que se sabe ter existido antes da revolução neolítica (a chamada divisão *natural* do trabalho), que era a divisão por sexo e por idade, não era fonte de problemas especiais para a comunidade humana.” (Konder, 2009:54)

6 O excedente é a parte do que foi produzido mas não foi consumido.

conhecimento e usa esse conhecimento como uma dominação política, para fazer com que outro grupo trabalhe, a sociedade passa a ser dividida em classes sociais distintas.

Tribos que desenvolveram o conhecimento de fusão do ferro, práticas agrícolas e pecuárias, tiveram melhores condições de produção. A partir daí, partiram para a dominação, através de guerras com outras tribos, de modo que passaram a dominá-las e a incorporar seus membros como trabalhadores escravos. Assim, a sociedade formada passou a ter, de forma distinta, dois grupos de seres humanos, separados pela relação social de produção historicamente estabelecida.

Uma sociedade dividida em classes sociais é aquela em que um grupo (a classe subalterna, ou dominada) trabalha na produção de tudo o que é necessário para a sobrevivência de toda a sociedade e outro grupo (a classe dominante) satisfaz suas necessidades com aquilo que foi produzido pela classe subalterna, dominada. A classe dominante, normalmente, exerce a dominação política, intelectual, cultural e econômica sobre toda a sociedade.

Com a divisão social do trabalho é que a situação muda. A divisão da sociedade em classes repercute em cada indivíduo. Já não é mais razoável esperar que cada indivíduo veja realmente no próximo um seu *semelhante*, isto é, um indivíduo potencialmente igual a ele, porque, com a diferenciação das condições sociais e a pertinência a diferentes classes, a semelhança entre os indivíduos sofre um esvaziamento de sentido. Como é que um aristocrata proprietário de escravos, desfrutando o ócio que lhe proporciona o trabalho alheio, poderia ver com clareza e concretamente no escravo que lhe está subjugado um seu *igual*? (Konder, 2009: 84-85)

Durante toda a Antiguidade Clássica, em que se destacaram as civilizações mesopotâmica, egípcia, grega e romana (além dos povos asiáticos da China, Índia etc.), a relação social de produção predominante era o escravismo. Dentro de cada sociedade, os escravos produziam praticamente tudo o que era necessário para a sobrevivência de toda a sociedade, e os senhores (gregos e romanos) não trabalhavam na produção<sup>7</sup>. Portanto, se os escravos devem produzir para satisfazer as necessidades de toda a sociedade e uma parte da sociedade não trabalha, os escravos terão de trabalhar muito mais, pois o excedente de sua produção deve satisfazer todos os membros improdutivos da sociedade (a classe dominante). Em todas essas civilizações antigas, que perdurou por mais de cinco mil anos, havia produção de excedente e este era consumido no interior da própria sociedade.

Durante todo esse período, tanto a divisão social do trabalho quanto a especialização decorrente são intensificadas. Além disso, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, mais necessidades são criadas. O próprio ócio, virtude destacada por Aristóteles, da classe dominante permite o aparecimento de outras necessidades no interior da sociedade. Portanto, se antes as tribos humanas produziam basicamente os instrumentos de trabalho, as ferramentas e os gêneros básicos para a satisfação das necessidades do corpo, com o tempo, surgem novas e crescentes necessidades de se produzir mais e mais coisas (como novos utensílios, armamentos, instrumentos musicais, tecidos, papel etc.).

No interior dessas civilizações surge a troca<sup>8</sup>, o comércio. Mas é importante salientar que a troca, nessas sociedades, é eventual e marginal, só ocorrendo quando a satisfação das necessidades não pode ser suprida pela relação social de produção dominante, ou seja, pelos escravos. Quando duas tribos, ou duas cidades (no caso da Grécia) são suficientemente fortes e uma não pode dominar a outra, estabelecem um sistema de trocas de excedente. Muitas vezes as longas distâncias impedem a prática do sistema de dominação. Para ter acesso aos bens produzidos na Índia, na China e no

---

7 É por isso que Aristóteles (1998) vai defender que um homem virtuoso deve preservar o ócio, o tempo livre, os estudos e a política. Para os gregos, época em que a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual já estava bastante avançada, cabia o desenvolvimento dos estudos, enquanto aos escravos cabia o trabalho manual.

8 Como hoje vivemos numa sociedade em que o mercado, a troca e o comércio são os elementos centrais em nossas vidas, temos a tendência de acreditar que o ato de trocar é próprio da natureza humana. Primeiro, faz-se necessário destacar que o homem não tem essa natureza, no sentido de que suas ações sejam inatas ou instintivas. O homem é uma construção social que se faz através de sua interação com a natureza por meio do trabalho. Do exposto acima, conclui-se que a troca aparece tardiamente nas sociedades e, mesmo assim, de forma suplementar, marginal e esporádica.

extremo oriente, os povos do Mediterrâneo estabeleceram sistemas de troca, já que as sucessivas tentativas de dominação não obtiveram sucesso, como, por exemplo, a expansão da civilização grega efetuada por Alexandre, o Grande.

Até o final do Império Romano, no século V da era cristã, a relação social de produção predominante era o escravismo. A satisfação das necessidades de toda a sociedade em efetuada através do trabalho dos escravos e dos povos que a expansão do exército romano ia incorporando ao império. Nessa sociedade, a classe dominante não exerce trabalho produtivo, mas vive da exploração da outra classe. A troca, apesar de existir, é subsidiária à relação de produção dominante.

O modo de produção escravista, como forma de relação social de produção predominante durante toda a Antiguidade, entrou em decadência devido a uma série de fatores, dentre os quais as constantes rebeliões dos escravos e a incapacidade em se manter um regime de produção e dominação baseado na crescente expansão territorial para captura de novos escravos. Como resultado do declínio do Império Romano e do modo de produção escravista, surge na Europa outra relação social de produção, chamada feudal.

O feudalismo, como relação social de produção, também é uma sociedade composta por duas classes, a dos senhores feudais (nobres que não trabalham) e a dos servos e camponeses (responsáveis pela produção). Dessa forma, a classe dominante, dos senhores feudais, vive da exploração do trabalho e da cobrança de tributos da classe dominada, os servos e camponeses. Nessa sociedade, ocorreu uma regressão das atividades comerciais, apesar do aumento do grau de liberdade dos membros da classe dominada, já que eles não eram mais escravos e sim servos, existindo impedimento à mobilidade. Durante vários séculos, as movimentações de pessoas e bens limitaram-se ao espaço mínimo local. No próximo capítulo aprofundaremos mais as características econômicas e sociais desse modo de produção. Por ora, é importante salientar que a relação social de produção escravista, ao entrar em decadência, dá lugar a outra também baseada na exploração, regredindo o nível de atividade econômica.

A expansão das atividades produtivas só voltará a ocorrer com o declínio do feudalismo e a expansão do comércio decorrente das transformações dos séculos XIII a XV na Europa.

Essas transformações, apresentadas com detalhes no próximo capítulo, promoverão o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que terá como atividade principal a transformação na forma de produzir e na retomada do comércio.

Podemos concluir que a troca, ou seja, o comércio, apesar de ter surgido de forma eventual há milênios, só terá um papel central e determinante na vida social e produtiva dos seres humanos a partir do século XV da era cristã<sup>9</sup>. Veremos a seguir como a troca vai ser estabelecida e que elementos são importantes para o estudo do comércio.

## 1.5 - A troca

Mesmo sabendo que o comércio só se tornará elemento importante na relação social de produção com o surgimento do capitalismo, a partir do século XV, vamos investigar como se estabeleceram as primeiras trocas. Encontramos na literatura científica análises que decifram esse processo. Ellen Wood destaca, a partir de vários textos de Karl Polanyi, que esse autor

afirmou que a motivação do lucro individual, associado às trocas, nunca foi, até a era moderna,

---

9 Todos nós, por termos nascido em uma sociedade em que a troca é um elemento central, tendemos a acreditar que é da natureza humana produzir para a troca. Ou seja, todas as vezes que pensamos em produzir, logo imaginamos que toda produção serve única e exclusivamente para o mercado. Não percebemos que a produção serve, desde os primórdios da humanidade, para a satisfação das necessidades dos homens. Nesse sentido, nos comportamos como Aristóteles que acreditava, por ter nascido em uma sociedade escravista, que havia homens que eram, por natureza, nascidos para comandar e que outros homens eram, por natureza, nascidos para serem escravos. Hoje sabemos que não é da natureza humana ser escravo, da mesma forma que não é da natureza humana produzir para o mercado e para a troca. Essas relações são construções históricas e sociais produzidas pela própria humanidade e não pela natureza. Ver Aristóteles (1998).



o princípio dominante da vida econômica. Mesmo nos casos em que havia mercados bem desenvolvidos, disse ele, é preciso fazer uma clara distinção entre as sociedades com mercados, como as que existiram em toda a história escrita, e a “sociedade de mercado”. Em todas as sociedades anteriores, as relações e práticas econômicas estavam inseridas ou imersas em relações não econômicas — de parentesco, comunais, religiosas e políticas. Havia outras motivações impulsionando a atividade econômica, além das motivações puramente do lucro e do ganho material, tais como a conquista de *status* e prestígio ou a manutenção da solidariedade comunitária. Havia outras maneiras de organizar a vida econômica que não os mecanismos das trocas de mercado, em particular a “reciprocidade” e a “redistribuição” — complexas obrigações recíprocas que eram determinadas, por exemplo, pelo parentesco, ou a apropriação autorizada dos excedentes por algum tipo de poder político ou religioso e sua redistribuição a partir desse centro.

(...) Quando existiam mercados nas sociedades pré-mercado, e mesmo nos casos em que estes eram extensos e importantes, eles se mantinham como um aspecto subalterno da vida econômica. E não apenas isso: tais mercados, mesmo nos sistemas comerciais mais vastos e complexos, funcionavam de acordo com uma lógica muito distinta da do mercado capitalista moderno. (Wood, 2001: 29-30).

Vemos, portanto, que a troca como mecanismo regulador e determinante para a produção é típica da era moderna e do capitalismo como relação social dominante. Nas formas sociais anteriores (e posteriores), a produção, portanto, a economia, é determinada e regulada por mecanismos distintos dos mecanismos de mercado.

Para que haja troca, um grupo social tem que produzir excedente, já que ninguém vai abrir mão de algo de que precisa para a sua sobrevivência ou de sua tribo. Assim, para que haja troca, é necessário certo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Por forças produtivas designamos tanto a tecnologia de produção, quanto o conhecimento e a divisão social do trabalho, que permitem a especialização. Com isso, é possível, ao grupo social, produzir para satisfazer as necessidades e ainda uma sobra que poderá ser trocada, dependendo dos fatores relacionados no item anterior. Outro elemento importante para que haja troca é que os grupos que irão trocar tenham produzidos coisas diferentes. É claro que alguém que produziu cestos de palha não irá querer trocá-los por cestos de palha, já que, para esse grupo, cestos de palha não terão utilidade<sup>10</sup>.

As primeiras trocas foram efetuadas trocando-se um produto por outro. Atualmente chamamos esse tipo de troca de ESCAMBO. Mesmo considerando que as nossas trocas passam, necessariamente, por um elemento intermediário, ou seja, a moeda, em muitas regiões ainda se verifica a prática do escambo, ou as “feiras do rolo”, como são chamadas em algumas cidades. Nas cidades do interior, ainda há o costume de pequenos agricultores levarem o excedente de suas produções para serem trocados. Assim, temos locais em que se troca uma cabra por um porco, uma bicicleta por um carneiro etc.

A questão que se coloca a partir daí é: em que proporção as coisas serão trocadas? Como saberemos se fizemos uma boa troca, se abrimos mão de um carneiro em troca de uma bicicleta? Ou, ainda, por que não seria comum alguém trocar uma bicicleta por uma dúzia de ovos? Intuitivamente, sabemos que uma bicicleta vale mais que uma dúzia de ovos, mas por quê? Como se define o VALOR das coisas?

## 1.6 — O valor e a teoria do valor

Chamamos *mercadoria* todas as coisas que são produzidas para a troca. Mercadoria é um objeto externo que satisfaz uma necessidade, seja do corpo ou da fantasia (Marx, 1982: 41). Essa

10 Para se trocar, uma das exigências será que aquilo que se troca não tenha mais utilidade para quem abre mão, mas seja útil para quem recebe, pois, se fosse útil ao possuidor, não o trocaria. Toda troca é um duplo movimento. Temos que ter, pelo menos, dois produtores e dois produtos *diferentes*. Se **A** produziu **tecido** em excesso e **B** produziu **galinhas** em excesso e resolvem trocar, isso só ocorre porque, para **A**, o tecido produzido em excesso **não é útil**, mas **é útil** para **B**; ao mesmo tempo, para **B** o excesso de galinha **não lhe serve** para nada, mas **serve** para **A**. Portanto, a troca envolve duas compras e duas vendas, além de envolver coisas que **são e não são úteis**, dependendo em que polo da troca estejamos.

capacidade da mercadoria de satisfazer uma necessidade significa que todas as mercadorias são objetos úteis, ou seja, têm uma utilidade e satisfazem uma necessidade. Todas as mercadorias são úteis, caso contrário não seriam produzidas. Portanto, cada uma das mercadorias produzidas constitui um VALOR DE USO. E se a mercadoria é uma coisa produzida para a troca, terá ela também um VALOR DE TROCA.

Por valor de uso designamos as características físicas da mercadoria, é um elemento qualitativo da coisa, garantido por sua utilidade. Por exemplo, uma capa de chuva tem a qualidade de, por ser feita de plástico, nos proteger da chuva, enquanto um casaco de pele nos protege do frio etc. Assim sendo, o valor de uso, por suas características físicas, confere a mercadoria uma utilidade. Esse elemento qualitativo não é subjetivo e nem tampouco revela o valor de troca da coisa<sup>11</sup>.

E o que é o valor de troca? Como já observamos, o valor de troca será a proporção em que as coisas, ou seja, os valores de uso diferentes serão trocados, ou ainda, “a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie”. (Marx, 1982: 46)

Não será a característica física do produto que lhe dará valor, nem tampouco sua utilidade. Devemos lembrar que nem todas as coisas possuem valor (nem valor e nem valor de troca), apenas as mercadorias, ou seja, aquelas coisas que são produzidas para serem trocadas. Isso quer dizer que, se uma família de camponeses ou agricultores autônomos não submetidos a relações mercantilizadas produzem coisas, estão produzindo valores de uso, mas não mercadorias. Portanto, aquelas coisas que produziram não têm valor, nem valor de troca. Vemos assim que não é a utilidade da coisa que faz dela um valor ou que lhe atribui uma magnitude de valor.

Teoricamente, a dúvida com relação ao valor das mercadorias surgiu em Aristóteles. Mas este, porém, não a desenvolveu, já que, pelas relações sociais de seu tempo, eram os escravos quem produziam. Posteriormente, com o início do capitalismo, o surgimento da burguesia, da indústria e a ampliação do comércio e da troca para uma escala mundial, tanto Adam Smith (1982), quanto David Ricardo (1982), perceberam que o valor das mercadorias produzidas estava diretamente relacionado com a quantidade de trabalho que era necessário para a produção de cada coisa. Também John Locke, em seu empenho em defender a liberdade, a propriedade privada e a fundamentação do poder pela sociedade, necessários para a ascensão da burguesia, deriva do trabalho o valor das coisas. Afirma ele:

*É portanto o trabalho que confere maior parte do valor à terra, sem o qual ela mal valeria alguma coisa. É a ele que devemos a maior parte dos seus produtos úteis; por tudo isso, a palha, o farelo e o pão desse acre de terra valem mais que o produto de um acre de terra igualmente boa, mas abandonada — sendo tudo feito pelo trabalho. Pois não devemos contar no pão que comemos apenas o esforço do lavrador, a labuta do trilhador e do ceifeiro e o suor do padeiro. O trabalho daqueles que domaram o boi, que escavaram e forjaram o ferro e as pedras, que derrubaram e prepararam a madeira empregada no arado, no moinho, no forno ou em qualquer outro utensílio, que são em vasto número necessários para que esse grão fosse semeado, colhido e transformado em pão. tudo deve ser lançado à conta do trabalho, e recebido como efeito deste a natureza e a terra forneceram apenas os materiais, quase valor em si mesmos. (Locke, 1998: 423).*

Tanto os economistas clássicos (Smith e Ricardo), quanto Locke, estavam interessados em fornecer à burguesia uma teoria que lhe desse direito à propriedade privada sobre a riqueza; por isso, apesar de considerarem o trabalho a fonte do valor, portanto da riqueza, não avançaram nessa trilha, pois que senão deveriam admitir que cabe ao trabalhador, e não à burguesia, o lucro proveniente da produção. Foi apenas Karl Marx (1982) quem conseguiu eliminar todas as questões em relação à natureza e a magnitude do valor, como relação social e quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção.

Vejam, então, as características da teoria do valor.

---

11 Para os economistas neoclássicos, tanto o valor quanto o valor de uso de uma mercadoria é definido subjetivamente apenas pela utilidade que a mercadoria possui.

O processo de produção é o processo de interação do homem com a natureza que, através do seu trabalho, produz coisas úteis à satisfação de suas necessidades. Nesse processo de produção, os homens contraem relações sociais (relações sociais de produção) que são muito diferentes, e mudam historicamente. No período em que vivemos, no capitalismo avançado, o processo de produção e as relações sociais de produção são estabelecidas para que se produzam mercadorias - objetos destinados à troca, ao mercado. Aqui está o centro da teoria do valor; é justamente na sociedade em que as relações mercantis de produção se generalizaram que podemos encontrar o valor e este nada mais é do que uma propriedade das coisas produzidas que só existe nesse tipo de relação social de produção. Somos nós, nesta sociedade mercantil e capitalista, que conferimos às coisas produzidas a propriedade de ser valor.

Dito de outra forma: os seres humanos sempre trabalharam e produziram coisas úteis. Mas apenas no período histórico em que as relações sociais contraídas se tornaram predominantemente mercantis, essas coisas, esses valores de uso, tornaram-se valor.

Todas as coisas úteis aos homens são resultado da sua interação com a natureza (que lhe confere as características físicas da coisa) através do trabalho que dá para produzi-la (já que não se encontram prontas na natureza). Se esse produto da atividade humana for destinado ao mercado, essa coisa, como mercadoria que agora é, tem a propriedade de ser valor e será trocada, portanto, na proporção do trabalho que dá para produzi-las.

Supondo que para produzir uma bicicleta se gaste X horas de trabalho e que se gaste o mesmo tempo para produzir uma cabra, então esses dois produtos, fisicamente tão diferentes, poderão ser trocados, pois seus produtores saberão que trocaram iguais quantidades de trabalho.

Em outras palavras, a magnitude do valor de uma mercadoria será definida pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário e empregado na produção dessa mercadoria. Essa magnitude do valor é o valor de troca. Assim, por conterem as mesmas quantidades de trabalho socialmente necessário para serem produzidas, uma bicicleta e uma cabra são trocadas, por representarem a mesma magnitude de valor, ou o mesmo valor de troca. Da mesma forma, como uma bicicleta contém uma quantidade social de trabalho muito superior à quantidade social de trabalho contida numa dúzia de ovos, essas duas mercadorias não serão correntemente trocadas.

## 1.7 - O dinheiro e a moeda

A divisão social do trabalho entre diferentes membros de uma comunidade permite o aperfeiçoamento do trabalho e, com isso, o aumento da quantidade produzida. Assim, essa comunidade, ao produzir mais, terá um excedente maior que poderá ser trocado, caso se desenvolvam relações mercantis<sup>12</sup>. A troca se generaliza, com seu crescimento, torna-se cada vez mais complicado trocar produto por produto.

Quando a produtividade aumenta e a troca se torna constante, fica cada vez mais difícil fazer coincidir os produtos a serem trocados. Por exemplo, uma comunidade que produziu um excedente de arroz e quer trocá-lo por carne, terá que encontrar uma comunidade que tenha produzido carne em excesso e queira, ao mesmo tempo, trocá-la por arroz. Se isso não ocorrer, a troca não se realizará e as duas comunidades ficarão com um excedente que não será utilizado. Portanto, o **escambo** é um tipo de troca muito primitiva que necessita da coincidência para ocorrer.

Com o tempo e a expansão das trocas, as comunidades começaram a aceitar determinadas mercadorias em troca de seus excedentes, não porque necessitavam delas imediatamente, mas porque sabiam que poderiam trocá-las por outra mercadoria. Surge, assim, o embrião do dinheiro, mercadorias que serviam de **equivalente geral**.

---

12 Em diversas regiões e em diferentes épocas, as comunidades humanas, mesmo produzindo excedentes, não desenvolveram relações mercantilizadas. Era muito comum, quando do encontro de duas tribos, por exemplo, ou de duas aldeias de camponeses, seus membros darem-se presentes, dádivas, como gesto de amizade e boa vontade. Portanto, o aumento da produção e de excedente entre diferentes comunidades humanas não levou, necessariamente e inexoravelmente, ao aparecimento do mercado e das trocas mercantis.

Em diferentes partes do mundo, diversas mercadorias serviram de *equivalente geral*, como o sal, o milho (entre os Incas e Astecas), o arroz (na Ásia) e até o gado (*pécus*). Percebe-se que o equivalente geral é uma mercadoria que tem certas características especiais: apesar de ser extremamente útil para quem a possui, cumpre também outro papel, o de ser *intermediária de troca* e isso só ocorre porque é útil para outras pessoas. Inicialmente as mercadorias que serviam de dinheiro eram as mais comuns, e não as mais raras.

As mercadorias-dinheiro, ou equivalente geral, foram se tornando importantes justamente por serem muito úteis. Assim, todos sabiam que poderiam trocar suas mercadorias específicas pelo equivalente geral (o sal, ou o milho etc.), mesmo que não necessitassem dele para seu uso imediato. Com isso a utilidade do equivalente geral se ampliou: além de poder ser consumido imediatamente, também era útil para se trocar por outras mercadorias. O objetivo de trocar uma cadeira por sal não era a quantidade de sal que iria se adquirir e, sim, a possibilidade de trocar esse sal por outro produto.

Como equivalente-geral, a mercadoria, além de seu valor de uso, serve de medida do valor de troca, já que também foi produzida, portanto, representa, como intermediário de troca, uma quantidade social de trabalho a ela incorporada. A quantidade de milho que um inca está disposto a entregar por um tecido de lã de vicunha é correspondente ao trabalho incorporado na produção de milho e tecido que cada uma dessas mercadorias contém. O fato de aparecerem certas mercadorias como equivalentes-geral, deixa mais evidente que **o conteúdo que determina a magnitude do valor, em cada troca, é quantidade de trabalho social incorporada em cada mercadoria.**

Essas mercadorias-dinheiro foram paulatinamente substituídas por mercadorias mais duráveis, de fácil divisão e que poderiam ser carregadas com maior facilidade. Por isso, **os metais** substituíram o equivalente-geral em quase todas as sociedades em que as trocas se generalizaram. Os metais (cobre, prata, ouro) passaram a ser usados preferencialmente como equivalente: geral por suas características físicas: são divisíveis, duráveis, fáceis de transportar e podem ser padronizados. Vemos, portanto que, ao ser aceita socialmente, a mercadoria-dinheiro passa a ser o representante do valor de todas as outras mercadorias. Ainda como uma mercadoria específica, o milho dos incas guardava seu valor de uso específico, além de ser o intermediário da troca. Mas, à medida que essas mercadorias específicas foram sendo substituídas pelos metais e os valores de uso desses metais se converteram em intermediário de troca, esses metais passam a ser reconhecidos quase que exclusivamente como dinheiro. O ouro e a prata, como mercadorias, possuem variados valores de uso. Podem ser usados na indústria, na fabricação de jóias, na fabricação de microchips etc., ou seja, como mercadorias, foram produzidas, portanto tem valor e valor de uso. Porém, pela sua aceitação generalizada como equivalente-geral, o ouro e a prata passam a ser dinheiro.

O dinheiro, portanto, é o equivalente-geral cujo valor de uso exclusivo é servir de representante do valor das demais mercadorias. A moeda, por sua vez, é o dinheiro de cada país, o símbolo adotado por cada país para o seu dinheiro. Assim, muitas moedas nasceram, no período da transição do feudalismo para o capitalismo, com o nome da unidade de peso do ouro ou da prata. A libra esterlina inglesa, por exemplo, era o nome monetário de uma libra (que equivale a 450 gramas) em prata real. Outras moedas ganharam seus nomes em homenagem ao Soberano, à Coroa, ao Ducado, enfim, o nome do dinheiro é o que denominamos moeda<sup>13</sup>. Historicamente, a evolução da moeda se deu da seguinte forma:

Moedas cunhadas em metais preciosos vêm sendo usadas como dinheiro desde tempos imemoriais. Ainda hoje, essa característica das moedas é, às vezes, evidente em seus nomes, que indicam a quantidade de metal precioso que elas continham no passado. A libra e o pêni ingleses originaram-se da libra e do denário romanos, ambas as unidades de peso. (...) A prata foi a moeda predominante durante toda a Idade Média e persistiu até a era moderna. Outros metais eram muito pesados (como o cobre) ou muito leves (como o ouro) quando fundidos em moedas de um valor conveniente para transações. Essas dificuldades não impediram experimentações: o governo sueco, que detinha uma participação no controle da maior mina de cobre da Europa, estabeleceu um padrão cobre em 1625. Uma vez que o preço do cobre

---

13 A história recente da moeda no Brasil vai demonstrar quantos nomes diferentes pode adotar o dinheiro. Apenas nas últimas décadas, já tivemos o Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro Novo, Cruzeiro Real e Real.

equivale a um centésimo do preço da prata, as encorpadas moedas de cobre pesavam cem vezes mais do que as moedas de prata de igual valor; uma moeda de grande valor pesava mais de 19 quilos. Esse dinheiro não podia ser roubado porque era muito pesado para que ladrões pudessem carregá-lo, mas os volumes de dinheiro necessários para transações cotidianas precisavam ser transportados em carroças. O economista sueco Eli Heckscher descreve como o país foi levado a organizar todo o seu sistema de transportes para satisfazer essas necessidades. Embora os romanos usassem moedas de ouro, seu uso se disseminou somente nos tempos medievais na Europa ocidental (...) quando os comerciantes julgaram-nas práticas para selar grandes transações. Florins de ouro circularam em Florença, cequins ou ducados em Veneza. Moedas de ouro foram postas em circulação na França, em 1255, por Luís IX. No século XIV, o ouro já era utilizado em grandes transações em toda a Europa. Mas a prata continuou a predominar no uso cotidiano. “Em *O Mercador de Veneza*, Shakespeare descreveu a prata como sendo ‘o pálido e vil agente entre o homem e o homem’, e o ouro como o ‘alimento substancial de Midas’. (Eichengreen, 2000:30-31)

Até a consolidação do modo de produção capitalista, a moeda metálica dava conta de ser o intermediário das trocas, mas devemos lembrar que as trocas, por mais comuns que fossem desde tempos remotos, ainda não eram centrais na vida das pessoas, ou seja, grande parte da população vivia à margem de qualquer mercado, trocando apenas o excedente. Só com o capitalismo, época em que o mercado se torna central, a moeda passa a ter importância crucial na vida, tanto dos trabalhadores, quanto dos capitalistas.

Com a centralização do poder e a formação dos Estados modernos, a padronização da moeda e o seu monopólio passaram a ser prerrogativa do Estado. Até a Idade Média, a moeda tinha a função de ser intermediária das trocas e eventualmente reserva de valor, pois podia ser entesourada. Com o absolutismo do período da transição para o capitalismo, uma das principais mudanças que favoreciam a burguesia nascente foi a padronização da cunhagem da moeda monopolizada pelo soberano. Além disso, a política mercantilista considerava que o país era mais rico quanto mais entesourasse ouro ou prata em seu Estado<sup>14</sup>.

O dinheiro exerce hoje funções centrais na estrutura de produção capitalista. A função mais antiga do dinheiro é a de ser intermediário das trocas. Assim, como vimos anteriormente, o dinheiro possibilita a troca indireta. A segunda função do dinheiro, intimamente ligada à primeira, é que ele serve, como encarnação do valor, de meio de pagamentos, ou seja, qualquer um, de posse de uma quantidade de dinheiro, pode liquidar uma dívida, ou fazer um pagamento, a qualquer momento, no presente ou no futuro. A terceira função do dinheiro é ser unidade de conta, ou seja, a forma de medir e expressar do valor de todas as mercadorias, essa é justamente a função que faz com que uma determinada mercadoria ou o equivalente-geral seja adotado como dinheiro. Por fim, o dinheiro tem a função de ser reserva de valor, ou seja, como expressão do valor, o dinheiro pode ser entesourado, permitindo a seu possuidor guardar sua riqueza na forma de dinheiro.

## 1.8 - O capital: valor que se valoriza

Até aqui, consideramos que grupos independentes de produtores trabalham transformando a natureza, produzem mercadorias e as trocam, no mercado, pelo seu valor de troca, ou seja, pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-las. Dessa forma, cada um desses grupos de produtores pode satisfazer melhor suas necessidades ao adquirirem, no mercado, coisas que não produziram, mas que foram adquiridas em troca de outras coisas fruto de seu trabalho. Nesse tipo de troca mercantil simples não há acúmulo de riqueza em uma das pontas da troca, apenas melhora a satisfação das necessidades, pois, como ambos os negociantes trocaram equivalentes, no final da troca, os dois lados ficaram com a mesma quantidade de riqueza produzida, apenas de natureza útil diferentes. Por exemplo, se um grupo de produtores A produziu cestos de palha em excesso (além do que sua comunidade precisa para satisfazer suas necessidades) e resolve trocar um desses cestos por 3 quilos de peixe que fora pescado em excesso por outro

---

14 No capítulo 2º trataremos com detalhes da formação do capitalismo, do absolutismo e do mercantilismo.

grupo de produtores B, mas que equivalem em termos de valor de troca, no final do processo de troca, os dois grupos puderam satisfazer melhor suas necessidades, mas nenhum deles ficou mais rico, ou se apropriou desigualmente da riqueza produzida pelo outro.

Nada muda em termos de apropriação da riqueza se considerarmos que a troca fora intermediada pelo dinheiro. Vejamos: o produtor A levou seus cestos ao mercado, trocou por uma quantidade de dinheiro e, mais uma vez, trocou essa quantidade de dinheiro por 3 quilos de peixe do produtor E.

Como é possível, então, na nossa sociedade, haver tão grande desigualdade de riqueza?

A questão da desigualdade entre os homens tem várias origens que remontam ao princípio da sociedade de classes, que será tratada com mais detalhes no próximo capítulo. Tem também explicações das mais variadas para justificar a desigualdade existente, desde aquelas que atribuem as desigualdades a origens divinas, étnicas, culturais, até aquelas que nos querem fazer crer que, hoje em dia, os ricos são ricos porque foram econômicos, poupadores ou exímios trabalhadores. Tanto as questões relativas à origem das desigualdades, quanto aos atributos pessoais de cada um de nós que nos tornam diversos, uns dos outros, apesar de serem importantes para compreendermos as desigualdades, não serão aqui abordados. O que nos interessa, neste momento, é mostrar como, no processo de produção, portanto, na economia, gera-se, de forma reiterada, a desigualdade entre os homens no que se refere à riqueza produzida. Por isso, precisamos compreender como ocorre o processo de produção da riqueza no modo de produção em que vivemos, ou seja, no capitalismo<sup>15</sup>.

Tanto hoje quanto há milênios, os homens só podem produzir a riqueza apropriando-se da natureza através do seu trabalho. Ocorre que, em nossa sociedade, uma classe social se apropriou privadamente dos principais instrumentos de trabalho e da própria natureza e, com isso, consegue também se apropriar do trabalho, sem ter que trabalhar para isso. Essa classe social, a burguesia, é detentora dessa riqueza previamente acumulada e a usa, não para satisfazer suas necessidades individuais, mas para acumular mais riqueza. *Essa riqueza que será usada para produzir mais riqueza chamamos capital*. Enquanto a outra classe social, todos aqueles que foram destituídos de todos os meios materiais para satisfazerem suas necessidades, possuem apenas o seu próprio trabalho.

Com o capital, ou seja, a riqueza previamente acumulada, a burguesia tem o poder de se apropriar da nova riqueza que será criada pelo trabalho, no processo de produção. Dessa forma, a burguesia consegue ficar sempre mais rica, enquanto os trabalhadores, responsáveis pela produção de toda a riqueza, ficam cada vez mais pobres. Essa relação social que permite à burguesia se apropriar da maior parte da riqueza produzida não significa, necessariamente, que haja desigualdade nas trocas efetuadas no mercado; muito ao contrário, na esfera da circulação das mercadorias, na troca, podemos considerar que toda mercadoria produzida esteja sendo trocada exatamente pelo seu valor e, mesmo assim, no capitalismo, uma classe social consegue se apropriar sempre da maior parte da riqueza produzida<sup>16</sup>. Vejamos como isso é possível.

Um burguês, ou empresário capitalista, de posse do capital — que pode estar na forma de dinheiro — adquire equipamentos e instrumentos de trabalho (prédio, maquinário e equipamentos); adquire também, matérias-primas; e, por último, contrata trabalhadores. Consideramos que cada um desses elementos de produção (as máquinas e equipamentos, as matérias primas e a força de trabalho) o burguês comprou no mercado pelo seu valor, ou seja, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção. As máquinas, os equipamentos e as matérias-primas possuem o valor correspondente à quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção. A força de trabalho, que será vendida pelo trabalhador, também tem um valor, que corresponde ao valor de todas aquelas mercadorias que o trabalhador deve adquirir no mercado

15 O surgimento do capitalismo, bem como a acumulação primitiva do capital, serão tratados no capítulo 2º.

16 Nos modos de produção anteriores ao capitalismo, ou seja, no feudalismo, na antiguidade escravista grega e romana, a classe dominante também se apropriava da riqueza produzida pela sociedade. Mas, nessas formações sociais, a desigualdade entre as classes era mantida por mecanismos extraeconômicos, ou seja, utilizava-se a força e o poder (inclusive a religião) para explorar os servos e os escravos, já que não havia igualdade formal entre as classes sociais. Sob o capitalismo, a desigualdade formal desaparece e todos são considerados formalmente iguais; a exploração da classe subalterna se dá por mecanismos econômicos.

para que reproduza sua força de trabalho, ou seja, tudo aquilo que o trabalhador precisa para sobreviver e permitir a sobrevivência de sua família. Ressaltamos mais uma vez que estamos considerando, nessa explicação, que o burguês comprou, no mercado, todas essas mercadorias pelo seu valor (e não pagou nada menos por elas)<sup>17</sup>.

Muito bem, retomando: o burguês adquiriu tudo aquilo que era necessário para produzir, mas quem vai exercer o trabalho para produzir não será ele, e sim o trabalhador. O trabalhador vendeu sua força de trabalho por um valor e por um período de tempo (por uma jornada de trabalho). Nesse período de tempo, o trabalhador vai utilizar as máquinas e equipamentos, vai trabalhar a matéria-prima e produzir um novo produto, ou seja, ele vai, ao mesmo tempo, transferir uma parte do valor das máquinas, dos equipamentos e das mercadorias, mas, principalmente, agregar valor ao produto final. É o trabalhador que agrega esse valor novo ao produto, através de seu trabalho vivo. Como vimos, apenas o trabalho gera valor. Portanto, o valor da mercadoria produzida na fábrica do capitalista é uma junção do trabalho morto (que já existia antes) das máquinas, equipamentos e matérias primas; e do trabalho vivo produzido pelo trabalhador no processo de trabalho.

Então, o trabalhador é fundamental, pois, além de produzir um valor novo (agregar valor ao produto), é ele quem permite que os valores das máquinas, equipamentos e matérias-primas sejam incorporados no produto por ele produzido. Sem o trabalho do trabalhador, as máquinas e equipamentos se deteriorariam, as matérias-primas se estragariam e nada de novo seria produzido; portanto, o capitalista perderia o capital que investiu na compra desses objetos. É fundamental que os trabalhadores trabalhem e, nesse processo, agreguem valor àqueles objetos mortos, inertes, que o capitalista comprou no mercado. Só o trabalho vivo do trabalhador gera um valor novo, os valores antigos são apenas transferidos para o produto final.

Esse valor novo produzido pelo trabalhador é a chave do processo de produção capitalista, da reprodução do capital e da exploração. Vejamos: quando o trabalhador vendeu sua força de trabalho para o capitalista, ele a vendeu por um valor (um salário) e por um período de tempo (a jornada de trabalho). Quando o trabalhador entra na fábrica e começa a trabalhar, ele começa a criar um valor novo, que não existia antes. Assim, esse valor novo que o trabalhador está criando é suficiente para pagar o seu próprio trabalho e, ainda, agregar muito mais valor ao produto final (Marx chamou essa parte do valor criada pelo trabalhador, além daquele valor necessário para remunerar sua própria força de trabalho, de mais-valia). Tanto o valor criado pelo trabalhador, que corresponde ao seu salário, quanto a mais-valia, estão incorporados ao produto por ele produzido.

O capitalista, que é o dono dos equipamentos de produção e, portanto, do produto final produzido pelo trabalhador, vende esse produto final no mercado e, com isso, recupera o dinheiro investido nas máquinas, equipamentos e matérias-primas e, ainda, com o valor novo criado pelo trabalhador (incorporado ao produto) paga o salário do trabalhador e se apropria da mais-valia na forma de lucro.

Assim percebemos que nem o capitalista, nem as máquinas e equipamentos e matérias-primas produziram nada de novo, apenas se reproduziram; quem produziu a riqueza nova foi o trabalhador, que produziu seu próprio trabalho e produziu a mais-valia que vai se transformar no lucro do capitalista. Então, repetimos o que afirmamos mais acima: com o capital, ou seja, a riqueza previamente acumulada, a burguesia tem o poder de se apropriar da nova riqueza que foi criada pelo trabalhador, no processo de produção. Dessa forma, a burguesia consegue ficar sempre mais rica, enquanto os trabalhadores, responsáveis pela produção de toda a riqueza, ficam cada vez mais pobres.

A propriedade privada dos meios de produção é o segredo que encobre o processo de exploração no capitalismo. Nas sociedades pré-capitalistas, a classe dominante precisava usar a força para se apropriar da riqueza produzida pelos trabalhadores (escravos ou servos), mas, no

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que, na maior parte do mundo, os burgueses não pagam o valor da força de trabalho, pagam muito abaixo do valor dessa força de trabalho. Por exemplo, no Brasil, muitos trabalhadores vendem sua força de trabalho por menos de um salário mínimo. Sabemos que um salário mínimo não é suficiente para a sobrevivência de um trabalhador, muito menos para uma família de trabalhadores. Isso mostra o grau de exploração da força de trabalho que a burguesia exerce sobre os trabalhadores brasileiros.

capitalismo, a burguesia precisa apenas que a legislação garanta o direito à propriedade privada (sempre uma cláusula pétrea em todas as constituições). Assim, quem não possui a propriedade privada dos meios de produção é “livremente” obrigado a se submeter ao processo de trabalho capitalista e produzir a riqueza que será apropriada para a reprodução do capital. Digo “livremente” obrigado porque, no mundo moderno capitalista, ninguém é formalmente obrigado a trabalhar (como era no mundo antigo e feudal), porém, sob as condições estabelecidas (inclusive pelo Estado de Direito), quem não se submeter às condições de trabalho capitalistas ou não sobreviverá (por não ter dinheiro para adquirir os produtos necessários para sua sobrevivência), ou será punido na forma da lei, por não respeitar a propriedade privada da burguesia (caso se aproprie, por exemplo, dos objetos que ele próprio produziu), pois isso é considerado roubo. No entanto, perguntamos: quem está roubando quem?



## Capítulo 2: A formação do capitalismo\*

Como vimos no capítulo anterior, o estudo da economia política deve seguir a trilha do processo produtivo, ou seja, como cada sociedade produz tudo aquilo que serve para satisfazer as necessidades de seus membros e quais as relações sociais que são estabelecidas para isso.

Vimos também que, durante a história da humanidade, muitas foram as maneiras com que os seres humanos se organizaram para produzir, desde os mais antigos clãs ou tribos primitivas, sociedades sem classes, passando para sociedades divididas em classes, tais como a greco-romana, o feudalismo, até o capitalismo, forma dominante de produção do período em que vivemos. Em cada uma dessas épocas, a economia, como modo de produção, teve uma determinada *relação social* predominante. Assim, os povos primitivos, como as tribos indígenas, tinham uma organização social comunitária, em que todos participavam do processo de produção e todos tinham direito aos frutos do trabalho produtivo. Na sociedade antiga, greco-romana, a relação social predominante era escravista; esses povos empreendiam guerras contra outros povos vizinhos a fim de saquear suas reservas de alimentos e capturar seus membros para servirem como escravos. Durante o período feudal, os nobres ou os membros do clero, senhores de domínios territoriais, serviam-se dos camponeses e de servos como trabalhadores compulsórios de suas terras. No capitalismo, os burgueses, detentores do capital, contratam, em troca de um salário, os trabalhadores livres que fazem todo o trabalho produtivo em nossa época.

O fato de cada época ter uma relação social predominante (escravista, servil e assalariada) não elimina definitivamente relações sociais distintas, de tal forma que podemos encontrar assalariados na antiguidade, escravos nos tempos feudais e até atualmente. O que determina a relação social de cada época é aquela em que se baseia a forma predominante de produção da sociedade. Nesse sentido, na atualidade, a reprodução social da vida, ou seja, a economia ou o modo de produção, é o capitalismo, com a utilização do trabalho assalariado como forma predominante de relação social de produção.

Neste capítulo, procuraremos definir quais são as características fundamentais do capitalismo, mas, como essa forma de produção não existe em abstrato, devemos primeiro observar quais foram as condições históricas que possibilitaram seu surgimento e hegemonia<sup>1</sup>.

### 2.1 - A transição e o surgimento do capitalismo

O modo de produção capitalista surge do desmoronamento da ordem feudal, ou seja, quando as relações sociais e de produção dominantes durante a Idade Média deixam de ser hegemônicas, estabelecem-se processos de transformações que levarão ao capitalismo. É importante notar que, neste ponto, estamos tratando dos acontecimentos históricos que ocorreram principalmente na Europa Ocidental, pois é justamente daí que emerge o capitalismo que hoje domina quase todas as partes do mundo. Em outras partes do planeta, as sociedades produziam de forma substancialmente diferente, o que não será tratado neste texto já que não foram protagonistas no surgimento do capitalismo.

O modo de produção feudal, ou o feudalismo, era uma sociedade de classes e tinha sua relação social de produção predominante baseada na exploração da classe dos servos e camponeses

---

\* Nota do digitalizador: para uma análise do capitalismo especificamente no Brasil, veja Artur Bispo dos Santos Neto "[Capital e trabalho na formação econômica do Brasil](#)", São Paulo : Instituto Lukács, 1ª edição 2015.

1 "A maneira mais comum de explicar a origem do capitalismo é pressupor que seu desenvolvimento foi o *resultado natural* de práticas humanas quase tão antigas quanto a própria espécie, e que requereu apenas a eliminação de obstáculos externos que impediam sua materialização. Essa modalidade de explicação — ou não-explicação —, embora exista em muitas variações, constitui o que se tem chamado de 'modelo mercantil' do desenvolvimento econômico, podendo-se argumentar que ele ainda é o modelo dominante." Wood (2001:21 - grifo nosso). Conforme já debatemos no capítulo 1º, muitas vezes tomamos como natural aspectos humanos que são socialmente construídos. O capitalismo não é uma tendência ou *resultado natural*, senão uma construção histórica e social que apareceu em determinado local e sob determinadas circunstâncias, as quais compõem o assunto principal deste capítulo.

pelos senhores da nobreza ou do clero. Como essa ordem socioeconômica emergiu do declínio do Império Romano e do modo de produção escravista, sua estrutura era caracterizada por unidades territoriais dominadas por um senhor cujas terras eram cultivadas pelos servos e camponeses, que já não eram escravos como na Antiguidade Clássica. Nessas porções de terra, nos feudos, viviam tanto o senhor feudal e sua família (classe dominante) quanto os servos e camponeses (classe subalterna). A produção era feita pelos servos de maneira bastante rudimentar. Nesse sentido, quase tudo o que era produzido era fruto do trabalho dos camponeses que, por serem servos, tinham o dever e a obrigação de entregar parte da produção aos nobres; ou, então, tinham o dever de cultivar a parte da terra cuja produção caberia ao nobre. Tanto a divisão social do trabalho quanto as técnicas de produção eram bastante primitivas, portanto, a produtividade era bem pequena e, em consequência, a população camponesa vivia em condições bastante pobres, e todo o excedente era apropriado pelos nobres.

Inicialmente, a obrigação de entregar aos nobres parte da produção, como um tributo, era feita na forma de serviços e produtos. A relação entre servos e nobres não era uma troca e não envolvia pagamentos monetários, mesmo quando os servos eram chamados para trabalhar nas terras do senhor, no castelo ou construindo benfeitorias.

Enquanto no Império Romano o poder era centralizado, no feudalismo houve uma drástica descentralização do poder e cada feudo representava um pequeno espaço quase autônomo de relações jurídico-políticas. O que unifica e amarra toda a Europa sob a caracterização feudal é, além das relações de produção, a religião católica. Os dogmas do catolicismo que se consolidam desde o fim do Império Romano serão importantes para consolidar a superestrutura política, jurídica e ideológica da Idade Média. A justificação da diferenciação social entre as classes sociais é fundamentada pela religião e as regras comportamentais e de conduta são seguidas de acordo com a tradição e os costumes.

A concepção de poder político e obediência consolidada pelo pensamento de Santo Agostinho é fundamental para justificar o poder divino ao longo da ordem feudal. Como afirma Alysson Leandro Mascaro:

Sendo a justiça uma expressão divina e os homens pecadores, as ações do homem, na Terra, são injustas. O mesmo se pode então pensar sobre as leis humanas. Por extensão, os poderes humanos são defeituosos. Isso levaria a uma insubordinação à ordem terrena, mas será justamente o contrário que proporá Agostinho.

É verdade que se deve reconhecer a injustiça e a provisoriabilidade do mando terreno. A autoridade é injusta, porque é falível. No entanto, Agostinho, muito próximo do pensamento de Paulo de Tarso, reconhece que a autoridade assim o é por conta dos desígnios de Deus, restando então ao homem, temente a Deus, submissão aos poderes terrenos.

Assim sendo, os homens, ainda que compreendendo que as leis humanas, por sua falibilidade, são injustas, devem a ela se submeter. As instituições são injustas, mas o seu poder, ainda assim, deve ser respeitado.

Tratando dos juízes, que, humanamente, podem errar, porque a plena justiça nos julgamentos seria só divina, mesmo de tal modo Agostinho manda que julguem, para manter a ordem, pois a sociedade não pode prescindir de tal autoridade. Ainda que injustamente o tribunal se valha da tortura para arrancar a verdade do réu, a tortura é uma miséria e uma barbaridade, mas o julgamento é necessário para a manutenção da ordem social.

(...) não é por causa de alguma consideração de que os mandos são justos ou as leis impostas por autoridade pretensamente boas que elas devem ser seguidas. É simplesmente porque Deus constituiu as autoridades como tais, ainda que seus poderes determinem injustiças.

Trata-se de uma resignação ao poder que reconhece sua injustiça, mas que a aceita por conta de uma vontade divina insondável.

(...) Assim sendo, a escravidão e a servidão, na prática imediata, encontram-se respaldadas por Agostinho. Pela vontade de Deus, os homens têm certa posição na sociedade, e os mais altos devem mandar, e os subordinados devem se submeter. (Mascaro, 2010:106-107)

A tradição e os costumes servem também, além de consolidarem a dominação senhorial e da igreja, para manter as forças produtivas em um estágio bastante incipiente. As técnicas de produção

e os instrumentos de trabalho não permitem um aumento de produtividade e exaurem tanto a natureza quanto os esforços dos servos e camponeses envolvidos no processo de produção. Essa sociedade não consegue expandir a produção de excedente para além da satisfação básica das necessidades, o que a torna uma sociedade bastante empobrecida material e culturalmente.

A superestrutura de poder, baseada na tradição, nos costumes e legitimada pela igreja católica, baseia-se no domínio territorial por parte da classe dominante, os senhores feudais. Muito embora o poder seja descentralizado e a esfera local seja a mais relevante, a relação de suserania e vassalagem cria certa hierarquia no interior da classe dominante.

Muito embora se constate esse atraso no processo produtivo, a paulatina e vagarosa evolução e desenvolvimento das forças produtivas vai permitir, ao longo de vários séculos, o aumento tanto populacional quanto da produção do excedente. Os camponeses e servos, assim como os artesãos e habitantes das pequenas vilas e burgos vão, aos poucos, aumentando a produção e extraindo um excedente maior que poderá ser levado à troca, nas feiras e vilas que se formam ao longo das estradas principais. O comércio, que havia praticamente desaparecido do interior do território europeu, mantendo-se ativo apenas nas bordas marítimas mediterrâneas e nas rotas orientais, começa a reaparecer e ganha maior relevância à medida que os excedentes produzidos nos feudos são encaminhados à venda nas feiras urbanas. Nos burgos e vilas, seus moradores participam da produção de manufaturas e artefatos artesanais que vendem àqueles que necessitam. Muitos desses burgos fazem parte do domínio de um feudo, contando com a proteção e seguindo as regras de dominação dos senhores feudais.

O crescimento da produção e do excedente permitiu aos camponeses elevar o nível de trocas, vale dizer, quando a família de um camponês produzia lã, couro, trigo, ou qualquer outro produto em excesso, podia levar esse excedente às feiras nos burgos para a troca, assim, com o dinheiro adquirido, podiam comprar outros materiais que necessitavam, como ferramentas, arreios, selas para os animais, ou até mesmo novos animais que diversificassem a produção no feudo. Nesse tipo de troca, simples, o dinheiro aparece apenas como *intermediário da troca*. O que ocorre, para o camponês, pode ser expresso da seguinte forma: **M** → **D** → **M**, a troca de uma **mercadoria** (lã, por exemplo), por **dinheiro** e este, por outra **mercadoria** (uma cela de cavalo, por exemplo). Não há acúmulo de dinheiro, por parte do camponês; este apenas pode incrementar sua produção doméstica na medida em que adquire instrumentos de trabalho mais sofisticados e avançados<sup>2</sup>.

O senhor feudal, ao se deparar com as novidades e os objetos artesanais produzidos e vendidos nos burgos, começa a exigir de seus servos o pagamento da corvéia em dinheiro, pois só assim o nobre terá como adquirir os objetos vendidos nas feiras das vilas. É importante lembrar que o senhor feudal, por sua própria condição de classe dominante e de distinção baseada em preceitos religiosos e tradicionais, não tem interesse algum em adquirir qualquer tipo de instrumento de trabalho ou matéria-prima; seu consumo é apenas para satisfazer suas necessidades pessoais/familiares e para manter o aparato bélico necessário para a defesa de seus domínios. Portanto, o consumo do nobre é conspícuo e não produtivo. Para obter o dinheiro com o qual vai efetuar as compras no burgo, o tributo feudal é ampliado e a exploração dos camponeses aumenta.

A partir do século XII, a exploração senhorial sobre a classe subalterna e produtiva é ampliada e as revoltas camponesas e servis se ampliam por toda a Europa. Os senhores feudais, portanto, têm acesso ao dinheiro por meio da tributação e, por outro lado, gastam esse dinheiro no consumo conspícuo. Assim, podemos dizer que a circulação monetária nas mãos da nobreza se dá da seguinte forma: **D(T)** → **M**. Vale dizer, ao adquirir dinheiro por meio dos tributos sobre os servos e camponeses, a nobreza o despense com a aquisição de mercadorias para seu consumo pessoal. Vejamos como um estudioso do capitalismo examina essa questão:

Na sociedade feudal, a fonte de riqueza da aristocracia — das exibições suntuosas das casas feudais, torneios e festivais extravagantes, das despesas militares, dos investimentos

---

2 Nesse aspecto, é importante notar que as tradições e os costumes, muito fortes e definidores do *ethos* dessa sociedade, dificultam a introdução de mudanças nos padrões produtivos, já que até mesmo a forma de se plantar, colher ou mesmo cuidar dos animais eram definidas por essas tradições, não havendo lugar para inovações de qualquer tipo.

munificentes das ordens monásticas e da Igreja - é bastante clara. Ela consistia no trabalho obrigatório dos servos, ou seja, era fruto do trabalho excedente, além do que lhes era permitido para prover sua própria subsistência, de uma classe servil cujos encargos eram numerosos e pesados e cujo padrão de vida era extremamente baixo. E, embora o número de trabalhadores que servia a cada senhor fosse relativamente grande, a produtividade do trabalho era baixa o bastante para tornar o excedente total disponível bem modesto, não fosse a parte dos próprios produtores reduzida a um nível miserável e os encargos a eles impostos excepcionalmente severos. (Dobb, 1983: 63-64)

Nesse período, começa a aparecer lentamente um outro grupo, que se transformará em outra classe social, que contribuirá para a transformação desse modo de produção. É a burguesia, ou, inicialmente, os habitantes dos burgos e das vilas (vilões) que durante todo o feudalismo participavam da produção de artesanatos, ou manufaturados. Vale lembrar que nesse período ainda não existia a indústria como a conhecemos hoje; portanto, tudo o que era consumido pelos povos era produzido manualmente.

Eram produtos que vinham da terra — como os alimentos — ou artesanatos e manufaturas feitas pelos camponeses e artesãos<sup>3</sup>. Nos burgos, viviam comerciantes e artesãos que produziam sapatos, objetos de ferro (emendas, arados, utensílios etc.), carroças, arreios, selas, tecidos e vestimentas, cerâmicas, e toda sorte de objetos possíveis de se produzir com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da época. Continuemos com a análise de Dobb:

Ainda assim, as desigualdades existentes nas cidades inglesas antes do século IX não eram muito acentuadas. Embora seja possível que, geralmente a Guilda de Mercadores<sup>4</sup> não contivesse mais que uma parte dos habitantes da cidade - os empenhados no comércio em escala substancial — os artesãos não parecem ter sido excluídos, e qualquer cidadão que comerciava por atacado ou a varejo podia nela ser admitido, pagando uma taxa de ingresso. É verdade que o *status* de vilão frequentemente constituía motivo para proibir a entrada na Guilda, e, ao mesmo tempo, em muitas cidades inglesas, os membros da Guilda conservavam grande parte de seu *status* agrícola, e o direito burguês, isto é, a cidadania, estava ligada à posse de um lote ou de uma casa dentro dos limites urbanos. Nesses casos, o comércio não era mais que uma fonte incidental de renda. Dentro das próprias profissões pode ter existido pouca diferenciação entre mestres e jornaleiros e a disparidade de ganhos não parece ter sido grande. O jornaleiro trabalhava com seu empregador na oficina e muitas vezes comia à sua mesa. Aparentemente, sua posição era mais a de um companheiro de trabalho que a de um serviçal assalariado, chegando uma autoridade a afirmar categoricamente que “é impossível descobrir qualquer distinção de *status* entre um comerciante, um mestre e um jornaleiro”, nas primeiras guildas. Se isso é verdade, a falta de distinção é, sem dúvida, explicada pela relativa facilidade com que o jornaleiro médio, se fosse diligente e laborioso, poderia finalmente tornar-se mestre, e, entrando para a guilda, conseguir o direito de ter sua própria oficina, empenhando-se no comércio varejista. Essa possibilidade de melhoria poderia bastar não apenas para identificar em grande parte os interesses do jornaleiro com os de seus mestres, mas também pela influência dessa mobilidade ascensional e a concorrência resultante dentro das fileiras dos próprios artesãos-mestres e comerciantes, para eliminar qualquer grande disparidade de ganhos entre as diversas fileiras da sociedade urbana. (...) poderia ter havido pequena ou nenhuma diferenciação na maioria dos casos dentro da comunidade urbana. Com o tempo, como aumentassem a população e as dimensões da cidade, os primeiros donos da terra urbana certamente enriqueceram vendendo-a ou arrendando-a por alta taxa. E isso, como alguns autores acentuavam, provavelmente formou importante fonte de

---

3 Quando tratamos de uma família camponesa ou de servos, devemos ter em mente que, até o surgimento da grande indústria e o advento da produção de artigos industrializados para o consumo de massa (no século XX), todo o consumo dessas famílias era satisfeito, em grande parte, por produção própria. Isso quer dizer que, além de lavar a terra e cuidar dos animais, os camponeses e seus familiares (mulher, filhos e parentes próximos) produziam os tecidos, ferramentas, móveis e demais utensílios necessários para sua sobrevivência. As próprias casas eram construídas pelos camponeses e seus vizinhos.

4 Guildas eram as corporações de ofício que disciplinavam as atividades do artesanato e comerciais no interior das cidades. Ver sobre corporação de ofício abaixo, neste capítulo.

acumulação de capital nos séculos XIII e XIV. Mas, de início, é, evidente que a base social da sociedade urbana estava no que Marx chamou de “pequeno modo de produção”, isto é, um sistema em que a produção era executada por pequenos produtores, donos de seus próprios instrumentos de produção, que comerciavam livremente seus próprios produtos. (Dobb, 1983: 62-63)

Esses habitantes urbanos<sup>5</sup> tinham que trocar esses objetos por alimentos e matérias-primas provenientes do campo. Assim, o excedente produzido pelos camponeses era levado às feiras nessas vilas e vendido aos burgueses. Estes, por sua vez, precisavam adquirir os produtos do campo para a própria sobrevivência (os alimentos) e para produzirem seus artefatos (as matérias-primas). A troca, nesse caso, é fundamental para suprir as necessidades da existência. Por outro lado, a produção do excedente por parte dos artesãos já pode ser percebida na forma monetária, já que, para estes, o dinheiro é gasto para adquirir determinadas mercadorias (matérias-primas) que serão transformadas em outras mercadorias (bens de consumo e produção) e vendidas novamente, por maior valor, já que passou por um processo de trabalho que agregou valor à matéria-prima. Neste circuito:  $D \rightarrow M \rightarrow D'$ , o dinheiro é gasto na aquisição de lã, ou madeira, por exemplo, que serão transformados em tecidos ou móveis, não para a satisfação das necessidades do produtor/artesão, mas para ser vendido e novamente transformado em dinheiro ( $D'$ ). Percebe-se que a matéria-prima, após passar pelo processo de produção e ser “trabalhada”, é acrescida de valor que se expressará no excedente do artesão ou do burguês. Esse excedente pode ser inicialmente gasto para a satisfação das necessidades do burguês, ao consumir outros produtos provenientes da terra como alimentos.

Vemos, portanto que a ordem feudal entrou em crise e promoveu um período de *transição* para o capitalismo. Essa transição ocupou um vasto período e ocorreu de formas diferentes nos diversos espaços da Europa. Grosso modo, podemos dizer que se estendeu do século XIV ao século XVIII. A crise da ordem feudal foi desencadeada por uma série de questões, dentre as quais, o ressurgimento do comércio nas fronteiras da Europa (o comércio Mediterrâneo e, após o século XV, o comércio Atlântico), o aumento da produção agrícola pelos servos, as revoltas dos camponeses contra a servidão e as obrigações feudais<sup>6</sup>. Nesse período, os senhores feudais aumentaram as exigências sobre os camponeses:

Na verdade, no século XII, o excedente dos camponeses transferiu-se para os senhores de terra menos sob a forma de renda calculada segundo o tamanho da terra ocupada pelo camponês - em trabalho, espécie ou dinheiro — e mais como imposto senhorial (*tallage*) e rendimentos derivados da jurisdição. Estes incluíam não apenas multas aplicadas pelos nobres, mas os derivados de vários monopólios, como o direito de forçar os habitantes livres ou servís da respectiva área de jurisdição, rendeiros ou não, a moer trigo no moinho do senhor, assar em seus fornos e espremer uvas em seus lagares. Além disso, exigiam-se certos trabalhos extraordinários dos camponeses, tais como construção de estradas ou castelos, talvez a ceifa das culturas que ainda subsistiam nos domínios, ou os cuidados dos vinhedos dominiais. A soma total desses rendimentos senhoriais excedia em muito os rendimentos que os nobres retiravam anteriormente, com base nas safras dos domínios e das rendas da terra. (Hilton, 1977: 18-19)

Percebe-se, então, que aquela sociedade organizada sobre o trabalho do servo e do camponês começa a sofrer modificações importantes e que, com o ressurgimento do comércio em grande escala no interior da Europa feudal, vai acelerar ainda mais as transformações. Mas, cabe ressaltar que nem o comércio, nem as cidades, por si só, serão o motor das transformações. Este cabe à luta de classes entre senhores e camponeses, diante da exploração servil crescente e representa o elemento central das transformações. Essa pressão imposta aos camponeses foi, também, uma das causas do aperfeiçoamento das técnicas de produção, pois, como os camponeses eram obrigados a

5 Como afirma Ellen Wood (2001:41): “as cidades e o comércio não eram necessariamente antagônicos por natureza ao feudalismo”, tinham até papel importante, na medida em que eram centro de produção de manufaturas.

6 Durante boa parte da Idade Média, os camponeses e servos utilizavam os moinhos comuns para moer o trigo, as florestas e campos livres para adquirirem madeira ou para pastar o gado. Com o aumento da tributação, os nobres começaram a cobrar pela utilização dos moinhos e aparatos coletivos do feudo, a cobrar taxa pela lenha das florestas e pedágios pela passagem por estradas, pontes e acessos no interior de seus domínios, aumentando a exploração sobre a classe subalterna.

entregar cada vez maior parte de seus produtos (em forma de mercadorias, ou de dinheiro) para os senhores feudais, tinham que inovar na produção a fim de conseguirem mais produtos para a venda ou para entregar diretamente aos senhores. Vamos avaliar essa questão a partir de Marx:

O dinheiro e a mercadoria não são desde o início capital, tampouco os meios de produção e de subsistência. Carecem da transformação em capital. Mas essa mesma transformação só pode processar-se em circunstâncias determinadas, que se condensam no seguinte: duas espécies muito diferentes de possuidores de mercadorias têm de se por frente a frente e entrar em contato, de um lado, proprietários de dinheiro, dos meios de produção e dos meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valor que possui, comprando a força de trabalho alheia; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da força de trabalho própria e por isso vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não são eles próprios os meios de produção, como os escravos, servos, etc., e porque não são donos dos meios de produção, como no caso do camponês que trabalha a sua terra, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois polos do mercado, estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação de capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Logo que a produção capitalista se firma nos próprios pés, ela não conserva apenas essa separação, mas a reproduz numa escala sempre crescente. O processo que cria a relação capitalista consiste no processo de separação entre o trabalhador e a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e os produtores imediatos, por outro lado, em operários assalariados. A chamada acumulação primitiva nada é, portanto, senão o processo histórico de separação do produtor dos meios de produção. Ele aparece como “primitivo” porque forma a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta libertou os elementos daquela.

O produtor imediato, o trabalhador, só podia dispor da sua pessoa a partir do momento em que deixara de estar vinculado à gleba e de ser servo e vassalo de uma outra pessoa. Para se tornar vendedor livre de força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, ele tinha além disso de livrar-se do domínio das corporações, às suas ordenações sobre aprendizes e oficiais e das prescrições e normas que entravavam o trabalho. Com isso, surge o movimento histórico que transforma os produtores em operários assalariados, por um lado, como a libertação destes da servidão e da coação das corporações; e só esse lado existe para os nossos historiógrafos burgueses. Mas, por outro lado, esses recém-libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois de lhes serem roubados todos os seus meios de produção e todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições feudais. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com caracteres de sangue e fogo.

Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram por seu turno de desalojar não só os mestres artesãos corporativos, mas também os senhores feudais que se encontravam de posse das fontes de riqueza. Desse ângulo, o seu ascenso apresenta-se como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e os seus privilégios revoltantes, bem como contra as corporações e os impedimentos que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Os cavaleiros da indústria, todavia, só conseguiram desalojar os cavaleiros da espada por meio da exploração de acontecimentos para os quais em nada tinham concorrido. Eles elevaram-se por meios tão vis como aqueles por meio dos quais o liberto romano se fez outrora senhor do seu *patronus*.

O ponto de partida do desenvolvimento que gera tanto o operário assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. O progresso consistiu numa mudança de forma dessa servidão, na transformação da exploração feudal em capitalista. Para compreender o seu curso não precisamos recuar muito na história. Embora os primeiros começos de produção capitalista se nos deparam esporadicamente já nos séculos XIV e XV em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data apenas do século XVI. Ali onde ela aparece, a servidão já está abolida há muito tempo, e já estão em plena decadência as cidades soberanas que representaram o apogeu da Idade Média.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe dos capitalistas em formação; acima de todos, porém, os momentos em

que grandes massas humanas de súbita, e violentamente, são privadas de seus meios de subsistência e atiradas para o mercado de trabalho como proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, da terra forma a base de todo o processo. A sua história assume coloração diversa em diversos países e percorre as diversas fases em seqüência diversa e em diversas épocas da história. Apenas na Inglaterra, que por isso tomamos como exemplo, possui ela forma clássica. (Marx, 1982: 828-879)

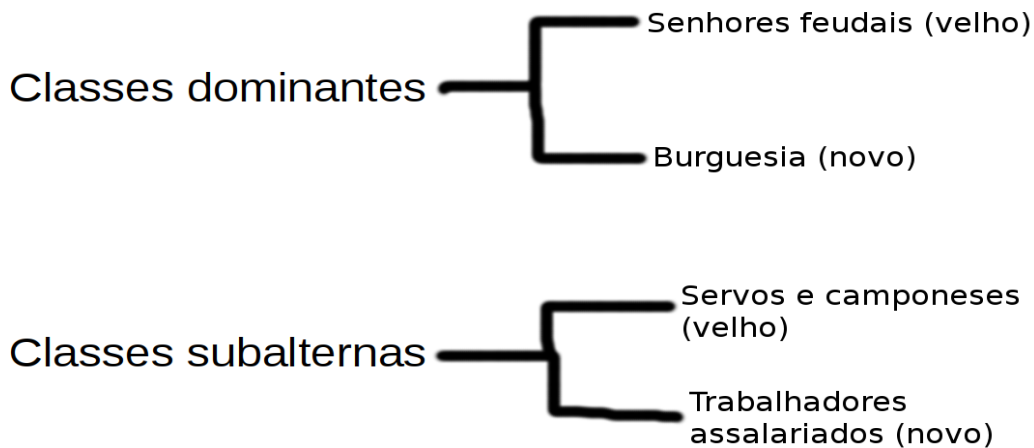
### **2.1.1 — As corporações de ofício**

Apesar de uma parte significativa da produção ser feita pela própria família dos camponeses, que eram praticamente autossuficientes, produtos que exigiam maior grau de sofisticação eram produzidos por artesãos especializados que viviam nas vilas ou burgos. As técnicas de produção eram passadas de geração a geração por meio de uma estrutura corporativa, em que o mestre artesão tinha sob seu comando certa quantidade de aprendizes que não só trabalhavam para ele, mas também aprendiam as técnicas especiais de produção. Assim, em cada cidade, formaram-se corporações de ofício ou ordens de artesãos especializados que tinham prestígio e poder sobre a produção e o comércio dos manufaturados que produziam. Os mestres artesãos e membros da ordem dominavam as técnicas e impediam a livre concorrência, já que, para poder abrir uma oficina, produzir e vender determinado produto em uma cidade, era necessário não apenas saber todos os métodos e técnicas aprovados pela ordem, como também ser membro da ordem. Dessa forma, a produção e o comércio eram praticamente monopolizados pelos membros das ordens.

As principais ordens eram as dos sapateiros, dos ferreiros, dos pedreiros, dos tecelões, dos marceneiros. Cada mestre membro da ordem zelava para que apenas os membros da ordem pudessem produzir naquela vila ou cidade. A produção era feita na oficina do mestre, muitas vezes em sua própria casa, e este comandava o trabalho dos aprendizes. Alguns desses aprendizes já eram assalariados, mas a maioria trabalhava em troca do aprendizado e morava na própria oficina. Dessa forma, não havia inovação técnica, já que se produzia sempre da mesma forma, conforme as normas da ordem, nem tampouco a possibilidade de se expandir a produção, já que a corporação de ofício controlava a oferta.

## **2.2 - O Antigo Regime: Absolutismo**

Essa ordem feudal foi substituída por um regime político de transição para o Estado burguês. Durante o período em que a Europa passou por essa transição, do século XIII ao XVIII, elementos da velha ordem feudal conviveram com os novos sujeitos e elementos que só se consolidariam com o capitalismo completamente estabelecido a partir da revolução industrial. As classes sociais típicas do feudalismo, ou seja, a classe dominante dos senhores feudais e a classe subalterna dos servos e camponeses, convivem com as novas classes que serão predominantes no capitalismo, vale dizer, a nova classe dominante, a burguesia, e a classe subalterna dos trabalhadores assalariados.



Tanto a substituição do velho quanto o surgimento do novo engendram conflitos e lutas de classes bastante intensos. As revoltas camponesas e servis, contrárias ao aumento da exploração senhorial, constituem um fértil terreno para o estabelecimento de alianças de classes que permitirão o surgimento de um novo regime político favorável aos interesses da burguesia e que possibilitarão o aparecimento do trabalhador livre para vender sua força de trabalho.

Como visto no item anterior, à medida que a produção e o comércio penetram no interior do mundo feudal, os senhores aumentam a cobrança dos impostos sobre os camponeses e servos, o que dissemina ainda mais a pobreza e a miséria sobre essa parcela da população. Além disso, e justamente em decorrência da pobreza reinante na Europa, a peste bubônica ocorrida no século XIV dizima um terço da população européia. Assim, a exploração e as exigências para a produção do excedente aumentam ainda mais sobre os sobreviventes. Esses camponeses promovem revoltas que se espalham por todos os cantos do feudalismo europeu, algumas vezes brutalmente combatidas pelas forças senhoriais, outras vezes vitoriosas<sup>7</sup>.

A burguesia, mesmo que ainda incipiente e politicamente fraca diante das tradições e dos costumes que embasavam o poder feudal, vê nas revoltas camponesas um elemento que pode lhe servir para corroer essa ordem política e econômica que entravam seus interesses. Há diversas alianças entre burgueses enriquecidos e grupos de camponeses aviltados pela exploração feudal, mais setores minoritários na nobreza que lhes fossem aliados, para o estabelecimento de um novo tipo de estrutura jurídica e política que se denominou *Absolutismo*.

Raimundo Faoro, ao tratar do surgimento de Portugal como Estado moderno, afirma:

Ao Príncipe, afirma-o prematuramente um documento de 1098, incumbe reinar (*regnare*), ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem do *dominare*, assenhoreando a terra sem governá-la.

Ainda uma vez a guerra, a conquista e o alargamento do território que ela gerou, constitui a base real, física e tangível, sobre que assenta o poder da Coroa. O rei, como senhor do reino, dispunha, instrumento de poder, da terra, num tempo em que as rendas eram predominantemente derivadas do solo. (...) [A] transformação do domínio em soberania — do *dominare* ao *regnare* [coube ao rei]. O centro supremo das decisões, das ações temerárias, cujo êxito geraria um reino e cujo malogro lançaria à miséria um conde, impediu que, dispersando-se o poder real em domínios, se constituísse uma camada autônoma, formada de nobres proprietários. Entre o rei e os súditos não há intermediários; um comanda e todos obedecem. (...) acima dele, só a Santa Sé, o papa e não o clero; abaixo dele, só há delegados sob suas ordens, súditos e subordinados.

(...)

Daí a doutrina, já sustentada tenazmente no período da dinastia borgonhesa: “O direito e costume geral do reino, dizia el-rei dom Diniz em 1317, eram e tinham sido sempre que todas as doações régias se entendessem reservada para a Coroa a justiça maior, a suprema jurisdição, em reconhecimento ao maior senhorio.” À medida que estendiam a atribuição jurisdicional, os reis conquistavam súditos, os quais, por um movimento convergente, procuravam fugir às prerrogativas

7 Engels (1977) estudou profundamente essa questão em seu livro sobre as guerras camponesas na Alemanha.



da nobreza e do clero. Lavradores, artesãos e mercadores despontavam como aliados da Coroa.  
(...)

A concessão de forais permitiu melhor sistema de cobrança, com o arrendamento dos direitos [de arrecadação tributária] aos conselhos, mais tarde substituídos pelo arrendamento a particulares. Facilitava-se com a medida, além disso, o amedamento das arrecadações numa prematura transformação da economia natural para a economia monetária. (Faoro, 2001: 18-23)

Podemos perceber que, ao mesmo tempo em que se forma o Estado centralizado, na figura do rei, submetem-se as demais classes sociais a esse poder real e inicia-se o processo de unificação monetária, tributária e jurídica. Continuemos com a análise de Faoro:

Na segunda metade do século XIV, uma velha camada, a aristocracia territorial, subitamente fortalecida, procurava afirmar, com exclusividade, seu domínio político. De outro lado, a categoria mais rica, a burguesia comercial, longamente associada à Coroa, sabia que sua hora havia sendo, a hora de juntar à riqueza o poder político. O dilaceramento das duas facções, ao ameaçar a própria existência da nação, provocou uma guerra externa, expressão de uma tenaz, porfiada e autêntica luta intestina. Perece uma dinastia, a dinastia afonsina, filha da infância do reino; em seu lugar, ergue-se a gloriosa dinastia de Avis (1385-1580), plataforma social e política da conquista do mundo desconhecido pelas audaciosas naus de Vasco da Gama. (...)

As bases da revolução começaram a ser lançadas com o movimento que aproxima, uma de outras, as populações do litoral, com a abertura do comércio marítimo, primeiro com produtos agrícolas, depois com a pesca e o sal. (...) Moçárabes e muçulmanos prepararam com o tráfego pelo mar, a jornada ultramarina e a grandeza de uma camada popular, a burguesia comercial. (...) Em consonância com a realidade econômica, as instituições se renovam, permitindo o florescimento das virtualidades. As camadas privilegiadas — nobreza e clero — se contrapõe a ascensão popular, protegida pelas comunas, que crescem, na Europa medieval, dentro de um contexto geral, só ideologicamente filiado às tradições romanas. A fixação da monarquia portuguesa, contemporaneamente à revolução comunal européia, teve efeito acelerador nas garantias e privilégios dos conselhos. (...) “Os *homens bons e a arraia-miúda* dos conselhos, a peonagem que tão brilhantes provas deu nas Novas de Tolosa, formam ao lado do monarca, ao qual apoiam nas tentativas de unificar as classes, sob o império da mesma lei. A própria língua portuguesa, o rude mas saboroso romance medieval, por influência dessas classes urbanas, sai definitivamente do latim e balbucia, através dos documentos oficiais, a soberania e a unificação da grei. E já nas águas da beira-mar, nas viagens de pesca ao longo dos litorais ou de longo curso a países distantes, uma gente nova e audaz alça sobre as esbeltas caravelas a rêmige das latinas.” (...) É o litoral, são as cidades que anseiam pelo comando da política comercial, modificando, com a presença de suas instituições, as relações sociais do campo. (...)

(...) [A grande peste de 1348 exercerá grande efeito sobre essa revolução].

Provavelmente pereceu um terço da população, atingida sem nenhum meio de defesa, senão a súplica ao céu. No campo, alteraram-se, de imediato, as relações de trabalho e de riqueza: ao lado da escassez de servidores, os jornaleiros, dizimados em maior número pelo flagelo, as heranças, avolumando-se em poucas mãos, em virtude de muitos proprietários desaparecidos, enriqueceram pessoas que, desse modo, aumentaram seu patrimônio ou abandonaram a condição servil. A nobreza, assentada sobre os bens rústicos, encontrou-se sem trabalhadores, ao tempo que novos proprietários, até então jornaleiros, pretendiam a ela se equiparar na ociosidade, padrão visível de alto estado. (...) Faltavam obreiros para o trafegar das glebas, e fugia-se a servir pela paga antiga. De aí se origina o conflito econômico entre a classe dos empregadores e a dos jornaleiros — estes exigindo maior estipêndio, ou buscando profissão de seu maior agrado, aqueles esforçando-se por obrigar os “vis” a servirem por soldada que lhes impunha a lei. Afonso IV, para remediar os graves inconvenientes do conflito, que percutiam imediatamente na produção agrícola, expediu aos conselhos a circular de 3 de julho de 1349. Justificou a medida com o conhecimento da denúncia, chegada aos seus reais ouvidos, de que homens que antes da peste se ocupavam no serviço alheio, agora, convertidos em herdeiros, se tinham em tão grande conta, ao ponto de abandonar e desprezar a vida antiga. Outros, explica o monarca, empregados no trabalho rural, exigiam, nados na escassez de mão de obra, tal preço para seus serviços que os proprietários, vergados com tais despesas, abandonam as culturas e os rebanhos. Ordena que os conselhos nomeiem dois árbitros (...) para que arrolem as pessoas capazes de exercer algum ofício ou em condições de trabalhar para outrem, com a inclusão daqueles que, antes do flagelo, estavam nesses casos e agora se recusavam a prestar seu trabalho. Todas as pessoas cadastradas

seriam obrigadas a continuar nos seus misteres ou noutros em que o conselho lhes reconhecesse capacidade, mediante o salário que lhes taxasse. (...) Aos recalcitrantes sobravam açoites, multas e degredo, penas impostas pelos juizes municipais, prevista uma recompensa aos acusadores. Conquistava a burguesia urbana, com a lei draconiana, um poderoso aliado no campo, até então fechado à solidariedade. O povo miúdo do interior, amargurado e ressentido, transformado em servo da gleba, estaria, daí por diante, à espera de um aceno para vingar o agravo imposto no muramento à ascensão econômica e social. A nobreza e os demais proprietários rurais, apertando rudemente a tampa da panela, acumulavam o vapor da explosão. O bloco rural, soldado pela tradição secular, abria a primeira fenda por onde se infiltraria o predomínio da burguesia urbana, sobre o futuro estandarte do Mestre de Avis.<sup>8</sup> (Faoro, 2001: 45-48)

O absolutismo, como forma estatal de transição ao Estado burguês propriamente dito, ao centralizar o poder, retirou do âmbito local as atribuições de poder assumidas até então pela nobreza. Apesar de o rei ser sagrado pela igreja, as formas absolutistas de poder tentavam submeter o poder eclesiástico às normas da razão e do poder terreno, encarnado não pela igreja, mas pelo rei.

Mais que centralizar o poder, o absolutismo servia à burguesia nascente na medida em que centralizava a moeda, as medidas, as normas tributárias e tarifárias, as leis em geral. Para uma burguesia que saía do âmbito local para a expansão das grandes navegações e do comércio de longa distância, era importante que o horizonte político e dos negócios fossem minimamente coincidentes, vale dizer, não se podia pensar em empreendimentos de grande monta, como uma viagem através do litoral africano até a Índia, em busca das mercadorias exóticas, caso não houvesse centralização de recursos para tal empreitada e garantia de comércio no retorno da expedição.

O poder centralizado valoriza as cidades quando transfere para a órbita urbana a sede do governo, que com os novos palácios se deslocam a própria nobreza de seus castelos espalhados por campos distantes e de difícil acesso. Uma nova mania cultural se espalha, com novos artesãos e artistas para atender essa nova classe dirigente urbana e ávida por enfeites de todas as formas e modelos.

As novas atividades requerem também outro tipo de trabalhador. Além do servo da gleba e dos camponeses, que ainda no espaço rural são os trabalhadores responsáveis pela produção de quase todos os bens necessários à reprodução da vida, inclusive para as exportações a outros países, as atividades urbanas requerem trabalhadores jornaleiros, que vendam sua força de trabalho por uma jornada, ou por um dia. São inicialmente recrutados entre aqueles que fugiam das explorações do campo, ou entre os “vagabundos” e destituídos de qualquer vínculo social com uma comunidade. A condição de assalariado é, nesse momento, a representação da mais vil e cruel submissão que um ser humano pode se sujeitar para garantir sua sobrevivência. Ser assalariado significa o não pertencimento a uma família, a uma comunidade ou a um pedaço de terra que pudesse garantir minimamente o sustento daquela pessoa. Como afirma Eric Hobsbawm:

O raciocínio geral pode ser resumido no seguinte: para que o capitalismo se implante, a estrutura da sociedade feudal ou agrária se vê passar por uma revolução. A divisão social do trabalho terá de ser muito elaborada, caso se deseje incrementar a produtividade, e a força social de trabalho deve ser radicalmente redistribuída - passando da agricultura para a indústria — durante esse processo. A proporção de produção negociada no mercado supralocal deverá aumentar rapidamente. Enquanto não houver uma grande quantidade de trabalhadores assalariados, enquanto os homens satisfizerem suas necessidades através de sua própria produção ou através do intercâmbio em numerosos mercados locais ou menos autárquicos, ainda existentes nas sociedades primitivas [pré-capitalistas], existirá um limite para o lucro capitalista e poucos incentivos para se passar ao que poderia ser, de uma maneira muito geral, denominado de produção em massa (base do desenvolvimento capitalista industrial). Historicamente, nem

---

8 A partir daí, a cidade de Lisboa, além de receber, de bom grado, habitantes de várias partes, como genoveses, milaneses, castelhanos etc., era uma das cidades mais ricas da Europa, onde “jaziam muitas vezes diante da cidade quatrocentos e quinhentos navios de carga, e estavam a carga no rio Sacavém, e na parte do Montijo, da parte do Ribatejo, sessenta e setenta navios em cada lugar, carregando sal e vinho.” (Faoro, 2001: 49).

sempre é possível separar esses processos. Podemos falar de criação do “mercado interno capitalista” ou da separação entre os produtores e os meios de produção, que Marx denominou “acumulação primitiva”; criação de um mercado amplo e em expansão para os bens e uma força de trabalho livre, ampla e disponível são duas coisas que vêm sempre juntas, são dois aspectos diferentes de um mesmo processo (Hobsbawm, 1974: 88).

A forma política adotada, em que o rei era o Estado e o mercantilismo a política que regia as relações econômicas, pressupunha uma série de monopólios de comércio que dava grande poder aos detentores desses monopólios reais para acumularem enormes somas de riqueza, na forma de moedas de ouro e prata, pois esses comerciantes podiam “comprar barato para vender caro”. Além disso, o mercantilismo possibilitou a formação, principalmente na França, de corporações de ofício que eram organizações de artesãos que detinham o monopólio da produção e do comércio das manufaturas.<sup>9</sup>

Nessa fase de acumulação primitiva de capital só é possível prosseguir acumulando, pois existem forças extraeconômicas que dão condições para tal. O Estado absolutista e o monopólio, o aumento das exigências servis e a exploração de colônias escravistas, os cercamentos e a apropriação privada e exclusiva das terras que antes podiam ser usadas pelos camponeses, são elementos de ordem política e não econômicos que possibilitam o acúmulo de riqueza nas mãos de uma classe social. É importante notar que, para surgir, o capital necessitou de um Estado muito forte e autoritário que promovesse a expropriação da riqueza produzida em diversas partes da Europa e do mundo e sua concentração nas mãos de alguns poucos. A nova classe que surge desse processo será a burguesia ou a classe capitalista. O historiador britânico Perry Anderson analisa esse processo da seguinte forma:

O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção em promovida pudessem simultaneamente assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes. O Estado absolutista (...) cumpriu certas funções parciais na acumulação primitiva necessária ao triunfo ulterior do próprio modo capitalista de produção. As razões que lhe permitiam desempenhar esse papel “dual” residiam na natureza específica do capital mercantil ou manufatureiro: já que nenhum deles assentava na produção de massa característica da indústria mecanizada propriamente dita, não exigiam, por si, uma ruptura radical com a ordem agrária feudal que ainda englobava a ampla maioria da população (o futuro mercado de trabalho e de consumo do capitalismo industrial). Em outros termos, podiam desenvolver-se dentro dos limites estabelecidos no quadro do feudalismo reorganizado. (...) Era um Estado fundamentado na supremacia social da aristocracia e confinado aos imperativos da propriedade fundiária. A nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam ainda à mercê. Nunca ocorreu nenhuma derrogação política da classe nobre no Estado absolutista. O seu caráter feudal acabava constantemente por frustrar ou falsificar as suas promessas ao capital. (...) O domínio do Estado absolutista era o da nobreza feudal, na época de transição para o capitalismo. O seu fim assinalaria a crise do poder de sua classe: o advento das revoluções burguesas e a emergência do Estado capitalista (Anderson, 2004: 39-41).

Também Ellen Wood:

Durante milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra. E, provavelmente por quase tanto tempo quanto se dedicaram à agricultura, dividiram-se em classes, entre os que trabalhavam a terra e os que se aproveitavam do trabalho alheio. Essa divisão entre apropriadores e produtores assumiu muitas formas, porém uma característica comum foi que, tipicamente, os produtores diretos eram camponeses. Esses camponeses produtores permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente da terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, esses produtores tinham acesso direto aos meios de sua reprodução. Significa que,

---

9 Fernando Novaes (1983), em seu estudo sobre o processo de colonização brasileiro, desenvolve em detalhes o papel do monopólio comercial na política mercantilista.

quando seu trabalho excedente era apropriado por exploradores, isso era feito através do que Marx chamou de meios “extraeconômicos” — ou seja, através da coerção direta, exercida por grandes proprietários ou Estados que empregavam sua força superior, seu acesso privilegiado ao poder militar, jurídico e político.

Essa é, portanto, a diferença básica entre todas as sociedades pré-capitalistas e capitalistas (...) tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria seja na agricultura. Somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente “econômicos”. Como os produtores diretos, no capitalismo plenamente desenvolvido, são desprovidos de propriedade, e como seu único acesso aos meios de [re]produção aos requisitos de sua própria reprodução e até aos meios de seu próprio trabalho é a venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem uma coação direta.

Essa relação singular entre produtores e apropriadores é mediada, obviamente, pelo “mercado”. Houve vários tipos de mercado ao longo de toda a história escrita da humanidade, e sem dúvida antes dela, já que as pessoas trocam e vendem seus excedentes de muitas maneiras diferentes e para vários fins diferentes. No capitalismo, entretanto, o mercado tem uma função distintiva e sem precedentes. Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. (...) Já no século XVI, (...), a agricultura inglesa era marcada por uma combinação singular de circunstâncias, pelo menos em algumas regiões, que aos poucos viriam a fixar a direção econômica de toda a economia. O resultado foi um setor agrário mais produtivo que em qualquer outro na história. (...) o que chamaram de melhoramento — o aumento da produtividade da terra com vistas ao lucro.

(...) a própria palavra “melhorar” [*improve*], em sua acepção original, não significa apenas “tornar melhor”, num sentido geral, mas sim, literalmente, fazer alguma coisa com vistas ao lucro monetário, especialmente cultivar a terra para fins lucrativos. (...) No século XVII, a palavra “melhorador” [*improver*] estava solidamente estabelecida na língua, para se referir àquele que tomava a terra produtiva e lucrativa, especialmente cercando-a ou tornando cultiváveis as terras abandonadas.(...)

No século XVII surgiu todo um novo *corpus* bibliográfico, que explicitou com detalhes sem precedentes as técnicas e benefícios do melhoramento. Esse último foi também uma grande preocupação da Royal Society, que reunia alguns dos cientistas mais destacados da Inglaterra (Isaac Newton e Robert Boyle eram membros dela), com alguns dos membros mais progressistas das classes dominantes do país — como o primeiro conde de Shaftesbury, mentor do filósofo John Locke, e o próprio Locke, ambos profundamente interessados no melhoramento. (...)

Desde tempos imemoriais, os camponeses empregavam vários modos de regular o uso da terra a bem da comunidade aldeã. (...) Na Inglaterra, havia muitas dessas práticas e costumes. Existiam as terras comunais, nas quais os membros da comunidade podiam ter o direito de pastagem ou o direito de apanhar lenha, e havia vários outros tipos de direito de uso das terras particulares, como o de colher as sobras da lavoura em períodos específicos do ano.

(...) Entre os séculos XVI e XVII, houve uma pressão crescente pela eliminação dos direitos consuetudinários que interferiam na acumulação capitalista. Isso podia significar várias coisas: contestar o direito comunitário as terras comunais, reivindicando a posse particular exclusiva, eliminar vários direitos de uso das terras particulares, ou contestar os arrendamentos consuetudinários que davam a muitos pequenos lavradores o direito de posse, sem a concessão de um título legal inequívoco de propriedade. Em todos esses casos, as concepções tradicionais de propriedade tiveram que ser substituídas por novas concepções capitalistas de propriedade — não apenas como “privada”, mas como *exclusiva*. Os outros indivíduos e a comunidade tinham que ser excluídos, eliminando-se a regulação e as restrições ao uso da terra ditadas pelas aldeias (...), extinguindo-se o direito consuetudinário de uso e assim por diante.

## O cercamento

Isso nos traz à mais famosa redefinição dos direitos de propriedade: o cercamento. É comum pensar no cercamento como a simples colocação de cercas em volta das terras comunais ou dos “campos livres” que caracterizavam algumas partes do interior da Inglaterra. Mas ele significou a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos direitos comunais e consuetudinários de uso dos quais dependia a sobrevivência de muitas pessoas.

A primeira grande onda de cercamentos ocorreu no século XVI, quando os nobres procuraram expulsar os camponeses servos das terras que pudessem ser lucrativas usadas como pasto na criação de ovelhas, cada vez mais lucrativa. Os comentaristas da época responsabilizaram os cercamentos, mais do que qualquer outro fato isolado, pela praga crescente dos vadios — “homens sem patrão”, despejados de suas terras, que vagavam pelo interior e ameaçavam a ordem social. O mais famoso desses comentaristas, Thomas More, embora fosse, ele mesmo, responsável por cercamentos, descreveu essa prática como “a devoração dos homens pelas ovelhas”. (...) [a partir da Revolução Gloriosa, em 1688], surgiu um novo tipo de movimento de demarcação no século XVIII: os chamados cercamentos parlamentares. Nesse tipo de cercamento, a extinção dos direitos de propriedade problemáticos, que interferiam na capacidade de acumulação de alguns proprietários, passou a ocorrer através de decretos do Parlamento. (Wood, 2001: 77-92)

Nessa fase de transição, historicamente chamada de Antigo Regime, a ordem política e jurídica era baseada no absolutismo e a economia em mercantilista. O poder real restabelecido e forte dava apoio à acumulação primitiva de capital nas mãos de uma nova classe social de burgueses e, ao mesmo tempo, quanto mais essa política se desenvolvia, libertava os camponeses da servidão da ordem feudal. Esses novos homens livres serão a base da formação do mercado de trabalho e do assalariamento, condição fundamental para o capitalismo.

Portanto, para nascer, o capitalismo necessitou de dois elementos básicos: a acumulação primitiva de capital e uma classe trabalhadora LIVRE. É por isso que uma das principais bandeiras políticas das revoluções burguesas (Revolução Inglesa e Revolução Francesa) é a LIBERDADE.

## 2.3 - O capitalismo originário inglês

Das contradições inerentes ao desenvolvimento da forma feudal surgiram os elementos que promoveram sua dissolução e o surgimento de novos elementos que serão o germe do modo de produção capitalista. A região em que essas condições estavam mais maduras era a Inglaterra. Nesse Estado nacional, as guerras entre diferentes facções da nobreza, a peste bubônica e a falta de condições de exploração colonial (como dispunha Portugal, Espanha e a Holanda) provocaram modificações políticas e econômicas que formaram um campo fértil para o surgimento do capitalismo industrial \_ portanto, a consolidação do modo de acumulação de capital, sem a necessidade de coerção “extraeconômica”.

No reinado de Henrique VIII (1509-1547), a Inglaterra rompe com a Igreja Católica e funda a Igreja Anglicana (protestante). Esse movimento foi motivado por fortes fatores econômicos, tais como: desvincular-se da forte influência dos reis católicos da Espanha (que eram sogros do rei Henrique VIII), fortalecer o Estado absolutista inglês, assim como ocorria com os outros Estados que surgiam, e, principalmente, confiscar as terras, as propriedades e a riqueza correspondentes aos feudos católicos na Inglaterra. Se por um lado essas medidas provocaram grande descontentamento por parte significativa da nobreza católica na Inglaterra e no resto da Europa, possibilitou aos ingleses iniciar um período de acumulação de capital e de destravamento dos óbices interpostos pela antiga ordem feudal católica.

No período do reinado de sua filha Elisabeth I (1559-1603), a Inglaterra vai florescer não só economicamente, mas culturalmente, com o incentivo à abertura de muitos teatros e atividades culturais (Marlowe e Shakespeare viveram nesse período). Um dos principais mecanismos de retomada da economia inglesa adotado pela rainha foi o apoio real aos grandes piratas que quisessem usar as estruturas portuárias inglesas, em troca de partilhar com o reino os frutos da pirataria. Vejamos como o historiador Hill examina essa situação:

Depois da destruição recíproca das grandes casas nobres na Guerra das Rosas, no século XV, a força das classes em progresso [burguesia] e em declínio [nobreza] esteve equilibrada por um breve período, durante o qual a função da monarquia consistiu em zelar por que as concessões às exigências da burguesia afetassem o menos possível a classe dominante. Os mercadores desejavam uma Inglaterra unida, ordeira e policiada, com leis, pesos e medidas uniformes:

Henrique VII e seus sucessores [dinastia Tudor: Henrique VII, Henrique VIII, Maria e Elisabeth I, de 1485-1603] providenciaram para que essa unidade se concentrasse em torno do rei e o policiamento fosse efetuado pela pequena nobreza rural (juizes de paz.). A burguesia atacara a coroa pela sua riqueza e improdutividade; Henrique VIII conduziu a “reforma” de 1529-1540 e providenciou para que o poder político e parte da riqueza da Igreja passassem para a coroa. A maior parte dos domínios monásticos passaram afinal para aqueles que tinham dinheiro para os comprar, fortalecendo-se assim, no campo, o novo elemento [burguesia rural]. A rainha Maria pode restabelecer o catolicismo por alguns anos, mas não conseguiu recuperar as propriedades dos mosteiros das garras dos seus compradores. Do mesmo modo, a Coroa tentou controlar o comércio e a indústria no interesse do erário nacional, apresentando-se frequentemente como o defensor dos camponeses e artesãos contra os ricos: mas, em última instância, continuava a retroceder perante a burguesia, de quem dependia para os fornecimentos e empréstimos.

Na realidade, até cerca de 1590, a monarquia tinha muitos interesses em comum com a burguesia da cidade e do campo — na luta contra a Espanha, contra a Igreja Católica, contra as casas nobres rivais que disputavam com a Casa Tudor o controle supremo e arruinavam o país com as suas guerras privadas. Daí a colaboração no Parlamento entre a monarquia, a pequena nobreza e a burguesia. (...)

Até um certo ponto, de fato, a burguesia e a pequena nobreza feudal estavam aptas a prosseguirem juntas sob a monarquia. Numa época em que a pilhagem e a pirataria contribuíam para a rápida acumulação de capital, os temerários lobos-do-mar dos condados semifeudais do sudoeste — Devon e Cornualha — amontoavam riquezas de tal maneira que se tornava impossível aos comerciantes de Londres, mais prudentes, imitá-los. Pilhando as colônias e navios espanhóis em busca de ouro, procurando terras na Irlanda e na América do Norte, os aventureiros da classe decadente não entravam em conflito com os elementos da classe em ascensão. (Hill, s/d: 53-55)

A ascensão de Jaime I e Carlos I (dinastia Stuart) e a tentativa de restaurar a antiga ordem feudal e católica desencadeiam o processo revolucionário na Inglaterra que coloca em lados opostos a burguesia, apoiada pelo Parlamento, e a velha nobreza, apoiada na Coroa. O processo revolucionário na Inglaterra estende-se de 1640 a 1688, não de forma ininterrupta, mas de forma a consolidar o poder da burguesia representada no Parlamento. Oliver Cromwell, um dos primeiros líderes do processo revolucionário, ao vencer e decapitar o rei Carlos I, tornou-se Lorde Protetor, líder do Parlamento.

Com a Revolução Gloriosa, a burguesia inglesa se libertava do Estado absolutista, que, com seu permanente intervencionismo, era uma barreira para um mais amplo acúmulo de capital. Dessa forma, a burguesia, aliada à aristocracia rural, passou a exercer diretamente o poder político através do Parlamento, caracterizando a formação de um Estado liberal\*, adequado ao desenvolvimento do capitalismo, que, junto a outros fatores, permitirá o pioneirismo inglês na Revolução Industrial em meados do século XVIII.

### 2.3.1 A revolução industrial inglesa

As transformações políticas e econômicas ocorridas na Inglaterra tornaram possível a ocorrência de dois fatores fundamentais para a consolidação do capitalismo como modo de produção, ou como sistema econômico.

Essas ocorrências foram:

1 - A acumulação primitiva de capital: como pudemos observar, por meio dos cercamentos, do acúmulo de riqueza na forma de capital comercial; na expropriação dos camponeses etc.

2 - A liberação do trabalho dos laços servis: com o fim da ordem feudal, os trabalhadores, antes atados por laços de servidão, tornaram-se livres desses laços, mas também desprovidos de quaisquer meios de subsistência, na medida em que eram expulsos de suas terras. Tornam-se,

---

\* Nota do digitalizador: um estudo marxista sobre a perspectiva de Mészáros sobre o Estado você encontra em PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.) “[Marx, Mészáros e o Estado](#)” [autores]: Edivânia Melo, Mariana Alves de Andrade.– São Paulo : Instituto Lúkács, 2012. 80 p. ISBN 978-85-65999-00-7

portanto, trabalhadores livres que, para sobreviver, deverão vender sua força de trabalho, como assalariados, para os novos empreendimentos capitalistas que surgem.

Essas duas ocorrências são fundamentais para a consolidação do capitalismo e dão incrível impulso à revolução industrial. Essa revolução vai ocorrer, originariamente, na Inglaterra, por ser esse país que apresenta as melhores condições objetivas, políticas, sociais e econômicas para a consolidação da indústria.

O surgimento da indústria na Inglaterra pôde ocorrer devido à evolução da produção efetuada por produtores independentes e do comércio no interior desse país. A produção de tecido de lã, inicialmente executada no interior por camponeses proprietários dos meios de produção, vai se expandir e promover um conjunto de fatores que levarão à revolução industrial.

Para ampliar a produção de lã, as terras passaram a ser cercadas — cercamentos — e unificadas em grandes propriedades. Com isso, ao mesmo tempo em que aumenta a produção dessa matéria-prima, expulsa do campo grande quantidade de camponeses, que passarão a compor a massa de trabalhadores livres à disposição da indústria.

O sistema de “*putting-out system*” passa a ser substituído pela indústria. Nesse sistema, a produção é efetuada pelos camponeses, ainda proprietários dos meios de produção, mas comandada pelos comerciantes que encomendam e até adiantam o dinheiro necessário para a produção. Com o crescimento do comércio e da demanda por tecido, esse sistema passou a representar um entrave à expansão econômica.

Por volta de meados do século XVIII, o capital acumulado no comércio passa a ser destinado à implantação de indústrias, com os capitalistas adquirindo o maquinário necessário — teares e máquinas de fiar — e contratam trabalhadores livres, de forma assalariada, para a execução do trabalho no interior das fábricas. Durante os primeiros cem anos, as relações de trabalho no interior dessas unidades industriais capitalistas eram estabelecidas livremente pelos proprietários. Em consequência, tanto as condições de trabalho, quanto a jornada e a remuneração eram as piores possíveis para os trabalhadores, o que proporcionava uma crescente taxa de lucro sobre o capital investido. Oliveira também analisa esse processo:

O processo de desenvolvimento do capital comercial e usurário progressivamente subordina e transforma a organização da produção. Entretanto, as transformações são limitadas, não significando revolução nas condições de produção. Teríamos então que verificar quais outros fatores permitiram o surgimento do trabalho assalariado, ou seja, como a mercantilização atingiu seu ponto extremo, transformando a própria força de trabalho em mercadoria.

Vejam como Marx (1949, v. III, p. 320-1) analisa a questão:

“Por conseguinte, o comércio exerce em todas as partes uma influência mais ou menos dissolvente sobre as organizações da produção anteriores, as quais orientavam-se primordialmente, em suas diversas formas, para o valor de uso. Mas a medida em que logre dissolver o antigo regime de produção dependerá primeiramente de sua solidez e de sua estrutura interior. E o sentido para o qual esse processo de dissolução encaminhe, isto é, os novos modos de produção que venham a ocupar o lugar dos antigos, não dependerá do comércio mesmo, mas do caráter que tivesse o regime antigo de produção. No mundo antigo, os efeitos do comércio e o desenvolvimento do capital comercial se traduzem sempre na economia escravista; e, segundo o ponto de partida, conduzem simplesmente à transformação de um sistema escravista patriarcal, dirigido à produção de meios diretos de subsistência, em um sistema orientado para a produção de mais-valia. No mundo moderno, ao contrário, desembocam no regime capitalista de produção. De onde segue-se que esses resultados achavam-se condicionados, ademais, por fatores muito distintos, alheios ao desenvolvimento do mesmo capital comercial.”

A afirmação de Marx não deixa margem a dúvidas: o desenvolvimento do comércio desagrega as organizações da produção voltadas para o valor de uso. No entanto, a natureza do regime de produção que resulta desse processo não é determinada pelo desenvolvimento do próprio comércio, mas depende do caráter do regime anterior. Assim, o que deve ser explicado é como a ação dissolvente do comércio sobre o modo de produção feudal gerou as condições para a gênese do capitalismo. (...) Na verdade, o processo de constituição do capitalismo é possibilitado, em última instância, pela própria natureza das formas de organização da produção do feudalismo: a agricultura camponesa e o artesanato urbano.

Com o feudalismo, pela primeira vez na história, surgia a cidade produtiva, fundando um novo

padrão de divisão social do trabalho entre o campo e a cidade. Nas cidades, florescia o artesanato organizado em corporações, ou seja, uma forma de pequena produção independente, na qual o produtor detinha a posse das condições objetivas de trabalho. Também no campo predominava a pequena produção independente: a agricultura parcelar camponesa (...).

No longo processo de crise do feudalismo, dissolviam-se os laços servis e afrouxavam-se as regulamentações corporativas. Desse processo resultou uma estrutura produtiva dominada pela pequena produção independente livre, no campo e na cidade. Vale dizer, a crise do feudalismo resultou na pequena produção mais ou menos livre dos laços servis e das normas corporativas, uma pequena produção independente que progressivamente articulam-se ao mercado. Ora, é exatamente essa economia de pequenos produtores independentes que vai permitir a dissociação dos produtores de seus meios de produção.

Assim, a ação do comércio é um momento necessário, mas não suficiente para explicar a gênese do capitalismo. Vale dizer, o regime feudal é dissolvido pela ação do capital comercial, mas a conformação da estrutura que resulta desse processo – a economia de pequenos produtores independentes – não dependeu do comércio, mas sim da natureza do regime de produção feudal. Como vimos, o capital comercial atua sobre a estrutura de pequenos produtores independentes que resultou da crise do sistema feudal e, nessas condições, o aumento da produção de mercadorias pode ser realizada de duas maneiras. Em primeiro lugar, transformando a economia natural em produtora de valores de troca e, em segundo, alterando as formas de organização da produção, de maneira a incrementar a produtividade do trabalho e conseqüentemente a produção mercantil. Assim, vai sendo conformada a estrutura heterogênea do período da gênese do capitalismo e, à medida que o processo de transformação da economia natural em mercantil vai atingindo certo grau, a expansão da produção de mercadorias passa a depender fundamentalmente do incremento da produção resultante do aumento da produtividade do trabalho. Ora, como vimos, nenhuma forma de organização da produção própria dessa estrutura é capaz de incrementar constantemente a produtividade de trabalho.

Dados esses limites ao incremento da produção mercantil, também a acumulação do capital comercial vai depender do apoio do Estado e da violência extraeconômica. Assim explica-se a luta do capital comercial pela obtenção de monopólios e privilégios, e são suas exigências que conformam a política mercantilista de reserva de mercados e de limitação da concorrência. E é ainda o capital comercial que utiliza os métodos bárbaros, a violência inaudita para implementar a produção mercantil escravista no Novo Mundo.

### **A grande indústria**

Assim, a formação do capitalismo completa-se com o surgimento da produção mecanizada, organizada como grande indústria, movimento que constitui o momento final desse processo, pois sua ocorrência exige preexistência de força de trabalho livre, de capital monetário centralizado e de mercados relativamente desenvolvidos, mas a grande indústria é o momento final do processo de constituição do capitalismo, também porque, a partir de sua implantação, estão garantidos a generalização do trabalho assalariado e o pleno domínio do capital, ou seja, a autodeterminação do capital.

(...)

O período manufatureiro, ou era da acumulação primitiva, é momento necessário ao surgimento da grande indústria mecanizada. Em primeiro lugar, porque foi nessa fase que se criou o exército de proletários e que se centralizou o capital dinheiro passível de transformar-se em capital industrial. Em segundo, o processo de acumulação primitiva aprofundou a divisão social do trabalho, constituindo mercados com a extensão necessária à produção fabril, que, desde seu início, apresentou-se como produção em massa. Finalmente, de um ponto de vista material, no período manufatureiro ocorreu a diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho, e o aparecimento de operários especializados, elementos que são condições para a própria produção de máquinas.

Vejamos, então, a natureza da revolução que se opera na organização da produção pela introdução da maquinaria, permitindo a superação das limitações do período manufatureiro (...).

(...)

A produção mecanizada passa a destruir o artesanato, a indústria doméstica e a manufatura nos ramos em que vai sendo introduzida. A revolução operada nesses ramos arrasta e revoluciona outros setores a eles ligados. O sistema de comunicação e transporte do período manufatureiro cada vez mais torna-se inadequado para atender as necessidades de produção mecanizada e, por sua vez, vai sendo revolucionado. Entretanto, se em seu início, a organização fabril é implantada com máquinas produzidas por manufaturas, a partir da multiplicação do uso de máquinas, as bases técnicas estreitas da produção manufatureira vão se tornando limitação insuportável, limitação que



deve ser superada para que se generalize a produção fabril.

(...)

A maquinaria, ao retirar das mãos do trabalhador a ferramenta, restringe o papel deste último, torna supérfluo o trabalho especializado, e assim liberta o processo de trabalho da necessidade de operários hábeis e treinados. A força motriz mecânica, por sua vez, torna desnecessária a força física humana e permite o aparecimento de cooperação de máquinas e do sistema de maquinaria, e, dessa forma, supera-se a divisão do trabalho fundada na especialização do operário. Vale dizer, com o sistema de máquinas a distribuição do trabalho é regulada pela utilização de diferentes máquinas, ou seja, é regulada de forma objetiva.

(...)

A grande indústria vem complementar a separação, própria da produção capitalista em geral, entre o trabalhador e seus meios de produção: se na manufatura os meios de produção já não pertencem ao trabalhador, existe, entretanto, uma unidade técnica entre o trabalhador parcelar e sua ferramenta. Agora, com a produção mecanizada, constitui-se um processo tipicamente capitalista, e essa separação expressa-se materialmente, de forma real, no próprio processo de trabalho. A máquina aparece como materialização do capital como elemento estranho e hostil ao operário, separado dele. (Oliveira, 2003: 32-58)

Marx assim analisa:

Por exemplo, quando os grandes proprietários territoriais ingleses expulsaram seus dependentes que consumiam uma parte da produção excedente de suas terras e, além disso, seus arrendatários livraram-se dos pequenos camponeses sem terra etc. — grande massa de força de trabalho viva duplamente livre foi lançada no *mercado de trabalho*:

livre das velhas relações de dependência, servidão ou prestação de serviço e livre, também, de todos os bens e propriedades pessoais, de toda forma real e objetiva de existência, *livre de toda propriedade*. Uma tal massa ficou reduzida ou a vender sua força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar. A história registra o fato de que ela primeiro tentou a mendicância, a vagabundagem e o crime, mas foi forçada a abandonar esse rumo e a tomar o estreito sendeiro que conduz ao mercado de trabalho por meio da força, do pelourinho e do chicote (Por isso, os governos de Henrique VII, VII\* etc., constituem condições do processo histórico de dissolução e são os criadores das condições de existência do capital.). Inversamente, os meios de subsistência anteriormente consumidos pelos senhores de terras e seus dependentes, agora tornam-se disponíveis para ser comprados com dinheiro, e o dinheiro desejava comprá-los para, através de sua instrumentalidade, comprar trabalho. O dinheiro nem havia *criado* nem *acumulado* esses meios de subsistência. Eles já existiam, eram consumidos e se reproduziam, antes de passar a serem consumidos e reproduzidos por intermédio da intervenção do dinheiro. A única alteração consistia em que tais meios de produção, agora, eram lançados no *mercado de troca*. Eram, agora, (...) transformados de valores de uso em valores de troca, assim submetendo-se à supremacia e domínio da riqueza monetária. O mesmo vale para os instrumentos de trabalho.

A riqueza monetária nem descobriu nem fabricou a roda de fiar e o tear. Mas, quando foram separados da terra os fiandeiros e tecelões, com suas rodas e teares, ficaram sob o império da riqueza monetária. (Marx, 1977: 103:104 e Marx, 2011:417)

Assim, concluímos esse capítulo com essa parte da Introdução que Mauro Iasi escreveu para o livro *A Revolução antes da revolução* (2008) :

No momento em que o século XVIII fecha suas cortinas sobre o mundo moderno que nascia, o ciclo das revoluções burguesas atingia seu apogeu e iniciava sua crise. A consolidação das revoluções burguesas a partir das experiências inglesas do século XVII e início do século XVIII, a Guerra de Independência dos EUA, em 1776, e a Revolução Francesa de 1789, marcariam profundamente a formação dos Bandos nacionais que tinham por base nesse processo a universalização do modo de produção capitalista. As profundas mudanças na forma de produção da vida e nas relações sociais de produção, condensadas no que se chamou de revolução industrial, foram acompanhadas de mudanças políticas marcadas pela crise do absolutismo feudal, assim como uma intensa efervescência cultural e filosófica, da qual são manifestações o racionalismo inglês, o iluminismo francês e o esclarecimento alemão. As

---

\* Nota do digitalizador: o correto possivelmente aqui seria VIII.

mudanças políticas se caracterizaram pela luta da burguesia pelo poder de Estado, no chamado ciclo das revoluções burguesas.

Ocorre que, mesmo no momento de seu apogeu, o ciclo burguês demonstrava simultaneamente o vigor de sua hegemonia e o germe das contradições que, ao se desenvolver, apontaria para a superação da ordem do capital. Marx dizia que a humanidade só se propõe as tarefas que pode realizar, porque, quando analisamos bem as coisas, vemos que os objetivos revolucionários só brotam quando já existem, ou pelo menos estão em gestação, as condições materiais para seu desenvolvimento.

Nesse momento da história, os objetivos de uma revolução proletária não poderiam passar de germes, embriões de uma futura luta contra o capital.

A burguesia recém chegava ao poder e, duramente, lutava para impor seu domínio contra a resistência das velhas camadas feudais. O efeito prático desse momento de transição pode ser comparado pela solução de compromisso que brota da revolução inglesa na formação do governo misto, defendido por Locke e Montesquieu, no qual a nobreza e a burguesia convivem numa forma de governo que mantém a monarquia e divide o poder com um Parlamento composto de uma Câmara Alta, na qual participam os nobres, e uma Câmara Baixa, ocupada pela burguesia como representante do povo. Da mesma forma, os revolucionários franceses acompanham atônitos a inflexão da Revolução Francesa até Napoleão coroar-se imperador.

No momento mesmo com que a ordem burguesa completava sua transição, as contradições da forma capitalista de sociedade já agiam como um poderoso ácido corroendo as pretensões de universalidade burguesa e demonstrando o papel que caberia aos trabalhadores no interior da ordem do capital. O século XIX emerge como o momento da consolidação da ordem burguesa capitalista, mas, ao mesmo tempo, como embrião das lutas proletárias que se dariam por todo século XIX e XX.

Se esses germes de rebelião já estavam presentes na Revolta dos Justos de Babeuf na França, no pensamento socialista utópico de Saint-Simon, Fourier, Blanqui, Proudhon, ou mesmo, antes, nas lutas camponesas na Alemanha no século XVI, será apenas com o pensamento de Marx e Engels que a afirmação de uma revolução proletária ganha a consistência de uma alternativa histórica contra o capital e o Estado burguês. (IASI, 2008: 7-9)

## Capítulo 3: O capitalismo contemporâneo

Como vimos no capítulo anterior, somente no capitalismo o modo de produção passa a se basear na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente econômicos: desprovidos de propriedade, os produtores diretos são obrigados a vender a força de trabalho para sobreviver, e os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem a necessidade da coação direta. Capital e trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução: os trabalhadores precisam do mercado para vender a sua força de trabalho e adquirir os meios de sua subsistência; os capitalistas, para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros e reproduzir o capital. O mercado passa a ser determinante e regulador principal da reprodução social, penetrando inclusive na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento. Criam-se os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro.

Vimos também como as forças competitivas foram fatores fundamentais na expropriação violenta dos produtores diretos (camponeses), com a acumulação primitiva do capital. Os cercamentos das terras comunais e dos campos abertos ingleses representaram, de fato, a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos costumes em comum e dos direitos consuetudinários dos trabalhadores e pequenos proprietários, visando a criação extensiva de ovelhas ou o cultivo de terras aráveis com maior produtividade. Assim também nascia uma nova concepção de propriedade privada: a propriedade, no capitalismo agrário nascente, passava a ser, além de privada, absoluta e exclusiva, ao excluir grandes contingentes de indivíduos e comunidades do acesso à terra e aos meios de produção.

O capitalismo industrial desenvolve-se, nos séculos XVIII e XIX (através da chamada revolução industrial), como consequência das modificações introduzidas pelo capitalismo agrário. O processo de acumulação primitiva do capital, no qual é fator determinante a formação do trabalhador assalariado, totalmente expropriado e apartado dos meios de produção, criara, entre os séculos XVI e XVIII, na Inglaterra, um mercado unificado nacional, cada vez mais único, integrado e competitivo, ao desenvolver um crescente mercado consumidor formado por não proprietários, dependentes da compra do alimento e da vestimenta (mercado de massa). A necessidade de aumentar a produção de bens de consumo correntes e não de bens suntuários para mercado restrito convertia em capital industrial a riqueza acumulada durante a acumulação primitiva.

O capitalismo consolidou-se, ao longo do século XIX, como modo de produção dominante em escala mundial. A consolidação do capitalismo ocorre quando se dá a generalização da lei do valor para todos os produtos do trabalho humano, num processo de mercantilização do trabalho objetivado, estendido aos próprios agentes produtivos, também transformados em mercadorias. Nesse momento, o trabalhador passa por um processo de expropriação do seu saber-fazer e cristalização desse conhecimento em um processo mecânico e objetivo. Com a associação do trabalhador a uma máquina simples, o capital separa braços e mentes, tornando o conhecimento aplicado no processo de trabalho em algo externo aos próprios agentes produtivos. Foi preciso, então, criar um segmento de trabalhadores técnico-científicos, separado da classe trabalhadora tradicional, vinculado a um trabalho unicamente intelectual (sem nenhuma relação direta com algum trabalho manual específico), responsável unicamente pela gestão e organização do trabalho. A divisão entre concepção e execução abriu a possibilidade de o trabalho intelectual tornar-se produtivo e de a ciência interferir diretamente no processo de produção, pois, com a consolidação do processo de formação do trabalhador coletivo, não é produtivo apenas o trabalho manual, mas qualquer tipo de trabalho que, de algum modo, participe do processo de valorização do capital. Mas a subsunção real do trabalhador ao capital nunca se dá de forma absoluta e tampouco se dá de forma passiva (a relação é sempre contraditória, conflituosa), bem como o trabalho manual, mesmo o mais mecânico possível, jamais é completamente desprovido de subjetividade.

Com o uso da maquinaria, o trabalho torna-se objetivamente abstrato. Isso porque somente por meio da troca de mercadorias, o trabalho individual que as produziu se torna social: as mercadorias só têm um caráter objetivo como valores na medida em que são todas expressões de uma substância social idêntica: o trabalho humano. O caráter objetivo da mercadoria (o valor) é, portanto, puramente social. O trabalho abstrato é, então, a propriedade adquirida pelo trabalho humano quando dirigido para a produção de mercadorias.

O capital não é uma coisa, mas uma relação social de exploração. No capitalismo desenvolvido, a tecnologia apresenta-se como um método de extração de *mais-valia relativa*, pois a introdução das máquinas e o uso da ciência para o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas de organização da produção propiciam o aumento progressivo e vertiginoso da produtividade sem a necessidade de obtenção de maior produção por meios meramente coercitivos ou com a extensão da jornada de trabalho: *mais-valia absoluta*. A maquinaria e as técnicas de gerenciamento a serviço do capital, ao provocarem a desvalorização da força de trabalho, tem como finalidade primordial a diminuição da quantidade de trabalho necessário para a produção de mercadorias, principalmente da mercadoria mais importante do capitalismo: a força de trabalho. Até porque o desenvolvimento das forças produtivas, nesses moldes, embute a aplicação de novas formas de dominação dos agentes produtivos, na intenção de capturar a subjetividade operária para o processo hegemônico do capital.

### **3.1— Capital monopolista e o imperialismo**

O período compreendido entre meados da década de 1840 e 1873 (ano que assinalou o início da “grande depressão” na Europa) ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo de livre concorrência. Foram anos que se caracterizaram pela rápida expansão econômica em toda a Europa. Mas justamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, as forças que levariam a concentração de capital, começaram a produzir seus efeitos. Os aperfeiçoamentos tecnológicos foram de tal monta que somente as fábricas de grande porte puderam tirar proveito dos novos e mais eficientes métodos de produção.

A concorrência tornou-se tão agressiva e destrutiva que, em pouco tempo, as empresas menores foram eliminadas. Os concorrentes mais poderosos, em vias de se destruírem uns aos outros, frequentemente optavam por se associar, formando cartéis, trustes ou fundindo-se para assegurar a sua sobrevivência.

A sociedade anônima por ações ou corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava a uma única organização financeira assumir controle sobre vultosas quantidades de capital. Desenvolveu-se, na Europa e nos Estados Unidos, um vasto e bem organizado mercado de capitais, que centralizava, para as grandes corporações, as pequenas poupanças em capital de milhares de indivíduos e de pequenos empresários. Esse movimento compreendeu dois processos distintos e simultâneos: o processo de concentração de capitais e o processo de centralização de capitais.

#### **3.1.1 — Concentração de capital**

Por concentração de capital entendemos o próprio processo de acumulação do capital, ou seja, quando o trabalho produtivo produz a mais-valia, essa mais-valia é apropriada pelo capitalista na forma de lucro. O capitalista pode, livremente, fazer o que quiser com esse lucro: pode gastar com seu próprio consumo (conspícuo), ou pode reinvestir esse lucro na produção novamente, ampliando o montante de seu capital. Assim, por exemplo, se um capitalista investiu, inicialmente, um milhão de reais na produção de sapatos e obteve, de lucro, duzentos mil reais, se ele utilizar esses duzentos mil reais para comprar um carro de luxo, ou uma casa na praia, sua empresa continuará do mesmo tamanho, com o mesmo montante de capital com o qual ele começou o processo de produção, ou seja, um milhão de reais. Se ele tiver sorte e no próximo período ocorrer tudo novamente dentro da normalidade, ele conseguira de novo um lucro de duzentos mil reais. Nesse caso, não houve acumulação de capital (e nem concentração de capital).

Por outro lado, se um outro capitalista que também havia investido inicialmente um milhão de reais na produção de sapatos e que também obteve um lucro de duzentos mil reais, mas, ao contrário do seu concorrente, não usou esse lucro para consumo próprio e investiu esses duzentos mil reais na sua fábrica (comprando mais máquinas e equipamentos, adquirindo mais matérias primas e contratando mais trabalhadores), mantendo-se a mesma taxa de mais-valia, no período seguinte, ele terá um lucro de duzentos e quarenta mil reais e a fábrica dele, que inicialmente era constituída por um capital de um milhão de reais, agora possui um capital de um milhão e duzentos mil reais. Nesse caso, houve acumulação de capital, pois a mais-valia transformada em lucro tornou-se capital e se juntou ao capital inicialmente investido.

Esse é o processo denominado de concentração de capital. As empresas que investem constantemente mais capital vão se tornando cada vez maiores, enquanto aqueles que não o fazem mantêm-se com a mesma magnitude.

### 3.1.2 - Centralização de Capital

O outro processo que leva ao capitalismo monopolista do final do século XIX é chamado de centralização de capital. Por esse processo, aquelas empresas que estão constantemente investindo, reinvestindo e acumulando capital, tornam-se maiores e mais poderosas que as concorrentes que não o fizeram. Porém, isso não é tudo: imagine se aquele segundo capitalista, do exemplo anterior, em vez de comprar, com aquele lucro de duzentos mil reais, máquinas e equipamentos exatamente iguais (com a mesma tecnologia) as máquinas antigas, comprasse máquinas mais modernas e que possibilitassem aumentar a produtividade (ou seja, produzir mais com menos trabalho). Ele não só iria produzir extensivamente mais (a mesma quantidade por unidade de trabalho), mas iria produzir intensivamente mais (com mais produtividade), portanto, poderia vender seus sapatos por um preço mais baixo do que os sapatos dos concorrentes (já que seus sapatos, devido ao aumento da produtividade, conteriam menor quantidade de trabalho, portanto um valor menor). Assim, ele ganharia mercado e poderia levar à falência o concorrente, ou ainda, comprar a fábrica do concorrente, tornando-se uma corporação muito maior.

Devido ao caráter permanentemente competitivo e concorrencial do modo de produção capitalista, esses dois processos são inexoráveis, ou seja, existem e continuarão a existir enquanto durar o capitalismo, quer os capitalistas gostem ou não dele.

No final do século XIX, o mundo foi dominado por gigantescas corporações originadas pelos processos acima descritos, ou seja, de concentração e centralização do capital. Essas corporações gigantescas produziam em massa artigos destinados aos mercados nacionais ou mundiais e a concorrência de preços teve consequências tão devastadoras que levou a uma tendência inexorável de formação de um poder monopolista exercido por algumas poucas corporações. Várias grandes empresas se associaram voluntariamente, formando cartéis, por exemplo, preservando, ao mesmo tempo, uma relativa autonomia de ação. Outras formas de associação utilizavam uma empresa financeira — um truste ou uma companhia (*holding*) - para controlar as ações com direito a voto das corporações participantes. Havia ainda a alternativa da fusão de várias empresas, formando uma única corporação unificada.

Tal processo de centralização de capitais ocorreu tanto nas empresas industriais quanto nos bancos, provocando a substituição da grande quantidade de pequenas casas bancárias por um pequeno número de grandes bancos, forçando, ainda, que o capital industrial buscasse a associação com o capital bancário, pela necessidade de créditos e visando a formação das sociedades anônimas por ações. Forjou-se, assim, o capital financeiro, que passava a influir diretamente na vida das empresas, comprando e vendendo ações, promovendo fusões e associações entre os grupos empresariais e influenciando, junto aos Estados, nas diretrizes das políticas econômicas adotadas.

A revolução tecnológica, promovendo grandes mudanças na velocidade e no ordenamento da produção, foi responsável por permitir, com a utilização de novas técnicas e novas fontes de energia, o desenvolvimento da indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos) e de bens de consumo duráveis. Tais mudanças vieram acompanhadas de uma tentativa sistemática de se

racionalizar a produção e, conseqüentemente, aumentar a produtividade, para o que as empresas passassem a adotar métodos científicos na organização do trabalho dentro da fábrica, como o taylorismo e o fordismo. Esses métodos visavam, acima de tudo, o maior controle dos patrões sobre a mão de obra operária, tendo se constituído em novas formas de dominação burguesa sobre o operariado dentro da fábrica, ao interferir diretamente no tempo de trabalho e na forma de organização da produção. Buscava-se, assim, quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração do capital, minando a solidariedade entre eles, através da imposição de um acelerado ritmo de trabalho e da competitividade como norma entre os próprios operários. As mudanças introduzidas por Taylor e Ford, simbolizadas, respectivamente, no cronômetro e na esteira rolante, não foram meras inovações tecnológicas, mas verdadeiras revoluções de ordem administrativa e gerencial, pois colocaram a ciência da administração a serviço não apenas do aumento da produção e da produtividade, mas, fundamentalmente, do poder dos capitalistas, constituindo o despotismo de fábrica.

Outra característica fundamental deste processo histórico foi a maior participação dos Estados, hegemônicos por grupos empresariais, grandes proprietários de terras e banqueiros, na vida econômica das nações capitalistas desenvolvidas, abandonando-se, gradativamente, a tradicional política de *laissez-faire* (*deixar-fazer*) predominante na fase concorrencial do capitalismo. Em sua nova fase de desenvolvimento, o capitalismo exigia que os Estados adotassem medidas para facilitar sua expansão, através de políticas protecionistas e de investimento na indústria, com vistas a favorecer a exportação de produtos e capitais, além de garantir a presença dos grandes conglomerados em várias áreas do globo, em meio à acirrada disputa imperialista que se estabeleceu entre as potências industriais.

Todo esse conjunto de novas situações, em que se destacam a forte concentração e centralização de capitais, a crescente capacidade produtiva das empresas, devido às inovações tecnológicas, o acirramento da luta de classes, com o fortalecimento do movimento operário na segunda metade do século XIX, provocou a necessidade imperiosa de conquista de territórios que representassem novos mercados consumidores dos produtos industrializados, ao mesmo tempo em que se caracterizavam como fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata.

Esse processo, estudado por Lênin, caracterizou-se por se configurar em um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente, que ele chamou de “imperialismo”. (Lênin, 1975) O imperialismo não envolvia apenas a partilha do mundo, mas uma nova articulação entre ciência e processo produtivo, o aumento das exportações de capitais, uma nova correlação de forças entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e as respectivas burguesias, novas relações entre capital financeiro e Estado. A concentração ampliada de capitais alterava qualitativamente as relações sociais, impondo novas e mais perversas formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas — de caráter mundial. A tendência à monopolização expressava que, para manter-se como forma de acumulação ampliada, o capital precisava efetuar significativas e efetivas transformações no conjunto da vida social, implicando em novos desafios para a luta de classes.

O processo de aprofundamento e alargamento das relações capitalistas no mundo veio acompanhado de outro, igualmente drástico, para as populações: o das sucessivas crises de superprodução, que passavam, a partir da década de 1870, a fazer parte da realidade econômica dos países capitalistas desenvolvidos, cujas conseqüências atuavam no sentido de contribuir, sensivelmente, para a promoção de alterações profundas na estrutura das sociedades burguesas. A partir da consolidação do capitalismo na sua fase imperialista, percebem-se as crises econômicas como muito mais prolongadas, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à transição para o capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

## 3.2 - De onde vêm as crises?\*

As crises capitalistas são recorrentes e cada vez mais profundas. No entanto, os teóricos que partiram dos chamados “fundadores da economia política clássica”, como Adam Smith e David Ricardo, não conseguem explicar as crises do capitalismo a partir de seu próprio funcionamento. Esse procedimento tem uma função ideológica, ou seja, todos os economistas do pensamento dominante procuram, em suas teorias, encobrir o caráter histórico do capitalismo e tentam apresentá-lo como um modo de produção eterno. Assim, quando a crise se apresenta, em suas teorias, esses economistas procuram culpados, mas não aprofundam a análise para as razões fundamentais das crises, que estão no próprio processo de produção capitalista.

Em ensaio no livro *A reflexão marxista sobre as impasses do mundo atual* (Pinheiro, 2012), foram apresentadas as principais tentativas de explicação das crises por parte dos economistas burgueses.

A principal corrente teórica que informa as ações da política econômica atual, a teoria econômica dominante, é descendente direta da teoria neoclássica cujo arcabouço não apresenta uma teoria das crises. Para essa corrente, crises são eventos singulares derivados de circunstâncias não previstas no modelo de análise. Assim, cada crise é um evento único cujas causas devem ser encontradas em elementos exteriores à própria economia, tais como a ação política, guerras, ou comportamentos ético-morais não esperados etc.

Desde os primeiros neoclássicos, a economia capitalista é compreendida a partir de um modelo de equilíbrio geral, cujo elemento central é o livre mercado autorregulado.

*A economia analítica, dita científica, privilegiará como **objeto o intercâmbio**, nos contextos particular e geral, constituindo uma fenomenologia do equilíbrio nas trocas de mercadorias. Os consumidores maximizam sua utilidade em relação aos preços vigentes (parâmetros) para os produtos [...] Os produtores maximizam seus lucros em relação aos preços vigentes (parâmetros) dos fatores de produção. Na situação de maximização, o emprego de quantidades de proporção de fatores (função de produção) é tal que o produto marginal é igual por unidade monetária gasta com cada um dos fatores. [...] Com o equilíbrio, a que se supõem como resolvido é a permanência da estrutura do regime de produção capitalista ao longo da história. (...) O capitalismo, segundo essa operação teórica, pode-se dizer ‘é, sempre foi e sempre será’. Ele é o regime de produção.* (BRAGA, 2000:54-55)

Assim, como melhor alocação de recursos escassos frente às necessidades de consumo da população, o processo de produção e consumo não tem porque engendrar crise se regulado exclusivamente pelas forças do mercado. Mais especificamente, em equilíbrio entre oferta e demanda, cada mercado é ajustado pelo preço. Por isso, se há desemprego de algum fator — trabalho, por exemplo — novo equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de trabalho deve ser estabelecido, com novo preço, ou salário, ajustado a essa nova realidade. A queda do nível da produção é decorrente do baixo volume de poupança que financiaria o investimento, assim, no mercado monetário, novo equilíbrio entre oferta e demanda monetária vai ser estabelecido, com uma nova taxa de juros de equilíbrio mais elevada, a fim de incentivar a poupança. “Ficam assim determinados os preços relativos de equilíbrio, inclusive a taxa real de salário e a de juros.” (BRAGA, 2000:157)

As crises, sob esse paradigma, ocorrem por intervenção de fatores externos à economia ou por falhas ou imperfeições do mercado. Dentre essas falhas, devem-se destacar qualquer tentativa de monopólio e assimetrias nas informações. As assimetrias de informações são elementos importantes, e que foram incorporados nos desenvolvimentos recentes da teoria dominante, pois pressupõe que os agentes, para maximizarem sua utilidade, devam ter ampla informação sobre a ação dos demais agentes. Nesse sentido, a transparência, nas mais diversas operações efetuadas no mercado, é a garantia para se evitar crises. Por isso a criação de agências especializadas em avaliar os mais diversos aspectos da economia, da política e dos movimentos sociais, como as agências de “avaliação de risco”, tornam-se peças-chave no sistema de tomada de decisão capitalista. Não é nosso objetivo aqui aprofundar o papel dessas agências, apenas destacamos o poder que as agências adquiriram, fundamentado pela “necessidade” liberal de eliminar as assimetrias de informação, poder esse que coloca em xeque as mais poderosas lideranças

---

\* Nota do digitalizador: sobre a perspectiva de Mészáros sobre essas crises e as possíveis consequências extremas delas, veja PANIAGO, Maria Cristina Soares. “*Mészáros e a incontrolabilidade do capital*” São Paulo : Instituto Lukács, 2012. – 2. ed. rev. 160 p. ISBN 978-85-65999-11-3

políticas dos países. Basta constatar o pânico gerado entre os governos de França e Alemanha frente à possibilidade de serem “rebaixados” pelas agências Moody’s, Standard & Poor’s e Fitch. Quanto à formação de monopólios, seja dos fatores produtivos quanto dos produtos, diante da impossibilidade de obstruir a concentração e centralização do capital, a teoria econômica dominante postula que, para evitar a conglomeração capitalista deve-se proporcionar o mais amplo e livre mercado, tanto para o capital quanto para o trabalho. Na prática, a principal obstrução deve ser no sentido de impedir os trabalhadores de constituírem sindicatos ou sistemas de contratação de trabalho que impeçam a mobilidade dos salários, pois, com a mobilidade salarial, não haveria desemprego (ou estariam desempregados apenas aqueles que optassem por não trabalhar, como forma de maximizar sua utilidade).

Tanto o Estado quanto a moeda são, nesse modelo teórico, elementos exógenos ao sistema e, muitas vezes, os principais responsáveis pelas crises já que alteram o equilíbrio geral. O Estado é considerado um “mal necessário”. Durante o século XIX, o Estado foi concebido como uma estrutura de poder jurídico-política cuja função principal era a defesa (tanto externa, contra outros Estados inimigos, quanto interna, contra qualquer tentativa revolucionária de transformar a ordem social vigente), o gasto público aparece no modelo como um “vazamento” no fluxo da renda, pois “... todos os consumos públicos constituem por si mesmos um sacrifício, um mal sem nenhuma outra compensação que a vantagem resultante para o público da satisfação de uma necessidade” (SAY, 1983: 397). A atualização, dita científica, da teoria econômica dominante admite ampliar a participação do Estado no sentido de que reconhece as imperfeições ou falhas de mercado, portanto, o Estado deve atuar nestas “brechas” em que o livre mercado não consegue alocar perfeitamente os recursos. Assim, a atuação do Estado na economia deve se restringir a correção das falhas do mercado, por exemplo, combater focalizadamente a fome através de programas específicos, oferecer saúde, educação, previdência públicas apenas àqueles que não conseguem satisfazer essas necessidades no mercado etc. Qualquer extensão da ação do Estado para além desses limites mostrados pelo mercado provoca crise, pois retira, através da tributação, parcela da renda que os agentes econômicos, por si só, teriam melhores e maiores capacidade de alocar satisfatoriamente. Na verdade, segundo essa corrente teórica, a tributação provoca uma assimetria na alocação dos recursos e deve ser mantida no menor patamar possível. Por isso, a contenção do gasto público.

A teoria econômica neoclássica trata a moeda de uma forma muito simples, ela é apenas um símbolo. Como a posse de moeda, por parte de um agente econômico qualquer, não proporciona nenhum rendimento, toda renda da sociedade será consumida ou investida. A oferta de moeda é dada pela autoridade monetária e a demanda depende do nível de renda e dos preços. Assim, qualquer aumento na quantidade de moeda ofertada provoca desequilíbrio entre a oferta e a demanda e promove aumento generalizado de preços. A emissão da moeda é concebida exogenamente ao sistema produtivo. As funções que a moeda exerce na economia, como símbolo, incluem ser intermediário das trocas, meio de pagamento e expressão monetária dos preços (unidade de conta). Por isso, durante o padrão-ouro, a política monetária ficava atrelada ao aumento do produto, expresso na entrada de ouro em um país. Em não havendo aumento do produto, para evitar a desvalorização da moeda (ou aumento de preços), os bancos centrais deveriam contrair a oferta monetária através dos instrumentos da taxa de redesconto e da contração do crédito. Esse mecanismo garantia a paridade da moeda em ouro, à custa de recessão interna, desemprego, rebaixamento de salários e queda nos preços.

Percebe-se, portanto, que no modelo teórico dominante, tanto o Estado quanto a moeda são elementos externos na determinação da dinâmica econômica e, constantemente, por pressão de ordem extraeconômica (pressão política, mau gerenciamento do setor público ou da política monetária etc.) os desequilíbrios advindos desses dois elementos, o Estado e a moeda, contaminam o perfeito funcionamento dos mercados autorregulados e provocam crises.

Consequentemente, as soluções para essas crises devem ser tomadas no sentido de eliminar essas interferências exógenas desequilibradoras, a partir de medidas que tornem flexíveis todos os preços (taxa de juros e salários, principalmente), restrinjam a ação do Estado apenas nas correções das falhas de mercado e conduza a oferta da moeda de forma restritiva. Por isso, por considerar o Estado um espaço suscetível de pressões políticas, a ação dos bancos centrais deve ser independente das decisões da política. (Manzano, 2012: 113-117).



### 3.2.1 - A crise sob uma perspectiva científica

A possibilidade de crise no capitalismo nasce da produção desordenada e do fato pelo qual a extensão do consumo, pressuposição necessária da acumulação capitalista, entra em contradição com outra condição, a da realização do lucro, já que a ampliação do consumo de massas exigiria aumento de salários, o que provocaria redução da taxa de mais valia. Tal contradição insanável faz com que o capital busque compensá-la através da expansão do campo externo da produção, isto é, da ampliação constante do mercado. Quanto mais a força produtiva se desenvolve, tanto mais entra em antagonismo com a estreita base da qual dependem as relações de consumo. Portanto, a crise periódica é inerente ao capitalismo, pois somente pode ser resultante das condições específicas criadas pelo próprio sistema.

Quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital. Essa ideia fundamenta-se no fato de que o processo de acumulação capitalista leva, necessariamente, ao aumento da composição orgânica do capital, a qual é apontada como sendo a relação existente entre o capital constante (o valor da quantidade de trabalho social utilizado na produção dos meios de produção, matérias-primas e ferramentas de trabalho, ou seja, o “trabalho morto” representado, basicamente, pelas máquinas e pelos insumos necessários à produção) e o capital variável (valor investido na reprodução da força de trabalho, o “trabalho vivo” dos operários). O processo de acumulação resulta na tendência à substituição do “trabalho vivo”, a única fonte de valor, por “trabalho morto”, que não incorpora às mercadorias nova quantidade de valor, mas apenas transmite às mesmas a quantidade de valor já incorporada nos meios de produção.

Tal situação é decorrente da própria concorrência inerente ao sistema capitalista, a qual obriga os capitalistas a buscar superar seus rivais através do investimento em meios de produção tecnologicamente mais avançados, para aumentar a produtividade e economizar ao máximo na parcela relativa ao capital variável, em função do acirramento dos conflitos provocados pela luta de classes e pelo fortalecimento do movimento operário.

A queda da taxa de lucro, portanto, é resultado, em última instância, da tendência à substituição do “trabalho vivo” (trabalhadores) por “trabalho morto” (máquinas e equipamentos), fazendo reduzir a fonte de mais-valia, o que acaba por originar uma superacumulação de capital e de mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma restrição na capacidade de consumo da sociedade, por causa do desemprego que desencadeia. Todos nós sabemos que as fábricas estão cada vez mais sofisticadas e que um número cada vez menor de trabalhadores se faz necessário para produzir uma grande quantidade de mercadorias. Em todos os ramos de produção, de bens e serviços, quanto mais aumenta a maquinaria, menor é o número de trabalhadores necessários.

Com o desenvolvimento pleno do capitalismo, cresce a interdependência internacional dos processos econômicos nacionais, situação que se reflete no caráter das crises, fazendo da crise capitalista um fenômeno mundial. Na fase imperialista, o poder industrial separa-se da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado, sendo ultrapassada a fase liberal na qual o proprietário era, ao mesmo tempo, empreendedor, gerenciando uma propriedade individual ou familiar. A concorrência clássica da época da “mão invisível do mercado”, teorizada por Adam Smith ainda no final do século XVIII, foi substituída pela concorrência entre oligopólios, empresas múltiplas comandadas por gerências que trocaram a gestão empirista e intuitiva do capitalismo liberal pelo planejamento estratégico.

Ao contrário do que parte do movimento operário que conformou a social-democracia imaginou à época, a planificação gerencial das empresas não significou um passo na direção do socialismo, pois a competição não deixou de existir, apenas tendo se transferido para novos patamares, assim como o planejamento oligopolista não alterou a estrutura da sociedade, mas contribuiu para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa.

### 3.3 — O pós-guerra e o Estado de bem-estar social<sup>#</sup>

As tendências verificadas na passagem para o imperialismo aprofundaram-se durante a primeira metade do século XX, sendo responsáveis pela eclosão de duas guerras mundiais, entremeadas pela grande crise econômica de 1929 e a ascensão do nazifascismo. Uma nova ordem econômica mundial foi erigida, no mundo capitalista, após a Segunda Grande Guerra, muito em função do surgimento de um poderoso bloco socialista capitaneado pela União Soviética. A Conferência de Bretton Woods, realizada nos EUA, em 1944, estabelecia as bases da economia capitalista contemporânea, com a definição das regras do sistema monetário e financeiro internacional capitalista ao fim do conflito, visando impedir o excesso de moeda circulante e a inflação (conforme a ortodoxia liberal, o excesso de dinheiro circulando no mercado e altos salários dos trabalhadores eram apontados como principais causadores da inflação e das crises econômicas).

A conjuntura do pós-guerra apontava para o poderio inquestionável dos Estados Unidos, que saíam da guerra como a grande potência econômica, financeira, política e militar, liderando o bloco capitalista e iniciando a guerra fria contra a União Soviética e o bloco socialista. O dólar foi definido como moeda padrão internacional, e o Plano Marshall, encabeçando a ajuda estadunidense aos países capitalistas destruídos pela guerra, politizava as relações entre as nações: à medida que crescia a participação dos Estados Unidos na defesa do chamado “mundo livre” (capitalista), os gastos militares desse país passaram a representar o maior movimento de capitais para o exterior. A criação do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial), do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do GATT (atual Organização Mundial do Comércio) cumpria o objetivo de administrar um sistema no qual o desenvolvimento econômico mundial passava a depender em larga medida da aceitação das condições impostas pelos Estados Unidos.

A nova conjuntura internacional enterrava definitivamente a antiga ordem imperial baseada na colonização direta. O “novo imperialismo” implicou que cada vez mais regiões do globo se tornassem dependentes do mercado, fato que permitiria à nova potência imperial capitalista (EUA) penetrar muito além do alcance da conquista militar e do domínio político direto. O capitalismo, que sempre foi capaz de gerar novas e crescentes necessidades de expansão permanente, demonstrava também ser capaz de produzir outra forma de dominação, diferente de qualquer uma que tenha existido no passado: a dominação não mais exclusivamente dependente do controle político e militar direto, mas realizada através de imperativos econômicos e da subordinação ao mercado, manipulado em benefício do capital imperialista. Novos métodos de sujeição foram desenvolvidos, permitindo às principais potências capitalistas e aos Estados Unidos, em particular, direcionarem os Estados a agirem em benefício do grande capital, sem a necessidade de, a todo momento, exercer o domínio militar direto. Ilustração significativa dessa mudança foi a emergência da Alemanha e do Japão após a guerra, com a ajuda de seus antigos adversários, como os maiores competidores econômicos dos EUA, numa relação contraditória de concorrência e cooperação.

Nos anos seguintes à guerra, os Estados Unidos e as principais economias capitalistas viveram um longo processo de crescimento econômico. Em tais condições, havia interesse real no desenvolvimento das economias nacionais, tendo em vista que isso significava a expansão dos mercados consumidores.

Tal situação favoreceu a emergência do *Welfare State* (Estado de bem-estar social), caracterizado pela aplicação, pelos Estados europeus, de um conjunto de medidas e leis de proteção aos trabalhadores a partir de 1945. Em países como Inglaterra, França, Suécia, Alemanha e outros, o Estado passou a ser responsável pela previdência social, pela assistência médica universal, estabelecendo, ainda, seguros sociais que garantiam o amparo à velhice, à invalidez, à maternidade e aos desempregados. Além disso, o Estado passava a controlar os setores estratégicos da economia (energia, comunicações, transportes, serviços públicos etc.).

A emergência do Estado de Bem-Estar Social foi consequência de uma série de fatores conjugados, para além da conjuntura de crescimento econômico após a Segunda Grande Guerra: a

<sup>#</sup> Nota do digitalizador: sobre o Estado de bem estar, veja um profundo estudo desse fenômeno no âmbito europeu e as consequências subjetivas sobre os trabalhadores em LESSA, Sergio “[Capital e estado de bem-estar : o caráter de classe das políticas públicas](#)” São Paulo : Instituto Lukács, 2013. 248 p. ISBN 978-85-65999-12-0

conquista de direitos sociais e trabalhistas pelo movimento operário europeu, após mais de um século de greves e lutas; o receio de novas crises econômicas após a quebra da Bolsa de Valores Nova York, em 1929; a experiência keynesiana anterior nos Estados Unidos, com o *New Deal*, durante o governo Roosevelt; a ascensão ao poder de partidos socialdemocratas, trabalhistas ou socialistas; o fortalecimento dos partidos comunistas após a guerra, graças à participação destacada na resistência ao nazi-fascismo em seus países e ao prestígio conquistado pela União Soviética em função de sua decisiva atuação para a derrota da Alemanha nazista e para a libertação dos territórios sob domínio alemão; a pressão político-ideológica exercida pelo bloco socialista.

Os primeiros sintomas de uma nova crise capitalista de grandes proporções, porém, começaram a aparecer no início da década de 1970. O período de recuperação dos principais países capitalistas havia terminado com a crescente recuperação das economias européias e do Japão, resultando na maior concorrência das empresas desses países com as estadunidenses, acompanhada de um processo acirrado de lutas de libertação nacionais na África e na Ásia (1958/1963) e da expansão da guerra fria. A participação direta dos EUA em conflitos regionais, como as Guerras da Coreia e do Vietnã, aprofundou os gastos militares e a corrida armamentista. Daí que a crise do petróleo, em 1973, tenha sido apenas a gota d'água de um processo de crise econômica já há tempos anunciado. Além disso, o acordo firmado após a segunda guerra mundial entre os principais países capitalistas, conhecido como Acordo de Bretton Woods, havia estabelecido um novo padrão para o sistema financeiro internacional.

Com relação aos sistemas financeiros internacionais, vale a pena destacar os diferentes tipos que tivemos no decorrer do desenvolvimento capitalista, desde o capitalismo concorrencial, do século XIX, até os nossos dias:

Pode-se dividir os últimos duzentos anos do capitalismo em três grandes épocas em que vigoraram sistemas monetários peculiares, com consequências para o desempenho econômico e a acumulação de capital. O padrão-ouro, o Sistema de Bretton Woods e o período atual chamado pela literatura econômica de globalização (EICHENGREEN, 2000).

Não serão detalhados, neste artigo, as características e os mecanismos de funcionamento de cada um deles. Apenas faremos referência à estrutura básica de cada um a fim de demonstrar os impasses do Euro frente à crise atual.

O padrão-ouro foi um sistema de relações monetárias internacionais de taxas de câmbio fixas, em que as moedas nacionais mantinham paridade fixa em ouro. Dessa forma, foi possível manter ampla liberdade de circulação internacional de capital, o que permitiu a integração das economias nacionais na formação do capital monopolista (LÉNIN, 1975). Para impedir a desvalorização de suas moedas diante da possibilidade de saída de ouro, os Estados utilizavam a política macroeconômica doméstica (monetária e fiscal) através da restrição monetária — via aumento das taxas de redesconto e contração do crédito, o que promovia queda nos preços e revertia o movimento de saída de ouro. (EICHENGREEN, 2000; GALBRAITH, 1977). Esse sistema entrou em colapso com as duas grandes guerras e a crise de 1929, vindo a ser substituído pelo sistema monetário adotado na conferência de Bretton Woods.

O sistema de Bretton Woods modificou a paridade das moedas, que deixaram de ser conversíveis em ouro e passaram a manter uma taxa de câmbio fixa em dólar, este sim, conversível em ouro. Portanto, do ponto de vista da política cambial, manteve-se a política de taxas de câmbio fixas. Por outro lado, o sistema interpôs uma série de medidas restritivas à liberdade de circulação do capital, ou seja, o controle de capital passou a ser muito mais efetivo. Assim, os Estados ganharam autonomia para promover a expansão da política econômica doméstica, levando ao que se chamou de Estado de bem-estar social, ou os anos “gloriosos” do capitalismo. Também o sistema de Bretton Woods entra em crise com o fim da paridade do dólar-ouro, em 1971, a crescente liberalização das finanças e as medidas unilaterais tomadas pelos EUA para manter a hegemonia do dólar como moeda reserva internacional, ou a “diplomacia do dólar forte”, (TAVARES, 1997).

A partir de então, presenciamos um sistema monetário internacional em que a liberdade de circulação de capital é irrestrita, as taxas de câmbio são flutuantes e pelo menos os países centrais mantinham os instrumentos macroeconômicos domésticos autônomos na promoção de suas políticas econômicas.

Esse breve esboço permite esclarecer um aspecto recorrente de economia, vale dizer, a impossibilidade de os Estados manterem, ao mesmo tempo, taxas de câmbio fixas, liberdade de

circulação do capital e autonomia da política econômica doméstica)<sup>1</sup>.

*“A combinação desses três elementos na definição do SMI é tratada na literatura econômica como a trindade impossível. Ou seja, só é possível combinar dois elementos de cada vez, ficando o terceiro automaticamente excluído. [...] Dada a existência de mobilidade de capitais, só é possível escolher entre regimes de taxas de câmbio alternativos utilizando a autonomia da política doméstica como variável de ajuste. No contexto da globalização, o regime predominante é o de taxas de câmbio flutuantes no qual, em princípio, se preserva alguma autonomia da política doméstica. (CARNEIRO, 2002: 229-230)*

A hipótese que levantamos neste artigo, para apreender a crise do Euro, e que as ações da construção da unidade monetária levam os países que adotaram o Euro a um “novo padrão-ouro”. Portanto, reeditam os problemas decorrentes de um regime monetário que não permite autonomia da política doméstica junto com a liberdade de circulação de capitais. (Manzano, 2012: 110-111).

A era do crescimento econômico terminava nos anos de 1970, em grande parte porque a competição entre as grandes potências capitalistas produzia uma crise de superprodução e queda de lucros. Começava um novo movimento descendente na economia capitalista globalizada. Paralelamente, a crise política vivenciada nos anos de 1980 pelos países socialistas do Leste Europeu e, com maior dramaticidade, pela União Soviética, possibilitou a ofensiva do grande capital na fase neoliberal, marcada também pela ascensão ao poder de grupos de direita, por meio das eleições, em diversos países ocidentais (Margaret Thatcher, 1979, Inglaterra; Ronald Reagan, 1980, EUA; Helmut Kohl, 1982, Alemanha; Schluter, 1983, Dinamarca).

As metas supremas dos governos neoliberais passavam a ser a estabilidade monetária; a contenção dos gastos com o bem-estar social; a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, o aumento do exército de reserva de mão-de-obra, para reduzir salários e quebrar o poder de pressão dos sindicatos; as reformas fiscais para incentivar agentes econômicos; a redução dos impostos cobrados aos mais ricos e às grandes fortunas.

Segundo esse receituário, uma nova e “saudável desigualdade” deveria ser estimulada para voltar a dinamizar as economias avançadas.

Dentre as principais políticas adotadas pelos governos neo-liberais estavam os programas de privatizações de empresas estatais nos setores estratégicos e de serviços públicos, favorecendo o avanço dos processos de oligopolização e monopolização do capital. O desmonte do Estado de bem-estar se deu através do corte nos gastos sociais e da mercantilização dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, os quais foram convertidos em bens ou serviços adquiríveis no mercado (saúde, educação, seguridade social transformam-se em mercadorias). A ideologia dominante promove a exaltação do mercado: competir é a regra; *cidadania* vira sinônimo de *consumidor* e de possibilidade de acesso ao consumo dos bens no mercado. Desenvolvem-se novas formas de dominação dos trabalhadores, associadas à crescente deterioração e precarização dos direitos trabalhistas, com a necessária depreciação do valor de uso da mais importante das mercadorias no sistema capitalista: a força de trabalho. O aumento do desemprego industrial nos países de capitalismo desenvolvido, a adoção de novas técnicas de gerenciamento da produção e de controle da força de trabalho, chamada de toyotismo, os processos de terceirização e fragmentação das unidades produtivas (a chamada reestruturação produtiva), a expropriação do contrato de trabalho e dos direitos sociais, como forma de tornar o emprego descartável e a mão de obra plenamente disponível para o capital, tudo isso contribui para a perda do sentido de classe e da capacidade de organização e de resistência à exploração por parte dos trabalhadores.

---

1 A política econômica doméstica compreende as ações efetuadas pelos Estados nacionais no sentido de promover crescimento da produção. A literatura econômica a que nos referimos considera o Estado um ente relativamente autônomo em relação ao processo produtivo efetuado pelo capital na esfera privada. Há, nesse sentido, uma separação formal entre a esfera pública, representativa da sociedade civil, e a esfera privada, em que se dá a interação entre capital e trabalho. Em nossa visão, o Estado não representa essa esfera separada das relações econômicas privadas, mas sim o espaço de disputa política em que as relações de produção desenvolvidas no âmbito privado são institucionalizadas. Assim, tomamos por política econômica doméstica principalmente as políticas fiscal e monetária, que são influenciadas e influenciam as decisões e comportamentos dos agentes econômicos (capitalistas e trabalhadores) na esfera privada.

O toyotismo é um modo de organização da produção capitalista que, surgido no Japão do pós-guerra, adquiriu projeção global a partir da crise capitalista da década de 1970. Em função do mercado consumidor restrito, da escassez de capital e matéria-prima, além da grande disponibilidade de mão de obra não especializada, no Japão não era possível adotar a solução fordista de produção em massa. O aumento da produtividade da indústria japonesa foi então conquistado através da fabricação de menores quantidades de variados modelos de produtos voltados para o mercado externo, utilizando o sistema *just in time*, visando minimizar a elevação de estoques, ao buscar produzir um bem no exato momento em que é demandado.

O toyotismo passa a adotar um processo de multifuncionalização do trabalho do operário, implantando sistemas de controle de qualidade total dos produtos, através do qual todos os trabalhadores são obrigados a exercer o controle de qualidade em todos os pontos do processo produtivo. Com isso, sob o argumento da eliminação de “desperdícios”, promove-se a intensificação da exploração da força de trabalho, pois cada operário opera várias máquinas ao mesmo tempo e ocupa-se por mais tempo de suas funções, às quais são agregadas tarefas de controle de qualidade, manutenção dos equipamentos e limpeza do local de trabalho.

Uma das principais teses propagadas pelas correntes neo-liberais é a de que a chamada globalização contemporânea, além de caracterizar uma nova época histórica marcada pelo triunfo final do capitalismo, o que teria fechado as portas para outras alternativas políticas e sociais, promoveria uma crescente unidade e integração do capital internacional. A transnacionalização do capital significaria não a intensificação da concorrência, mas, ao contrário, o declínio da competição entre os grandes capitalistas e a interpenetração dos capitais de origens nacionais, por meio de uma crescente colaboração entre as empresas. Haveria, assim, uma relação inversa entre globalização e competição. Quanto mais globalmente integrado ficasse o capitalismo, menos concorrência haveria.

Na verdade, a globalização moderna significa justamente o contrário. Não podemos esquecer jamais que a competição é e sempre será o coração do sistema capitalista e que será sempre uma lei da concorrência que o capital busque caminhos para vencer ou evitar a competição. Sendo assim, uma das consequências da competição capitalista é o fato de que os perdedores poderão ser absorvidos pelos vencedores. Portanto, a tendência à concentração e à centralização do capital é uma das expressões da concorrência, não sua antítese. A competição envolvendo grandes corporações transnacionais intensifica-se à medida que novos e cada vez mais agressivos competidores participam da guerra pelos mercados.

O capitalismo incorporou regiões e populações inteiras à produção de mercadorias. Desorganiza a economia camponesa em diversos pontos do planeta, separando os trabalhadores dos seus meios de produção. Com novos trabalhadores e novos consumidores, o capitalismo garantiu mais um ciclo de expansão.

Cento e cinquenta anos de conquistas sociais dos trabalhadores da Europa e dos EUA, o Estado de bem-estar social e a concorrência do bloco socialista encareceram o preço da força de trabalho. A produção manufatureira, em grande parte, migrou da Europa, dos EUA e do Japão para outras regiões — norte do México, Malásia e Indonésia, sul da China e Índia. Esse processo persiste, na busca de menores custos de reprodução da força de trabalho. Assim, a maior parte da população mundial está submetida ao processo de produção de mais-valia, vivendo no assalariamento, vendendo sua força de trabalho aos detentores de meios de produção.

Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados nacionais para manter as condições vitais ao sucesso de suas operações, ou seja, todo um aparato legal, político, administrativo e coercitivo capaz de prover a ordem necessária à manutenção do sistema de propriedade privada numa situação de cada vez mais violenta desigualdade. Além disso, o capital global se beneficia do desenvolvimento desigual e da diferenciação existente nas diversas economias do mundo, que proporcionam fontes baratas de trabalho e de recursos, ao mesmo tempo em que controlam a mobilidade dos trabalhadores. A forma política do capitalismo global, portanto, não é um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais. No mercado globalizado, o capital necessita do Estado para manter as condições de acumulação e competitividade de várias formas, preservando a disciplina do trabalho e a ordem social em face das

crescentes políticas de expropriação (de direitos, contratos, postos de trabalho, conquistas sociais etc.). Toda corporação transnacional se ergue sobre uma base nacional que depende de um Estado local para manter sua viabilidade, assim como necessita que outros Estados lhe proporcionem o acesso a novos mercados e a novos contingentes de trabalhadores. Processos históricos nacionais de conquista da hegemonia na sociedade e no Estado, por parte das frações burguesas locais associadas aos capitais transnacionais, garantiram a efetiva expansão da ordem capitalista plenamente desenvolvida em diversos países.

A globalização, como uma forma de imperialismo, necessita da desigualdade entre as economias nacionais e regionais, pois o capital se fortalece na diferenciação da economia mundial, tendo liberdade para se deslocar com o propósito de explorar trabalhadores cuja força de trabalho seja mais barata. Ao mesmo tempo, a relação entre poder econômico e poder político, entre capital e Estado, não sendo uma relação mecânica, mas complexa e contraditória, pode ser fonte de instabilidades para o domínio do capital globalizado. As realidades locais, onde efetivamente acontecem os processos de luta de classes, em todo momento sofrem mudanças em função das contradições históricas e dos conflitos sociais, como pode ser verificado na conjuntura de amplos movimentos de massas e ascensão de governos de corte popular nos últimos anos na América Latina, assim como em explosivas revoltas sociais ocorridas em países europeus.

### **3.4 - O capitalismo mundializado do século XXI**

Nos últimos anos, o capitalismo tem vivido ciclos de crise e expansão cada vez mais curtos e constantes. Desde a quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, em 1987, o capitalismo assistiu aos seguintes choques: crise imobiliária no Japão, no início dos anos de 1990, seguida pela estagnação dessa economia por mais de uma década; crise asiática, em 1997, com a quebra do mercado de capitais e de câmbio e perda de dinamismo da Coreia e demais tigres asiáticos; a crise dos fundos, em 1998; crise cambial na Rússia, em 1999; crise cambial no Brasil, México e Argentina, em 2001; estouro da bolha da internet, em 2002; crise do mercado imobiliário estadunidense e crise de liquidez bancária na Europa e nos EUA. O aspecto financeiro dessas crises é reflexo da perda de dinamismo das economias da União Européia, EUA e Japão.

Na esteira da crise de 1987, os mecanismos de controle dos bancos centrais se sofisticaram, bem como a coordenação entre esses bancos. Existe uma rede internacional da liquidez, da qual participam o Federal Reserve, dos EUA, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e o Banco Central Japonês. Ao mesmo tempo, a busca por ganhos maiores trouxe um desenvolvimento constante da tecnologia financeira, com o surgimento de novos fundos, securitização, diversificação de portfólios e derivativos. A garantia da liquidez fez os detentores de riqueza assumirem riscos maiores, criando um risco moral, devido à função de garantidor de última instância dos bancos centrais.

A velocidade das comunicações, casada com a desregulamentação geral dos mercados de dinheiro e ativos, favoreceu ainda mais a atuação dos detentores de riqueza por todo o planeta, intensificando a concorrência por capitais. Empresas e governos ofereceram aos aplicadores remunerações acima das taxas de inflação e de crescimento real da economia, aumentando os volumes de recursos nas mãos dos detentores de riqueza. Isso gerou uma superabundância de liquidez (dinheiro disponível para investimentos reais e financeiros), que, em consequência, levou a uma inflação de ativos. A globalização das finanças é decorrente da universalização do capital. Essa universalização nada mais é do que a universalização da extração da mais-valia, da exploração da força de trabalho.

A economia dos EUA é vítima do próprio expansionismo: as grandes empresas procuram outros locais, onde o custo da reprodução da força de trabalho é mais baixo. A revolução tecnológica elevou a composição orgânica do capital, aumentando as taxas de mais valia e reduzindo as taxas de lucro. Isso forçou a uma concentração de capital em proporções nunca vistas, com fusões e aquisições que se espalham pela produção capitalista no mundo todo. A oligopolização da economia, inclusive do comércio varejista, destruiu a pequena e média indústria

dos EUA. A estagnação da economia estadunidense é um fenômeno claro desde a década de 1970. Mesmo entremeada de períodos de grande crescimento, como na segunda metade dos anos de 1980 e de meados dos anos de 1990, a tendência para o baixo crescimento é constante.

Em função da crescente expropriação dos trabalhadores e da redução de sua capacidade de compra em nível mundial, as empresas produzem mais do que os mercados em retração podem absorver. Assim, a onda sucessiva de compra e venda de papéis acaba por criar um castelo de cartas, que facilmente desmorona por não ter vínculos com a economia real, da produção. Ocorre, assim, a superacumulação de capitais e a impossibilidade de valorizá-los na esfera da produção. A crise econômica atual rapidamente se alastrou por todo o sistema capitalista e todos os países do mundo, pois como o capitalismo está globalizado, seja no comércio de bens e serviços, nas cadeias produtivas, no caráter mundial das grandes empresas ou na movimentação financeira, a crise atinge, simultaneamente, o centro do sistema, ou seja, Estados Unidos, Europa e Japão, assim como os demais países, como China, Rússia, Índia e Brasil.

As primeiras respostas oferecidas pelos governos dos países centrais combinaram elementos de ajuda e de estatização de bancos e socorro a empresas de grande porte, além de baixas nas taxas de juros. Nesse quadro, aprofunda-se a ofensiva contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores, assim como ganham maior expressão posturas direitistas e fascizantes, em favor de modelos francamente autoritários de exercício de poder.

Os processos atuais que conduzem grandes contingentes populacionais, em escala mundial, a serem colocados na condição de força de trabalho plenamente disponível e livre para o capital evidenciam a criação de formas renovadas de expropriação capazes de destruir laços sociais e ordenamentos jurídicos que, ao longo da história de lutas dos trabalhadores contra os imperativos do capitalismo, funcionaram como freios a ação do capital frente à força de trabalho. Para que seja possível a produção constante de valor, a expropriação precisa ser incessante e ampliada. Ao lado de persistir a expropriação original, ou seja, aquela exercida sobre o campesinato, tendo em vista ainda subsistirem grandes massas de trabalhadores rurais a se tornarem assalariadas (na China, Índia e América Latina, por exemplo), outras expropriações seguem reconduzindo grande número de trabalhadores à plena disponibilidade para o mercado de força de trabalho, através da destruição dos vários anteparos legais que, resultado histórico da luta de classes, funcionam como garantia social para impedir a venda da força de trabalho de forma ilimitada.

A introdução de novas tecnologias capazes de manter a cooperação dos trabalhadores no processo produtivo à revelia da fragmentação física do ambiente de trabalho, possibilitando que essa cooperação, essencial à produção de mais valia, ocorra com os trabalhadores dispersos (cuja associação real torna-se invisível), promove a expropriação da resistência que, antes, os operários ofereciam por sua proximidade no local de trabalho.

Outra forma é a expropriação do contrato de trabalho, realizada através da destruição paulatina de direitos e de leis de proteção à força de trabalho, conquistados como forma de limitar a ação ofensiva do capital sobre o trabalho.

As expropriações contemporâneas também incidem sobre tradições e costumes culturais das massas populares, afetando diferentes formas de solidariedade de classe e de resistência à exploração: sobre conquistas sociais, tais como a saúde e a educação públicas, hoje cada vez mais mercantilizadas; sobre os movimentos sociais, que sofrem renovados processos de criminalização, com o uso ainda maior da violência física aberta (estatal e paraestatal) e a supressão de direitos civis, políticos e sociais; sobre os direitos de cidadania, reduzindo as conquistas democráticas a um mero jogo eleitoral onde impera o mercado de votos e o *marketing* político, ficando de fora os grandes temas ideológicos, econômicos e sociais; sobre o meio ambiente, cujos elementos naturais, como a água, as sementes, os genes humanos etc. viram produtos para o mercado.

Tais expropriações são realizadas sob a propaganda ideológica da “liberdade” de movimentos do trabalhador. Propala-se a conquista da iniciativa individual, associada à ideia, difundida pelo “empreendedorismo”, de que cada um pode ser “patrão de si mesmo”. Tudo isso é difundido como se fosse absolutamente novo, como se não fosse da natureza mesma das relações sociais de produção impostas pelo capitalismo, desde seus primórdios, promover a separação entre

trabalhadores e condições sociais de trabalho, com vistas a permanente criação de grandes contingentes de “pobres laboriosos” livres, “essa obra de arte da história moderna”, como dizia Marx. A expropriação, forma de propiciar permanente disponibilidade de força de trabalho para o capital, parece não mais existir sob a noção de “liberdade”.

A reestruturação produtiva deve ser entendida, ao mesmo tempo, como aprofundamento da disponibilidade sem reservas do trabalho para o capital e como forma de introduzir novos métodos de disciplinamento da força de trabalho nas novas condições de exploração, os quais se impõem tanto pela violência quanto pelo convencimento. A dimensão do novo convencimento só é compreensível nesse contexto em que os imperativos do mercado obrigam às mais abjetas sujeições em troca da subsistência do trabalhador, a começar pela ameaça permanente do desemprego: a requalificação dos trabalhadores, que devem interiorizar a necessidade de uma autoempregabilidade; a instauração de formas de “parceria” ocultando relações de exploração, por meio de cooperativas, contratos temporários, formas de “voluntariado”; o trabalho doméstico e familiar em condições de dependência absoluta frente ao patronato, que não mais se apresenta de forma direta, mas indireta, através de subpatrões, em condições de concorrência extrema etc.

Essas massas de trabalhadores desprovidos de direitos, não mais contidos pela disciplina despótica no interior das fábricas, seguem, entretanto, sendo educados, adestrados e disciplinados pelo capital, através dos inúmeros programas de requalificação para a “empregabilidade”, adotados por entidades e empresas sob o manto da “responsabilidade social”, em grande parte com recursos públicos. Sequer deverão perceber-se como trabalhadores, como mão de obra disponível para o capital: devem ver-se como empresários de si mesmos, livres “empreendedores” formados em cursos de empreendedorismo social, vendedores de sua “capacidade” de trabalho sob quaisquer condições, “voluntários” da sua própria necessidade. Na verdade, todas essas formas de exploração do trabalho estão, de alguma maneira, interligadas ao processo de produção de mais valia, garantindo a cooperação necessária às atividades produtivas em prol do capital.



# Capítulo 4: O trabalho, o capital e a produção

## 4.1 — Os mercados tipicamente capitalistas

Vimos, no capítulo 2º, como se formou o capitalismo e como, a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, as relações sociais de produção passaram a ser dirigidas pelo capital e para o mercado. Enquanto no feudalismo, ou na antiguidade, a produção destinava-se a satisfazer as necessidades dos membros da comunidade e apenas o excedente era destinado ao mercado, no capitalismo, a produção tem como destino o mercado, já que deve satisfazer, em primeiro lugar, a condição de ser uma produção lucrativa. Dessa forma, o mercado torna-se central e orientador da atividade produtiva. No entanto, no cotidiano, pensamos apenas no mercado dos produtos do consumo imediato, ou seja, no mercado de alimentos, vestimentas, automóveis, enfim, daqueles produtos que necessitamos no dia a dia. Contudo, para o desenvolvimento pleno do sistema capitalista, o mercado se estendeu para muito além desses produtos. Os primeiros elementos que passaram a ser mercantilizados foram justamente a terra e o trabalho.

Já analisamos, nos capítulos precedentes, como as estruturas pré-capitalistas foram transformadas e deu-se lugar ao sistema capitalista. Para a formação dos mercados tipicamente capitalistas, foram necessários que os elementos essenciais da produção também passassem a ser mercantilizados. A terra, principal elemento da natureza, e o trabalho, elemento transformador da natureza, criador da riqueza, do conhecimento e do valor, foram transformados em mercadorias. Neste capítulo, trataremos de explicar como se estruturou os principais mercados sob os quais se desenvolve a produção atual.

### 4.1.1 - O mercado de terra

A posse da terra sempre foi um fator importante para o desenvolvimento humano. Como a principal fonte de recurso natural, desde que os seres humanos deixaram de ser nômades coletores e estabeleceram a agricultura, a terra tornou-se um fator produtivo crucial. Muitos estudiosos das relações humanas, das desigualdades e dos conflitos da sociedade de classes centram na posse da terra o elemento fundante da alienação e das desigualdades. Tanto aqueles que defendem a propriedade privada, quanto aqueles que a denunciam, percebem que a posse e, posteriormente, a propriedade privada da terra é fundamental. Vejamos o que Locke, defensor da propriedade privada e um dos filósofos mais importantes para a construção do arcabouço teórico e ideológico do capitalismo, escreveu sobre a propriedade privada da terra.

Esforçar-me-ei por mostrar de que maneira os homens podem vir a ter uma propriedade em diversas partes daquilo que Deus deu em comum à humanidade, e isso sem nenhum pacto expresso por parte de todos os membros da comunidade. Deus deu o mundo em comum aos homens; mas como o fez para conveniência deles e maior conveniência da vida que fossem capazes de retirar dele, não é possível supor que tivesse em mente que devesse ficar sempre em comum e inculto. Deu-o para o uso do diligente e racional — o trabalho tinha de servir-lhe ao direito de posse — não à fantasia e a ambição dos brigões e altercadores. (...)  
Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa.  
(...) O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. (...)  
Por ser esse trabalho propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que esse trabalho foi agregado. (Locke, 406-411)

Ao defender a propriedade individual da terra, justamente no momento de transição do feudalismo para o capitalismo, Locke condena a propriedade comum como irracional e inculta e, ao centrar o direito à propriedade privada no trabalho individual dos diligentes e racionais, não está, evidentemente, afirmando que é o trabalhador assalariado do capitalismo moderno o proprietário de

tudo o que produz e agrega valor. O que Locke defende é a posição da burguesia nascente, a qual ele considera racional e diligente, frente à antiguidade feudal, em que os senhores feudais fundavam seu poder na posse da terra, sem necessariamente organizar a produção. Nesse mesmo tratado, Locke defenderá a escravidão daqueles que são considerados irracionais ou que foram subjugados por uma “guerra justa”.<sup>1</sup>

Por outro lado, Jean-Jacques Rousseau, denuncia e aponta, sem subterfúgios, a origem das desigualdades entre os homens justamente na propriedade privada da terra.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer, *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para aceitá-lo. (...) [e prossegue] desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade e o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impôs regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem as colheitas. (Rousseau, 1978: 259 e 265)

Porém, em Marx (1982: 831-850), a questão da propriedade privada da terra para a constituição plena do capitalismo está na origem da acumulação primitiva do capital e, de quebra, na formação do mercado de trabalho.

Nos fins do século XIV, a servidão desaparecera praticamente da Inglaterra. Então e mais ainda no século XV, a maioria imensa da população era composta por camponeses proprietários, qualquer que fosse o título feudal com que se revestissem seus direitos de propriedade sobre a terra que lavrava. (...) Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de seus súditos, ou melhor, do número de camponeses estabelecidos em seus domínios. (...) Opondo-se arrogantemente ao rei e ao Parlamento [no final do século XIV e início do século XV, na Inglaterra], o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. O florescimento da manufatura de lã, com a elevação conseqüente dos preços da lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra. A velha nobreza fora devorada pelas guerras feudais. A nova era um produto do seu tempo e, para ela, o dinheiro era o poder dos poderes. Sua preocupação, por isso, era transformar as terras de lavoura em pastagens. (...) As habitações dos camponeses e as choupanas dos trabalhadores foram violentamente demolidas ou abandonadas à decadência total.

(...)

Mas, o sistema capitalista exigia, ao contrário, a subordinação das massas populares, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital. Durante esse período de transição, a legislação procurou manter o lote de 4 acres junto à choupana do trabalhador agrícola, e proibiu-lhe nela abrigar inquilinos. (...)

Hoje em dia ele se considera muito feliz se sua habitação dispõe de um pequeno jardim ou horta, junto à sua habitação.

(...)

O processo violento de expropriação do povo recebeu um terrível impulso, no século XVI, com a Reforma e o imenso saque dos bens da Igreja que a acompanhou. À época da Reforma, a Igreja Católica era proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos etc. enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado. Os bens eclesiásticos foram amplamente doados a vorazes favoritos da Corte ou vendidos a preços ridículos a especuladores, agricultores ou burgueses, que expulsaram em massa os velhos moradores hereditários e cercaram seus sítios.

(...)

---

1 Losurdo (2006) põe por terra as teorias dos principais ideólogos do liberalismo, como Locke, que buscavam justificar na razão e no estado de natureza os planos da burguesia. Losurdo apresenta o que de fato fizeram e como justificavam a escravidão, a super-exploração do trabalho e o roubo que fazia a burguesia, das terras comuns, esses ideólogos.

A propriedade comunal, isto é, as terras comuns, absolutamente diversa da propriedade da Coroa ou do Estado, da qual falamos, era uma velha instituição germânica que continuou a existir sob a cobertura feudal. Conforme vimos, a violência que se assenhoreia das terras comuns, seguida em regra da transformação das lavouras em pastagens, começa no fim do século XV e prossegue no século XVI. Mas, então, o processo se efetivava por meio da violência individual, contra a qual a legislação lutou em vão durante 150 anos. O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo.

(...)

No século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre agricultura e terra comunal. Para não falar de tempos mais próximos, perguntaríamos que indenização recebeu a população dos campos quando, entre 1810 e 1831, foi espoliada em 3.511.770 acres de terras comuns, com os quais, através do Parlamento, os *landlords* presentearam os *landlords*? O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses até agora observados culminam nessa "limpeza". Conforme vimos anteriormente, ao descrever as condições modernas em que não há mais camponeses independentes para enxotar, a limpeza prossegue para demolir as choupanas, de modo que os trabalhadores agrícolas não encontrem mais na terra que lavram o espaço necessário para sua própria habitação.

(...)

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades oferta necessária de proletários sem direitos.

Essa passagem da pesquisa efetuada por Marx para explicar a acumulação primitiva do capital demonstra a forma brutal de apropriação privada da terra que se fez necessária para o desenvolvimento do capitalismo, tanto por torná-la objeto mercantilizável, quanto por criar as condições de formação do mercado de trabalho. **Apesar de Marx se referir, nos documentos pesquisados, majoritariamente à Inglaterra, o processo acima descrito pode ser encontrado em todas as partes, com variações que dependeram das forças de resistência dos camponeses que ocuparam as terras por milhares de anos.**

#### 4.1.2 — O mercado de trabalho

Já vimos que, para a consolidação do capitalismo, um elemento essencial foi a liberação do trabalho dos laços servis ou compulsórios. O trabalhador livre é fundamental, pois, assim, pode vender sua força de trabalho, sua capacidade de trabalho, livremente no mercado. O trabalhador não vende a si mesmo, mas apenas seu trabalho.

O mercado de trabalho, portanto, tem como demandante as empresas capitalistas que precisam da força de trabalho para o processo de produção e valorização do capital. No entanto, o próprio desenvolvimento das forças produtivas, com máquinas mais modernas e sofisticadas, faz requerer cada vez menos trabalhadores para uma mesma ou maior produção, ou seja, com o aumento da produtividade, reduz a necessidade de trabalho vivo (trabalhadores) em relação à quantidade de trabalho morto (máquinas e equipamentos).

Assim, o capitalismo produz seu próprio exército industrial de reserva, ou seja, sempre há um contingente significativo de trabalhadores desempregados, como uma reserva de força de trabalho constantemente repostada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Se o sistema não fosse capitalista, cada vez que se inventa uma máquina nova que pode economizar trabalho, poderíamos ter reduções regulares da jornada de trabalho, de forma que, com o tempo, todos

trabalhassem, porém, uma quantidade bastante reduzida de horas por dia para se produzir abundante quantidade de mercadorias. Mas, como o sistema capitalista não tem por objetivo o bem-estar da humanidade, senão o lucro, cada vez que aumenta a produtividade e um mesmo trabalhador pode fazer o trabalho de dois, o segundo trabalhador estará desempregado e o primeiro trabalhando mais e mais horas. As empresas, portanto, demandam trabalho, mas em quantidade sempre menor que o número de pessoas dispostas e aptas a trabalhar.

No outro polo desse mercado, são os trabalhadores que ofertam trabalho. E não o fazem no sentido de se humanizarem, como colocamos no capítulo 1º, ou seja, pela necessidade humana de construir sua existência de forma livre e emancipada, de forma criativa e ocupando todas as suas potencialidades. Os trabalhadores ofertam sua força de trabalho pela necessidade de sobrevivência mais imediata, ou seja, se não trabalharem, sob condições que não são autodeterminadas, mas impostas pelo processo de acumulação de capital, morrem de fome, num mundo de abundância de mercadorias. Esse não é um trabalho livre e criador, mas um trabalho alienante.

Cada um dos países possui uma determinada quantidade de pessoas que compõem essa oferta de força de trabalho e a essas pessoas designamos **População Economicamente Ativa (PEA)**. A PEA, portanto, corresponde à oferta total de força de trabalho de um país e é formada da seguinte maneira:

Da população total de um país, considera-se que estão em Idade Ativa todas as pessoas acima de 10 anos<sup>2</sup>. Porém, nem todas as pessoas acima de 10 anos estão trabalhando ou querem trabalhar. Veja, por exemplo, a maioria dos estudantes das cidades, as donas de casa que não trabalham fora do lar, os aposentados que não trabalham, todos os capitalistas e as famílias que vivem de renda e não trabalham, portadores de doenças graves e necessidades especiais que os impeçam de trabalhar, afastados por motivos de saúde, são todos parte da População em Idade Ativa (PIA), pois possuem mais de 10 anos, mas não estão trabalhando e não estão procurando emprego, portanto, são População Não Economicamente Ativa (PNEA). Fazem parte do mercado de trabalho apenas aqueles que estão efetivamente trabalhando, pois estão a vender sua força de trabalho, e aqueles que estão procurando emprego, ou seja, os desempregados, pois estes estão ofertando sua força de trabalho, mesmo que não encontrem compradores no momento. **Assim, fazem parte da PEA todos os ocupados e os desempregados<sup>3</sup>.**

A diferença entre um indivíduo pertencente à População Não Economicamente Ativa e um Desempregado é que, para ser considerado desempregado, o indivíduo deve estar procurando emprego, deve estar ofertando sua força de trabalho, enquanto aquele considerado População Não Economicamente Ativa, mesmo estando apto a trabalhar, não está disponível para o mercado de trabalho, pois não está procurando emprego.

---

2 Vale notar que esse limite de idade é estabelecido para o Brasil que ainda conta com quantidade significativa de jovens no mercado de trabalho.

A OIT - Organização Internacional do Trabalho - estabelece que a População em Idade Ativa seja composta por todos aqueles acima de 16 anos.

3 Nos dados oficiais do IBGE, as pesquisas designam os desempregados por desocupados.

<b>Estrutura Populacional Brasileira (2001-2011)</b>					
Mercado de Trabalho (mil pessoas)					
	<b>Pop. Total</b>	<b>PIA</b>	<b>PEA</b>	<b>PNEA</b>	<b>Desocupados</b>
2001	170.821	138.852	83.949	54.886	7.848
2002	173.254	141.633	86.835	54.786	7.940
2003	175.591	144.298	88.593	55.687	8.607
2004	181.690	149.397	92.661	56.724	8.218
2005	183.830	152.250	95.747	56.492	8.884
2006	186.023	155.213	96.890	58.324	8.128
2007	188.031	157.777	97.875	59.902	7.947
2008	189.951	160.514	99.479	61.036	7.076
2009	191.792	162.746	101.073	61.673	8.386
2011	195.243	166.987	100.223	66.764	6.730

Fonte: PNAD<sup>4</sup>— IBGE

### 4.1.3 — O mercado de capitais

Em primeiro lugar, devemos relembrar que o capital não é uma coisa, mas, sim, uma relação social. Ou seja, o capital representa a riqueza, previamente acumulada em mãos privadas, que deve necessariamente ser investida com o objetivo de sua ampliação/reprodução. Em outras palavras, o capital, como riqueza acumulada, ao ser investida pelos capitalistas, não tem por objetivo produzir aquilo de que a sociedade precisa, mas deve, antes de tudo, ser investida na produção de mercadorias que, tendo valor agregado, proporcione ao capitalista a obtenção do lucro. Dizemos, portanto, que capital é valor que se valoriza. Nem toda riqueza acumulada é capital; por exemplo, a riqueza que os faraós egípcios acumulavam e transformaram em pirâmides é de uma beleza fenomenal, mas não passa de um túmulo. Mesmo hoje, muita gente acumula riqueza em forma de jóias, carros de luxo, mansões e até ilhas paradisíacas; tudo isso para sua própria ostentação e consumo privado. Essa riqueza, mesmo sendo imensa, não é capital, pois não está investida no processo de produção e não vai gerar lucro algum.

Também não é capital o simples dinheiro. Por exemplo, o dinheiro de um trabalhador, por maior que seja seu salário, não é capital, já que o trabalhador gasta esse dinheiro na sua sobrevivência e de sua família. Usa o dinheiro proveniente de seu salário para adquirir bens de consumo.

Portanto, o capital, enquanto riqueza previamente acumulada que será utilizada no processo de produção com o objetivo de obter lucro, também terá seu mercado. Esse mercado existe porque nem sempre aqueles indivíduos ou famílias que acumularam a riqueza estão dispostos a empregá-la de forma produtiva, numa atividade empresarial, com o objetivo do lucro. Essas famílias, também chamadas de agentes superavitários<sup>5</sup> (já que possuem acúmulo de riqueza além de suas necessidades) podem fornecer essa riqueza para outros grupos de agentes, as empresas, para que

4 Como se pode observar na tabela, a PNAD (Pesquisa anual por amostragem de domicílio) não é feita nos anos em que ocorre a pesquisa do Censo, como em 2010. PIA: População em Idade Ativa.

5 Na linguagem corrente da economia, *superavit* significa um resultado positivo, entre aquilo que se possui em termos de riqueza e aquilo que se gastou. Por isso, como veremos no capítulo 5º, o termo *superavit* será usado para designar um resultado positivo do Balanço de Pagamentos — quando há um resultado positivo entre a riqueza que saiu do país e a que entrou no país; pode haver um *superavit* fiscal, ou seja, das contas do governo, quando a arrecadação de tributos for superior ao gasto público. No caso que estamos tratando neste tópico, designamos agentes superavitários aquelas pessoas ou famílias que possuem mais riqueza do que conseguem gastar, tendo sempre um acúmulo de riqueza que, em suas mãos, pode ser chamado também de poupança.

estas empreguem essa riqueza produtivamente e acumulem mais riqueza. Por outro lado, como estudamos anteriormente, as empresas são formadas pela riqueza que foi previamente acumulada e transformada em capital que, investido na produção, acumula lucros. Esses lucros, por sua vez, são reinvestidos (a chamada concentração de capital)<sup>6</sup> e a empresa é ampliada. Mas se numa operação de ampliação da empresa os lucros não são suficientes, ou seja, o capitalista pretende expandir seus negócios além de suas próprias posses, ele procura, no mercado de capitais, outros agentes que possuam recursos ociosos e que se disponham a lhe fornecer esses recursos.

O mercado de capitais será, então, o mercado em que a riqueza previamente acumulada nas mãos de um grupo de pessoas passa para as mãos das empresas e estas transformam a riqueza em capital produtivo. Claro que, em se tratando de capitalismo, essas pessoas, ou famílias, que chamamos de agentes superavitários, não fornecerão essa riqueza às empresas, para que estas produzam e acumulem o lucro, sem cobrar nada por isso.

Muitos de nós já ouvimos dizer que, antes do capitalismo, a cobrança de juros (usura) era considerada pecado pela Igreja. Essa relação tinha um propósito: como nas relações pré-capitalistas, principalmente durante o feudalismo, a exploração da classe subalterna (dos camponeses e dos servos) dava-se através da força e eram os camponeses e servos que possuíam os instrumentos de trabalho, quando alguém necessitava de algum empréstimo, seja de dinheiro, ou de qualquer riqueza acumulada por outros, isso ocorria em decorrência de uma catástrofe, como a perda de uma colheita, a morte de um membro importante da família, ou seja, os produtores, que eram os camponeses e servos, só recorriam a um empréstimo quando estavam em situação de grande penúria. Assim, não parecia justo que aquele que socorresse seu próximo, já em situação bastante precária, ainda lhe cobrasse juros por isso. A usura (ou a cobrança de juros sobre um empréstimo) era considerada então um pecado. No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, o uso da riqueza e a exploração não estão mais relacionadas às decisões dos produtores diretos, ou seja, dos trabalhadores, e, sim, são propriedade e decisões tomadas pela classe burguesa, capitalista. Esta, por sua vez, utiliza a riqueza não para sobreviver, mas para acumular ainda mais riqueza. Por isso, quando alguém empresta sua riqueza, no capitalismo, considera muito justo que uma parte do ganho que o capitalista terá ao utilizar a riqueza emprestada, ou uma parte do lucro que obterá ao investir o dinheiro que tomou emprestado, seja paga na forma de juros ao proprietário inicial da riqueza.

Por isso, devemos deixar muito claro a diferença entre lucro e juros:

a) **Lucro** é o correspondente — após os ajustes do mercado — da mais valia produzida e acumulada pelo capital produtivo, ou seja, lucro decorre da produção de mais riqueza. O lucro vem daquela parte da riqueza produzida pelo trabalhador no processo de produção e que não lhe é paga (ver capítulo 2º). Assim, sem produzir mais riqueza, sem a extração da mais valia produzida pelos trabalhadores nas empresas, não há lucro.

b) **Juros** são a remuneração que os agentes superavitários cobram por emprestar sua riqueza acumulada. Alguns economistas burgueses vão afirmar que os juros serão o preço que aquelas pessoas que possuem muito dinheiro cobrarão para abrirem mão desse dinheiro (ao emprestarem esse dinheiro aos outros) e adiarem seu consumo<sup>7</sup>. Portanto, os juros que alguém recebe por emprestar seu dinheiro a outros não vêm, diretamente, da mais-valia, como o lucro, mas passam por mediações complexas do mercado de capitais que explicaremos a seguir.

O mercado de capitais possui dois instrumentos privilegiados de intermediação entre os agentes superavitários e as empresas que necessitam de capital. São eles: os bancos e as bolsas de valores.

---

6 Ver, a esse respeito, explicação detalhada no capítulo 3º.

7 John Maynard Keynes, em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, desenvolveu, dentro do arcabouço teórico da economia burguesa, uma importante contribuição para a compreensão do papel da moeda e dos juros no sistema capitalista. Apesar de não ser um economista tipicamente neoclássico e apresentar muitas críticas à forma como vinham sendo conduzidas as economias capitalistas até seu tempo, Keynes não apresentou uma crítica radical ao sistema.

### 4.1.3.1 — Os bancos

Existem vários tipos de bancos, apesar de, no cotidiano, percebermos apenas os **bancos comerciais**, ou seja, aqueles nos quais mantemos conta corrente, ou uma conta poupança, ou ainda aqueles em que pagamos nossas contas. Esses bancos comerciais estão mais presentes em nossas vidas, no entanto, não são os bancos principais do mercado de capitais. O máximo de intermediação que operam é no fornecimento do crédito pessoal, ou seja, os bancos comerciais atuam no varejo, emprestando dinheiro para as pessoas físicas, a maioria delas trabalhadores que mantêm contas correntes nesses bancos ou acessa o crédito pessoal. Hoje, sabemos, principalmente no Brasil, o quão comum é a utilização do limite do “cheque especial”, os “créditos consignados em folha de pagamentos”, “os financiamentos de curto prazo” etc. Todos esses instrumentos de empréstimos, principalmente para os trabalhadores, são importantes mecanismos com os quais os bancos comerciais obtêm lucro, mas não são, *stricto sensu*, mercado de capitais. Representa o velho mecanismo de crédito bancário, existente há muito tempo, mesmo antes do capitalismo.

O segundo tipo de banco são os **bancos de poupança**, ou **bancos hipotecários**. Esses bancos captam depósitos de longo prazo, em cadernetas de poupança, e têm como finalidade exclusiva financiar a expansão habitacional através de empréstimos contra hipotecas. Vejamos como se dá seu funcionamento: esses bancos aceitam depósitos em cadernetas de poupança, a maioria delas formadas pelas reservas que os trabalhadores conseguem guardar, no dia a dia, para uma emergência. Os recursos dessas poupanças são usados, então, para emprestar àqueles que desejam comprar uma casa própria e, no momento desse empréstimo, o tomador do recurso, ou seja, aquele que tomou o dinheiro emprestado para comprar a casa, deixa a casa como garantia do empréstimo, através de uma hipoteca. Por isso, esse tipo de banco, em muitos países, é chamado de banco hipotecário. Uma parte dos juros que o devedor do banco vai pagar pelo financiamento da casa que comprou será repassada às cadernetas de poupança daqueles que depositaram no banco. Assim, quando depositamos dinheiro na caderneta de poupança e percebemos que esse dinheiro *rende certa taxa*, esse rendimento não decorre de outro fator senão da parte dos juros que os tomadores de empréstimos estão pagando ao banco, por conta do crédito tomado<sup>8</sup>.

O terceiro tipo de banco são os **bancos de investimentos**. Estes, sim, são instrumentos do mercado de capitais, pois trabalham justamente na intermediação entre os agentes superavitários e as empresas que necessitam ampliar seu capital. Os agentes superavitários depositam seus recursos nos chamados *fundos de investimentos*, que são compostos por depósitos de muitos agentes superavitários. Cada fundo de investimento pode ser formado por centenas de milhões de reais, provenientes de diversas pessoas ou famílias muito ricas e que não fazem uso produtivo do dinheiro, ou mesmo de lucros de outras empresas que, no momento em questão, não estão utilizando esses lucros para investimentos produtivos em seus próprios negócios. Os bancos de investimentos, então, captam esses recursos nesses fundos e, posteriormente, emprestam para outras empresas que necessitam ampliar seu capital. Essas empresas, por sua vez, irão investir produtivamente o capital (comprar bens de capital, matérias-primas, contratar trabalhadores), produzir mercadoria e, se der tudo certo, obter um lucro maior da mais-valia apropriada dos trabalhadores extras que contratou. Com o lucro obtido, as empresas pagarão os empréstimos junto ao banco e mais os juros estabelecidos nos contratos. Parte desses juros que o banco recebeu dos empréstimos será repassada àqueles que aplicaram nos fundos de investimento.

Em todos os tipos de bancos, estamos tratando de um mercado intermediado, ou seja, o banco funciona como um intermediário entre os agentes superavitários e os tomadores de

---

8 Como a maioria dos trabalhadores não compreende os obscuros caminhos pelos quais passam tanto o dinheiro quanto o capital, achamos que dinheiro, pura e simplesmente, gera dinheiro. Esse é um dos maiores *fetiches* do capitalismo. Dinheiro não gera, espontaneamente, dinheiro: nem capital gera, sozinho, mais capital. Se assim fosse, poderíamos guardar certa quantia de dinheiro dentro de uma caixa e, após um ano, ele deveria ter aumentado! já vimos, no capítulo 2º, como o capital se valoriza, ou seja, através do processo produtivo e pela apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores e não paga a eles. Mas quando tratamos do puro dinheiro, que depositamos na caderneta de poupança, por exemplo, devemos perceber que o seu rendimento advém daquela parcela dos juros que foi paga pelos tomadores de empréstimos junto ao banco, ou seja, o rendimento da caderneta de poupança vem dos juros pagos por outras pessoas que contraíram dívidas.

empréstimos. Os agentes superavitários não sabem a quem os bancos estão emprestando seu dinheiro e não têm qualquer relação de solidariedade para com os negócios que estão sendo feitos na outra ponta do mercado. São contratos de natureza diversa, ou seja, quem aplica dinheiro num banco faz, nessa ponta, um contrato de aplicação dos recursos num determinado fundo de investimento, por um prazo, a fim de receber certa taxa de juros etc. Na outra ponta do mercado, o banco empresta dinheiro para uma empresa e estabelece aí outro contrato, em condições que podem ser diversas. *Essas operações são intermediadas*, pois os dois polos da transação (os aplicadores e os tomadores) não negociam diretamente os recursos e nem as condições do contrato. Os bancos intermediam a transação e são responsáveis por ela.

Todos os bancos, ao intermediarem os recursos na sociedade, são remunerados por isso. No mercado de capitais, a remuneração se dá pelo *spread bancário*, ou seja, pela diferença entre a taxa de juros que o banco cobra dos credores e a taxa de juros que o banco paga aos aplicadores.

Para efeito explicativo, separamos aqui os vários tipos de bancos, e de fato eles podem existir da maneira como foi aqui explicado. No entanto, no Brasil e na maior parte do mundo, o mais comum é a existência de bancos múltiplos, ou seja, um mesmo banco exercer as três funções que apresentamos acima. Mas não podemos deixar de destacar que, mesmo entre nós, existem muitos e grandes bancos de investimentos, apesar de não os percebermos, já que eles não possuem agências bancárias. Por exemplo, o banco público Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é, hoje, um dos maiores bancos de investimento do mundo.

#### 4.1.3.2 — As bolsas de valores

As bolsas de valores também fazem parte do mercado de capitais, porém de maneira diferente. Esse mercado é chamado de *mercado desintermediado*.

Como vimos acima, quando uma empresa necessita de capital para ampliar seus negócios pode recorrer a um empréstimo bancário. Porém, pode considerar que os juros, ou as condições contratuais oferecidas pelos bancos não lhes são interessantes. Assim, essas empresas procuram as corretoras de valores a fim de captar esses recursos sem a intermediação de um banco. As corretoras de valores são empresas especializadas em apresentar os dois lados do negócio, ou seja, aquelas pessoas ou famílias que possuem muito dinheiro e as empresas que precisam de capital. As corretoras não participam efetivamente do negócio, elas apenas apresentam as opções para que as duas partes, ou os dois polos do mercado, fechem o contrato. Por isso, as corretoras não são responsáveis pelo resultado do negócio, mas recebem pelo serviço, uma taxa de corretagem.

Nas bolsas de valores são negociados vários tipos de títulos \_ ou seja, contratos que representam obrigações e haveres das partes envolvidas na transação<sup>9</sup>. Iremos, aqui, explicar dois tipos fundamentais de títulos que representam os principais mecanismos para o mercado de capitais.

O primeiro tipo de título negociado nas bolsas de valores são as **ações**, ou **títulos de propriedade**. Esse tipo de título surge da necessidade de uma empresa expandir seu capital. Vejamos: uma empresa necessita fazer investimentos, porém não conta com capital próprio suficiente para o montante necessário. Em vez de pedir um empréstimo (no banco, por exemplo), os proprietários podem decidir abrir o capital da empresa — legalmente isso significa transformar uma empresa limitada em uma sociedade anônima. Assim, fazem uma oferta inicial de ações, em que colocam à venda certa quantidade de títulos de propriedade, por um determinado valor, a fim de captarem o capital necessário para os investimentos planejados. Essa primeira venda de ações da

9 A diferença de um título e um simples contrato, firmado entre duas partes em um negócio, é que os títulos apresentam uma padronização, o que permite a seus detentores revendê-los nos mercados secundários. Já um contrato “*de balcão*” não apresenta essa possibilidade. Diz Carvalho (2000, 240): “No mercado de crédito, as transações são feitas de forma individualizada, identificando-se as duas partes que realizam o empréstimo. Da operação, resultam obrigações que são, em princípio, intransferíveis e não negociáveis. (...) Nos mercados de títulos, ao contrário, as transações obedecem a regras genéricas, desprezando-se as idiosincrasias de cada parte interessada. Os contratos resultantes podem não ser negociáveis, mas obedecem de qualquer forma a regras de padronização que tornam os títulos de natureza semelhante substitutos entre si. Quando podem ser negociados, isto é, revendidos em mercados secundários, esses títulos ganham *liquidez*, isto é, tem sua capacidade de conversão em dinheiro, aos olhos de seu possuidor, aumentada”.



empresa é chamada de *oferta pública inicial*, e ocorre no chamado *mercado primário*, ou seja, a empresa vende as ações e, de posse do capital, faz os investimentos necessários; aqueles que adquiriram essas ações tornam-se sócios da empresa. A empresa não terá que devolver o montante captado com a venda das ações, pois os recursos foram utilizados para os investimentos. Os detentores das ações da empresa, como sócios que são, recebem, periodicamente, os *dividendos* – parte do lucro correspondente à sua participação no capital total da empresa.

Se não houvesse o *mercado secundário*, os compradores das ações da empresa teriam que manter esses títulos de propriedade para sempre, como sócios de uma empresa limitada. Mas a diferença entre uma empresa limitada e uma sociedade anônima é justamente a possibilidade de se desfazer da propriedade das ações, sem a necessidade de consentimento dos demais sócios. Vejamos: as ações, como título de propriedade, são papéis padronizados e de natureza semelhante. Por isso, o seu possuidor pode revendê-los a qualquer momento, sempre que houver comprador. Observem, porém, que a pessoa que comprou uma ação de uma determinada empresa pode obter seu dinheiro de volta, a qualquer momento, desde que revenda essa ação à outra pessoa interessada. Não é a empresa que deve devolver o dinheiro, já que a empresa, que lançou inicialmente as ações, o fez com objetivo de captar capital para seus investimentos. Como existe um número limitado de ações lançado pelas empresas e, eventualmente, pode haver muitas pessoas, ou agentes superavitários, desejosos de adquirir esse tipo de título, aqueles que compraram as ações na oferta inicial podem revendê-las.

Nesse mercado secundário, os ganhos e as perdas decorrem das oscilações dos preços das ações negociadas diariamente. Teoricamente, uma ação se valoriza, ou seja, tem seu valor aumentado, se a empresa estiver apresentando um desempenho bom, em termos de investimentos e lucratividade. Por exemplo, as ações da Petrobras, teoricamente, se valorizariam se a Petrobras, em determinado período, estiver apresentando, em suas atividades produtivas, um desempenho promissor e lucrativo, pois os detentores das ações sabem que, se a Petrobras tiver lucro, eles receberão os *dividendos* correspondentes.

No entanto, o que ocorre na maioria das vezes no mercado secundário, apesar de guardar certa relação com o desempenho das empresas cujas ações são negociadas, é que as oscilações do preço das ações estão mais relacionadas com os movimentos de oferta e demanda nesse mercado. O que dá margem a muita especulação, ou ao chamado *risco de mercado*. Vejamos: um grupo de pessoas comprou certa quantidade de ações da Petrobras, por exemplo, por um valor de R\$ 10,00<sup>10</sup>). A Petrobras captou o dinheiro e fez seus investimentos produtivos (construiu plataformas de petróleo, dutos de condução, refinarias etc.). Como existem muitas outras pessoas com dinheiro sobrando e que também gostariam de aplicar esse dinheiro em ações da Petrobras, por considerarem que essa empresa vai dar muito lucro e eles receberiam os dividendos, essas pessoas demandam as ações, ou seja, querem comprar as ações daquelas pessoas que as têm em mãos (e que compraram inicialmente da Petrobras por R\$ 10,00). Claro que as pessoas que estão com as ações, ao perceberem que há uma grande demanda por ações da Petrobras, estejam dispostas a vendê-las, porém, por um preço maior (digamos, por R\$ 11,00). Assim, se uma única ação da Petrobras for vendida, no mercado secundário, por R\$ 11,00, imediatamente, todas as outras ações da mesma empresa passam a apresentar esse valor, mesmo que não tenha sido negociada. Se a demanda por essas ações continuar alta, a próxima venda pode ocorrer a, por exemplo, R\$ 12,00 e, novamente, todas as ações passam a apresentar esse valor. Percebam, então, que não foi a Petrobras que cresceu, mas, de uma hora para outra, quem comprou ações por R\$ 10,00 e não as vendeu durante esse período que estamos tratando tem em mãos ações que já valem R\$ 12,00 (houve um crescimento de 20% no valor de suas ações), mas essa pessoa, até agora, não ganhou efetivamente nada, pois ela não vendeu suas ações. Só terá ganhado, realmente, esses 20% de valorização de seu dinheiro se vender por R\$12,00 as ações que comprou por R\$10,00. Caso contrário, continuará a correr o risco de mercado, ou seja, pode ocorrer de, no próximo período, as ações se desvalorizarem e seu preço

---

10 Todos os dados desse exemplo são inventados e até mesmo exagerados para efeito didático. Na prática, as variações diárias dos preços das ações são muito menores.

cair para menos de R\$ 10,00. Isso vai depender da demanda e da oferta de ações no mercado secundário.

O segundo tipo de título que apresentaremos aqui e que é negociado nas bolsas de valores, são os **bônus**, ou **debêntures**, ou seja, **títulos de dívida**. Esse tipo de título é utilizado pelas empresas que precisam de capital, mas não querem vender ações, necessitam apenas de um empréstimo. As empresas poderiam tomar esse empréstimo dos bancos, porém, podem considerar que, vendendo diretamente aos possuidores de dinheiro seus títulos de dívida, pagarão uma taxa de juros menor. No caso dos títulos de dívida, os compradores, ou seja, aqueles que emprestaram o dinheiro para as empresas e ficaram com os títulos de dívida, receberão da empresa os juros estabelecidos no título. Ao final do prazo de vencimento do título, a empresa é obrigada a pagá-los, ou seja, devolve o dinheiro que tomou emprestado e resgata os títulos do mercado. Também no caso dos títulos de dívida, por apresentarem padronização, podem ser negociados no mercado secundário e serem passíveis dos mesmos processos de oscilação tanto no valor de face, quanto da taxa de juros — dependendo da natureza do título. Os títulos de dívida mais comuns negociados no mercado de capitais em quase todos os países do mundo são os **títulos da dívida pública**, ou seja, papéis que o governo vende para tomar dinheiro emprestado junto àquelas pessoas que possuem dinheiro sobrando. Esses títulos constituirão a dívida pública e será objeto de estudo detalhado no próximo capítulo.

Finalizamos, assim, os três principais mercados do sistema capitalista, ou seja, os mercados que estão no início do processo de produção. Para iniciar qualquer processo de produção, necessita-se de trabalho e capital (e recursos naturais); o que fizemos aqui foi explicar como surgiram e como funcionam os mercados desses elementos essenciais para a produção capitalista.

## 4.2 - Estruturas de produção

O capitalismo, ao mesmo tempo em que intensificou o processo de exploração do trabalho e quase que eliminou qualquer forma de produção e sobrevivência dos seres humanos que não seja submetida ao processo de acumulação de capital, também promoveu um gigantesco processo de desenvolvimento das forças produtivas e complexificou o processo de produção. Se, em qualquer sociedade pré-capitalista, a divisão técnica do trabalho era muito pequena, com um produtor fazendo todos os passos da produção de um objeto, no capitalismo, a fabricação de qualquer mercadoria passa por dezenas, às vezes centenas de empresas diferentes. Já tentou imaginar em quantas empresas e países diferentes são produzidos todos os elementos de um automóvel?

Mesmo de uma simples camiseta: desde a plantação do algodão, com os tratores, os adubos, os agrotóxicos, as colheitadeiras; passando pelo transporte, chegando à indústria de fiação e tecelagem, com seus maquinários, produtos químicos que tingem, limpam e transformam o algodão em malha, tecem e costuram as camisetas; para depois serem transportadas novamente, até as lojas, com suas estruturas, propaganda, *marketing* etc. Toda essa cadeia produtiva bastante complexa é infinitamente diferente do processo de produção de uma roupa há 200 anos, por um camponês ou um tecelão manual.

Chamamos essas malhas produtivas, complexas e invisíveis aos olhos da maioria de nós, trabalhadores especializados e consumidores alienados, de **cadeias produtivas**. As cadeias produtivas representam todas as unidades produtivas de determinados tipos de mercadorias. Por exemplo: a *cadeia produtiva sucroalcooleira*, muito importante para a economia brasileira, envolve desde a plantação da cana-de-açúcar (e todos os equipamentos envolvidos nesse processo), passando pelas usinas de açúcar e álcool, até a distribuição final dos produtos. A *cadeia produtiva metal-mecânica* é muito mais complexa e diversificada que a cadeia produtiva sucroalcooleira, pois envolve desde a extração dos minérios (de ferro, bauxita, níquel etc.), passando pelas siderúrgicas, para as empresas de bens de capital e bens intermediários, até as montadoras de automóveis, fábricas de geladeiras e todo tipo de bens de consumo feito de metal. Muitos dos elos dessa cadeia podem estar espalhados por países distintos.

Para estudarmos melhor o processo de produção atual e compreender sua complexidade, divide-se toda a produção de um país em três diferentes setores de atividade produtiva.

### 4.2.1 - Setores de atividade

#### a - Setor primário

- Agricultura
- Pecuária
- Extração vegetal

#### b - Setor secundário

- Indústria da transformação
- Indústria da extração mineral
- Construção civil

Departamento I: indústria de base produz:

- Bens de capital (meios de produção): são destinados às outras empresas e compõem as indústrias produtoras de máquinas, equipamentos, ferramentas, caminhões, tratores, implementos, aviões, trens, robôs etc. Todos os equipamentos necessários para o processo de produção.
- Bens intermediários (matérias-primas ou insumos): também são destinados às outras empresas, pois são produtos que ainda não estão prontos para o consumo final das pessoas. É composto pelas indústrias produtoras de minérios, aço, produtos químicos, celulose, farinha de trigo, óleo vegetal, açúcar, borracha, madeiras e compensados etc.

Departamento II: indústrias que produzem bens destinados às pessoas, aos consumidores finais:

- Bens de consumo não-duráveis: alimentos, materiais de higiene, perfumaria e limpeza, material de papelaria, vestuários e calçado etc.
- Bens de consumo duráveis: automóveis, eletrodomésticos e eletro-eletrônicos.

#### c - Setor terciário: serviços

São produtos intangíveis, são classificados conforme a destinação que se dá ao serviço produzido pelas empresas:

- Serviços destinados à produção: auxiliam no processo produtivo de outras empresas: bancos, propaganda e *marketing*, consultorias e auditorias, restaurantes industriais, segurança privada etc.
- Serviços de distribuição: interligam as empresas produtivas e os consumidores: transporte de carga, logística e comércio (atacadista e varejista).
- Serviços sociais: são destinados à população em geral, são essenciais: educação, saúde, saneamento básico, transporte público, segurança pública, justiça etc.
- Serviços pessoais: são destinados às pessoas, mas dependem de escolhas pessoais e de fatores tais como cultura, renda, localização geográfica; exemplo: turismo, lazer, cabeleireiro, restaurantes, cinema e teatro etc.

Normalmente, percebemos os bens de consumo e os serviços sociais e pessoais. Como o processo de produção, no capitalismo, tornou-se invisível aos nossos olhos, não enxergamos a quantidade significativamente grande de empresas que não produzem diretamente aos consumidores finais, às pessoas. Essas empresas são as maiores consumidoras de recursos naturais, de energia e empregam muitos trabalhadores. O produto final contará, portanto, com todo valor agregado por cada um dos trabalhadores que participou do processo de produção, desde a extração dos recursos naturais, até o consumidor final. O valor final de uma mercadoria qualquer não é determinado pelo

valor agregado pelo último trabalhador, mas por todos os trabalhadores que participaram de sua produção, a maioria deles indiretamente.

Outro fator importante que devemos destacar é que as empresas que produzem bens de capital (meios de produção) são especializadas, ou seja, alguns desses bens são completamente distintos dos bens que os consumidores utilizam. Por exemplo, um guindaste, uma esteira de transmissão. Porém, há alguns bens de capital que encontram semelhança com os bens de consumo, porém são produzidos por empresas diferentes e de forma diferente. Por exemplo, um fogão industrial, utilizado pelos restaurantes, é completamente diferente de um fogão destinado aos consumidores. Até mesmo um liquidificador: atualmente, muitos bares e lanchonetes têm a sua disposição um liquidificador feito especialmente para bater sucos congelados, são bastante resistentes, mudam a velocidade sozinhos, liberando o atendente para outras atividades, já que ele não precisa ficar *cuidando* do liquidificador. Já o liquidificador vendido às famílias, o liquidificador bem de consumo, pode ser bem mais bonitinho, mas é frágil, delicado e quebra facilmente.

Essa diferenciação nos remete a um debate muito importante atualmente, qual seja o da obsolescência programada e seu impacto ambiental.

Todos estão de acordo que devemos reduzir o impacto ambiental, pois os danos ao meio ambiente são tão significativos que estão levando à inviabilidade da vida na Terra. Porém, poucos colocam esse debate nos termos corretos, vale dizer, a destruição do planeta se dá pelo modelo de produção e exploração desenvolvido pelo capitalismo. O simples exemplo do liquidificador é significativo, ou seja, quando a empresa faz um liquidificador para ser usado por outras empresas, esse produto é resistente, tecnologicamente avançado e com menor impacto ambiental. Mas quando o liquidificador é feito para as pessoas, os consumidores, é frágil e *feito para quebrar*, fazendo com que a pessoa seja obrigada a produzir um lixo e comprar um liquidificador novo, que provavelmente vai durar menos ainda que o anterior.

Essas são as verdadeiras bases para um debate sério sobre o meio ambiente e que levarão à conclusão de que o capitalismo não só explora e aliena os seres humanos, mas também destrói a própria possibilidade de vida humana na Terra.

## 4.3 - Estruturas de mercado

Como vimos afirmando desde o primeiro capítulo, o sistema capitalista tem como elemento central o mercado. Ao contrário das sociedades pré-capitalistas, em que a produção era exclusivamente destinada a satisfazer as necessidades humanas, no capitalismo, a produção é destinada à geração do lucro, não importando se vai suprir uma necessidade realmente humana, ou as necessidades construídas ideologicamente e muitas vezes supérfluas. Nesse sentido, é importante compreender como se organizam os mercados, que tipos de estruturas apresentam e que impacto têm na sociedade. Enquanto no feudalismo a produção era localizada e, ao mesmo tempo em que havia pouco mercado, havia pouca concorrência entre os produtores, chegando até a haver o monopólio legal das corporações de ofício e dos exclusivos metropolitanos, o capitalismo, ao se constituir, liberou qualquer impedimento legal a mais ampla competição e concorrência. Não só entre as empresas, mas também entre os trabalhadores, que muitas vezes são levados a competir entre si pela venda de sua força de trabalho, provocando a redução de seu preço. Nesse sentido, apresentamos três tipos clássicos de estrutura de mercado, que vale tanto para os produtos (mercadorias), quanto para a força de trabalho.

### 4.3.1 - Ampla concorrência ou concorrência perfeita<sup>11</sup>

Um mercado de um determinado produto, para ser considerado um mercado em que ocorre ampla concorrência, deve apresentar as seguintes características:

---

11 Esse termo “concorrência perfeita” foi criado pelos economistas neoclássicos burgueses que construíram todo seu arcabouço teórico a partir da premissa da atomização social e do mais amplo liberalismo. Na prática, essa ampla e irrestrita concorrência, que eles chamaram de *perfeita*, não existe e nunca existiu, é mesmo uma impossibilidade.

- A mercadoria, ou o produto a ser mercantilizado, deve ser homogêneo, ou seja, perfeitamente substituível entre si;
- Deve haver um número muito grande de vendedores de tal mercadoria, de maneira que nenhum deles isoladamente possua condições de influenciar o mercado;
- O mercado deve ser atomizado e os produtores não devem conseguir estabelecer nenhum tipo de coalizão (truste, cartel, ou sindicato);
- Não pode haver nenhuma barreira à entrada de novos concorrentes nesse mercado.

Esse tipo de mercado, tão amplamente competitivo, não é fácil de encontrar atualmente. Apenas no mercado de trabalho, daqueles trabalhadores com pouca especialização, precarizados e que são obrigados, pela necessidade, a aceitar qualquer tipo de trabalho, a qualquer preço. Mas, no mercado de produtos, a concentração e centralização do capital operada nas últimas décadas, permitem às empresas driblar a ampla concorrência. Isso não significa que as empresas não concorram entre si, mas essa concorrência está extremamente distante da concorrência perfeita imaginada pelos economistas burgueses, e que levaria a um preço de equilíbrio de mercado para o bem geral da sociedade.

### 4.3.2 - Oligopólios

A maior parte do processo produtivo está oligopolizada. Quando dizemos que a estrutura de mercado é um oligopólio. Significa que poucas empresas dominam quase todo o mercado daquele produto, ou mercadoria. Vejamos os três tipos mais comuns de oligopólios:

a - Oligopólio concentrado: o tipo de indústria/empresa que faz parte desse tipo de oligopólio é caracterizado por:

- Produzir um *produto homogêneo*, portanto não há diferenciação do produto entre as empresas concorrentes;
- Estas empresas contam com a proteção de muitas barreiras à entrada de outros concorrentes, tais como: alta concentração técnica e de capital, controle sobre tecnologias e processos de produção;
- Para serem lucrativas, essas empresas devem apresentar *economia de escala*.

As indústrias de base, ou seja, produtoras de matérias-primas industrializadas, são os exemplos típicos desse oligopólio, tais como indústria química, siderúrgica, papel e celulose etc. Essas indústrias competem entre si, porém o mais comum é se estabelecer uma certa divisão do mercado entre elas, já que o número de empresas desse tipo é tão reduzido no mundo, que os Estados acabam impondo barreiras tarifárias a fim de proteger da concorrência internacional as indústrias que produzem internamente.

b - Oligopólio diferenciado: o tipo de indústria/empresa que faz parte desse tipo de oligopólio é caracterizado por:

- Produzir um produto diferenciado, ou seja, as empresas concorrem através da diferenciação do produto, de forma que o produto de uma determinada empresa, mesmo sendo do mesmo tipo, apresente certa diferenciação em relação aos concorrentes;
- Para demarcar bem a diferenciação de seus produtos em relação aos concorrentes, essas empresas fazem alto investimento em propaganda, pesquisa e desenvolvimento, inovações de produtos e de processos;
- Assim, a marca é muito importante nesse tipo de oligopólio;
- Muitas dessas empresas produzem mercadorias diferentes para as diferentes faixas de renda dos consumidores, a fim de atingirem o maior volume possível do mercado;
- Todos os elementos acima constituem barreiras à entrada de novos concorrentes.

As empresas desse tipo de oligopólio são principalmente as produtoras de bens de consumo duráveis e não duráveis com diferencial de conteúdo tecnológico. Por exemplo, automóveis, eletrodomésticos etc. Há também a formação de oligopólios desse tipo no setor de serviços, tais como, bancário, hotéis e entretenimento etc.

c - Oligopólio competitivo: o tipo de indústria/empresa que faz parte desse tipo de oligopólio é caracterizado por:

- Alta concentração do mercado em um número pequeno de empresas;
- As grandes empresas concorrem com pequenas e numerosas empresas;
- Os produtos possuem diferentes conteúdos tecnológicos;
- Essas empresas podem produzir em pequena escala de produção;
- Nesse tipo de mercado há poucas barreiras à entrada de novos concorrentes.

Esse tipo de oligopólio é formado por empresas grandes que dominam quase todo o mercado, mas concorrem com centenas de empresas de pequeno porte, tais como o setor de refrigerante, produtos alimentícios, redes de serviços de entretenimento e alimentação etc. Porém, o processo de concentração e centralização de capital, as fusões e aquisições fazem com que dia a dia se torne cada vez mais concentrado esse tipo de mercado, dificultando o aparecimento de pequenas empresas.

### 4.3.3 — Monopólios

Um mercado é considerado monopolizado quando há apenas uma empresa que domina todo o mercado, não há produtos substitutos e há barreiras à entrada de novos concorrentes.

Tecnicamente, é difícil para uma empresa ser monopolizadora de determinado produto, pois, quando isso ocorre, ela pode cobrar o preço que quiser pelo produto e obtém um lucro extraordinário. Assim, atrai novas empresas para esse mercado, o que, a rigor, acaba com o monopólio. Porém, mesmo assim existem monopólios nos seguintes casos:

- Quando uma empresa tem a patente de um produto, impede a produção dessa mercadoria por outras empresas concorrentes, como no caso de medicamentos, maquinários sofisticados ou tecnologias avançadas;
- Certos produtos requerem alto custo de produção e/ou pequena escala que não justifique a existência de mais de uma empresa, como no fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, infraestrutura;
- Em áreas consideradas estratégicas, frente às ações imperialistas, o próprio Estado pode estabelecer monopólios legais, proibindo, através de legislação, a existência de empresas concorrentes. A Petrobras era um monopólio legal de extração de petróleo no Brasil; a indústria de armamento de guerra é monopólio legal, nos Estados Unidos e em muitos países europeus, por serem consideradas áreas estratégicas.

Por fim, cabe ainda explicar certos conceitos que utilizamos:

*Produtos homogêneos:* são considerados produtos homogêneos aquelas mercadorias cujo produtor não pode ser identificado na própria mercadoria. Por exemplo, as frutas, legumes e verduras, ou ainda, matérias-primas como aço, produto químico, celulose. Quando alguém compra uma fruta, no mercado, não consegue identificar, na fruta, em que pomar ela foi produzida, na maior parte das vezes, nem de que país ela veio. São produtos substituíveis entre si, pois, para o consumidor, tanto faz consumir uma maçã produzida em Santa Catarina, ou em São Paulo.

*Barreiras à entrada de novos concorrentes:* são fatores econômicos ou legais que impedem que outras empresas produzam aquele produto. Por exemplo, para se construir uma siderúrgica, há a necessidade de um montante de capital tão grande que não é qualquer capitalista que dispõe desse volume; ou, ainda, o estabelecimento de marcas pode se constituir em barreiras à entrada de novos concorrentes, pois os consumidores já foram tão bombardeados com propaganda das marcas

estabelecidas que, se outro produtor quiser vender o mesmo produto com uma marca nova, terá grande dificuldade em se estabelecer, o que requer muitos gastos com propaganda; além disso, os segredos tecnológicos também podem se constituir em barreiras à entrada de novos concorrentes, pois não é fácil, diante do avanço nas forças produtivas, para qualquer nova empresa obter esse conhecimento. Esses exemplos acima constituem barreiras econômicas. Temos também barreiras legais, tais como patentes, monopólios legais e todas as legislações que estabelecem padrão para produção. Por exemplo, até pouco tempo, e ainda hoje em regiões menos fiscalizadas, é comum encontrar vendedores de produtos de limpeza a granel, em pequenos caminhões que circulam pelos bairros populares. Esse tipo de atividade, no entanto, é proibida, pois o Estado estabelece uma série de requisitos para a produção desses produtos que tornam inviável, economicamente, a esses pequenos produtores essa atividade. E assim ocorre com alimentos manipulados, produção de queijo, mel, pães, doces etc. Ou seja, o sistema capitalista tem no Estado um aliado poderoso para barrar a entrada de concorrentes que tentem fazer frente ao grande capital.

*Economia de escala:* dizemos que uma atividade necessita de economia de escala quando o lucro por unidade de produção é tão reduzido que essa atividade só se torna viável se for produzida em larga escala, ou em grande quantidade. A maior parte das mercadorias é produzida em economia de escala. Por exemplo, produzir etanol, aço, soja etc.

## Capítulo 5: O complexo da política econômica

Como a nossa sociedade vive para a economia, quer dizer, a produção, o lucro, o desempenho econômico tornaram-se as razões últimas da existência, as informações econômicas passaram a ser fundamentais. Os historiadores das épocas pré-capitalistas têm enorme dificuldade em encontrar dados, ou fontes, que indiquem informações econômicas das épocas passadas. Os historiadores no futuro, certamente, não terão essa dificuldade, já que nossa sociedade produz uma infinidade de dados, contas, pesquisas, informações em geral que tratam especificamente das questões econômicas, ou seja, da produção, do desempenho de cada país, dos ganhos e gastos, da moeda e suas implicações na economia etc. Neste capítulo, trataremos de algumas dessas questões. Esses indicadores foram criados pelos economistas burgueses, portanto, não consideram o aspecto crítico. Porém, é muito importante que os trabalhadores saibam o que significam essas questões, é importante que tenham capacidade de compreender os dados e informações econômicas, muitas vezes apresentados propositadamente de forma obscura, a fim de que possam perceber as relações diretas e indiretas que a economia tem sobre suas vidas.

### 5.1 — Produto Interno Bruto

Um dos indicadores mais importantes para a economia é o PIB — Produto Interno Bruto. O PIB representa a produção total de um país, ou seja, ele indica tudo o que foi produzido, em um país, em determinado período de tempo. Atualmente, diante das perspectivas de curtíssimo prazo com que os capitalistas têm trabalhado, o PIB é divulgado a cada trimestre; porém, o dado mais confiável, que passa por várias revisões, é o PIB anual. Assim, trataremos aqui das informações sobre a produção total ocorrida em um ano, ou ainda, a totalidade da riqueza produzida pelos trabalhadores, naquele ano.

Em todos os países existem coisas que foram produzidas no passado, como, por exemplo, os prédios, as estradas, a infraestrutura etc. Tudo aquilo que foi produzido no passado — o estoque de riqueza — não entra no cálculo do PIB do ano em questão, mas, sim, apenas o que efetivamente foi produzido no ano.

Como qualquer país produz uma infinidade de coisas, desde alimentos agrícolas até os mais variados tipos de bens industrializados e serviços, a informação sobre o PIB é apresentada em valores monetários, ou seja, o PIB de um país, em um ano, será um determinado valor em moeda corrente daquele país. No Brasil, por exemplo, o PIB é um valor em reais.

A maior parte dos países utiliza a mesma metodologia para calcular o PIB, a fim de poderem comparar os dados entre eles. No Brasil, o órgão responsável por esse cálculo é o IBGE. Essa metodologia de cálculo permite conhecer uma série de informações sobre a produção, os rendimentos e os gastos que ocorrem no país; por isso, apresentaremos a seguir as três óticas de cálculo do PIB. Além disso, há outras informações relevantes, que permitem conhecer as relações e os entrelaçamentos da produção de um país com os demais, além de nos dar uma ideia de quanto representa a riqueza produzida, em termos populacionais.

#### Óticas de cálculo do PIB<sup>1</sup>:

##### 1 - Ótica da produção:

Por meio desse cálculo, os pesquisadores desejam saber todas as quantidades de bens e serviços produzidos no ano e qual seu preço. Assim, temos a produção total. Há duas formas distintas de se calcular o PIB pela ótica da produção:

a) Somatória dos valores de todos os *bens e serviços finais* produzidos num país, dentro de um ano. Note-se que, neste caso, são somadas as quantidades de todos os bens e serviços finais, ou seja, aqueles que chegam ao consumidor final, e não os bens e serviços intermediários. Isso porque os

<sup>1</sup> Estamos considerando aqui uma economia fechada, sem importação e exportação.



preços dos bens e serviços intermediários já estão incluídos nos preços dos bens e serviços finais, assim, evita-se dupla contagem.

$$PIB = \sum P.Q \quad \sum PIB = P_1Q_1 + P_2Q_2 + \dots + P_nQ_n$$

b) Somatória dos *valores adicionados* em cada etapa da produção. Permite identificar o quanto cada setor de atividade contribuiu para o PIB. Assim, pode-se perceber não só o valor final da produção — o próprio PIB — mas também o quanto de valor foi acrescentado no processo de produção. A tabela a seguir apresenta um exemplo hipotético simplificado de como se calcula o PIB pelos valores adicionados.

<b>Produção</b>	<b>Valor Adic.</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor Adic.</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor Adic.</b>
Set. Prim.		Setor Sec.		Set. Terc.	
Agricultura		Indústria		Serviços	
500		1500		2500	
	500		1000		1000

$$PIB = 500 + 1000 + 1000 = 2.500$$

### 2 – Ótica da renda:

Tudo aquilo que foi produzido em um país, em um ano, foi apropriado como renda, pelos trabalhadores, na forma de salários; pelos capitalistas, na forma de lucro; e pelo governo, na forma de tributos. Assim, a somatória de todos os rendimentos e remunerações que os agentes econômicos receberam por produzir o PIB é a *Renda Nacional*, cujo valor equivale ao PIB. Permite perceber a *distribuição funcional da renda*.

$$PIB = Y = W + L + T$$

Y = Renda nacional

W = Somatória dos salários

L = Somatória dos lucros

T = Carga tributária ou a somatória de todos os tributos

### 3 - Ótica da despesa:

Todos os anos, todo valor recebido como rendimento é gasto, por isso, a somatória de todos os *gastos* efetuados na economia durante o ano também será o PIB. Como os agentes econômicos gastam tudo o que receberam de remuneração durante o ano, esse valor também é igual ao PIB.

$$PIB = DA = C + I + G$$

DA = Demanda agregada

C = Consumo das famílias

I = Investimento das empresas

G = Gasto do governo

Outros Conceitos do PIB:

#### a) *PNB x PIB*

Muitas empresas que produzem no país são de origem estrangeira, por isso, Produto Nacional Bruto representa o total de toda riqueza produzida apenas pelos *nacionais*, ou seja, descontam-se as remessas de lucros, os royalties, os direitos autorais, os direitos de patentes, que são transferidos de um país para outro. Assim,

$$PNB = PIB - RLE$$

RLE = Rendas líquidas enviadas ao exterior

#### b) PIB<sub>real</sub> x PIB<sub>nominal</sub>

Como explicado acima, o PIB é calculado [falta um trecho aqui] correntes, ou seja, para saber quanto foi o PIB em preços correntes, ou seja, para saber quanto foi o PIB em certo ano, multiplicam-se as quantidades produzidas pelos preços praticados naquele mesmo ano. Esse é o PIB<sub>nominal</sub> que expressa o valor encontrado naquele ano, a preços praticados naquele mesmo ano. Porém, pode ocorrer, de um ano para outro, aumento nos preços de alguns produtos, ou mesmo de todos os produtos. A isso chamamos inflação. Assim, se calculamos o PIB de um ano e não levamos em conta a inflação, os dados da produção não serão corretos, pois o que pode ter havido é uma simples inflação e não um aumento real das quantidades produzidas. Por isso, o principal dado do PIB é o PIB<sub>real</sub>, que representa o PIB<sub>nominal</sub> descontada a inflação do período.

PIB<sub>real</sub> = PIB<sub>nominal</sub> - inflação do período.

#### c) PIB<sub>percapita</sub>

O PIB representa, então, toda riqueza produzida [falta um trecho aqui]. O PIB<sub>percapita</sub> é a divisão exatamente igualitária do PIB pela população total do país. Em nenhuma parte e em nenhum tipo de sociedade seria possível essa divisão, não por fatores políticos ou morais, mas simplesmente porque uma parte do PIB deve ser usada para os investimentos necessários, a fim de continuar o processo de produção para o próximo período; não é possível imaginar uma situação em que toda a produção destine-se exclusivamente ao consumo das pessoas. No entanto, o dado do PIB<sub>percapita</sub> dá uma ideia de como seria, aproximadamente, a renda de cada indivíduo, se houvesse uma distribuição mais igualitária da renda. No caso do Brasil, em que há uma enorme concentração da renda, a informação do PIB<sub>percapita</sub> é relevante para a tomada de consciência do quão desigual é a sociedade e de como os trabalhadores podem e devem reivindicar aumento na participação dos salários na renda nacional.

### Produto Interno Bruto - Brasil (2001-2011)

	PIB nominal	PIB real	PIB per capita*	PIB per capita**	R\$ milhões % aa***
2001	1.302.136,00	2.864.734,62	7.491,80	16.480,00	1,31
2002	1.477.822,00	2.940.881,96	8.382,20	16.680,00	2,66
2003	1.699.948,00	2.974.602,70	9.510,70	16.640,00	1,15
2004	1.941.498,00	3.144.520,70	10.720,30	17.360,00	5,71
2005	2.147.239,00	3.243.877,29	11.709,00	17.690,00	3,16
2006	2.369.484,00	3.372.238,66	12.769,10	18.170,00	3,96
2007	2.661.344,00	3.577.655,56	14.183,10	19.070,00	6,09
2008	3.032.203,00	3.762.677,50	15.991,60	19.840,00	5,17
2009	3.239.404,00	3.750.270,93	16.917,70	19.590,00	41,33
2010	3.770.084,87	4.032.804,64	19.508,60	20.870,00	7,53
2011	4.143.013,34	4.143.013,34	21.253,60	21.250,00	2,73

Fonte: IPEA, \*R\$; \*\*R\$ a preços de 2011; \*\*\*variação anual real

## 5.2 — Balanço de pagamentos

Outro indicador importante da atividade econômica de um país é o Balanço de Pagamentos. Até agora, consideramos a produção econômica de um país isoladamente, ou seja, como se fosse uma economia fechada, sem relações econômicas com outros países. No entanto, não é possível efetuar a produção moderna sem essas relações externas, muito menos na fase mundializada em que

se encontra a economia capitalista nesse início de século XXI. Para se produzir praticamente tudo o que temos, dependemos, em maior ou menor grau, de insumos, bens, serviços ou mesmo mercados externos. Assim, as relações econômicas internacionais envolvem todas as transações que um país tem com o restante dos outros países do mundo.

Essas transações são registradas no Balanço de Pagamentos, que representa o registro contábil de todas as transações de um país com o resto do mundo. No Brasil, o órgão responsável pelo registro é o Banco Central, porém, as transações que são ali registradas referem-se às transações públicas e privadas, tanto das empresas quanto das pessoas (que viajam ao exterior, por exemplo). Como a maior parte das transações econômicas internacionais é efetuada em dólar estadunidense (US\$), os dados do Balanço de Pagamentos são apresentados nessa moeda<sup>2</sup>. Nem sempre o dólar foi a principal moeda das trocas internacionais; até a Primeira Guerra Mundial, a principal moeda de troca internacional era a libra esterlina inglesa (£). Por isso, ao se analisar um balanço de pagamentos, deve-se observar em que moeda os dados foram registrados.

A fim de tornar mais didático, dividimos o Balanço de Pagamentos em duas partes. Na primeira parte, constam os dados das Transações Correntes, ou seja, todas as transações de bens e serviços que foram efetuadas pelo país com o resto do mundo. Na segunda parte, estão os dados das movimentações de capital, que entraram e saíram do país.

### Transações Correntes

<b>Balanço de pagamentos — Brasil (2009-2011)</b>			US\$ Milhões
Conta de transações correntes	2009	2010	2011
Exportação de bens	152.995	201.915	256.040
Importação de bens	-127.705	-181.768	-226.233
<b>Balança comercial (saldo)</b>	<b>25.290</b>	<b>20.147</b>	<b>29.807</b>
Serviços (receita)	27.728	31.599	38.209
Serviços (despesa)	-46.974	-62.434	-76.161
Serviços (líquido)	-19.245	-30.835	-37.952
Rendas (receita)	8.826	7.405	10.753
Rendas (despesa)	-42.510	-46.892	-58.072
Rendas (líquido)	-33.684	-39.486	-47.319
<b>Serviços e rendas (líquido)</b>	<b>-52.930</b>	<b>-70.322</b>	<b>-85.271</b>
<b>Transferências unilaterais (líquido)</b>	<b>3.338</b>	<b>2.902</b>	<b>2.984</b>
<b>Transações correntes (saldo)</b>	<b>-24.302</b>	<b>-47.273</b>	<b>-52.480</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

As transações correntes são formadas pela Balança Comercial, ou seja, o resultado entre todos os bens que foram exportados pelo país menos todos os bens que foram importados. Em segundo lugar, encontra-se a conta de Serviços e Rendas, ou seja, todos os serviços que são vendidos pelo país (Serviços receita), menos todos os serviços que são adquiridos pelo país no exterior (Serviços despesa); e as rendas que são recebidas do exterior, menos as rendas que são enviadas para o exterior. Os serviços referem-se, principalmente a: transportes internacionais, viagens internacionais, seguros internacionais, computação, aluguel de equipamentos, publicidade, correio etc., todos referentes a transações internacionais. As rendas se referem, principalmente a: lucros enviados (ou recebidos) ao exterior e pagamentos de juros de empréstimos externos.

<sup>2</sup> Segundo o Fundo Monetário Internacional, dois terços das transações internacionais são feitas em dólar estadunidense, o Euro corresponde a cerca de 8% das transações, a Libra 5% e o restante são transações efetuadas em diversas moedas.

As transferências unilaterais correspondem às remessas de dinheiro que pessoas ou famílias que residem e trabalham no exterior enviam para suas famílias no Brasil.

O resultado das transações correntes será, então, a somatória da Balança Comercial, com a Balança de serviços e rendas, mais as Transferências Unilaterais.

## Conta de Capital e Financeira

<b>Balanço de Pagamentos - Brasil (2009-2011)</b>			US\$ Milhões
<i>Conta capital financeiro</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>
Investimento brasileiro direto — IBD (líquido)	10.084	-11.588	1.029
Investimento estrangeiro direto - IED (líquido)	25.949	48.506	66.660
<b>Investimento direto total (líquido)</b>	<b>36.033</b>	<b>36.919</b>	<b>67.689</b>
Investimento brasileiro em carteira — IBC (líquido)	4.125	-4.784	16.858
Investimento estrangeiro em carteira — IEC (líquido)	46.159	67.795	18.453
<b>Investimento em carteira - total (líquido)</b>	<b>50.283</b>	<b>63.011</b>	<b>35.311</b>
<b>Derivativos — total (líquido)</b>	<b>156</b>	<b>-112</b>	<b>3</b>
Outros investimentos brasileiros - OIE - total (líquido)	-30.376	-42.567	-38.984
Outros investimentos estrangeiros — OIE total (líquido)	14.076	41.543	46.796
<b>Outros investimentos - total (líquido)</b>	<b>-16.300</b>	<b>-1.024</b>	<b>7.813</b>
<b>Conta financeira (líquido)</b>	<b>70.172</b>	<b>98.793</b>	<b>110.816</b>
<b>Conta de capital (líquido)</b>	<b>1.129</b>	<b>1.119</b>	<b>1.573</b>
<b>Conta capital e financeira (líquido)</b>	<b>71.301</b>	<b>99.912</b>	<b>112.389</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

A conta de Capital e Financeira corresponde a toda movimentação de capital entre o país e o resto do mundo. O resultado final dessa conta é formado pela soma das seguintes contas:

Investimento Direto + Investimento em Carteira – Derivativos + Outros Investimentos + Conta de Capital. Vejamos o que corresponde cada uma dessas contas:

O Investimento Direto corresponde ao capital que entra no país (principalmente das indústrias multinacionais) e que serão utilizados para investimentos na produção de bens e serviços; além disso, deve considerar também o capital brasileiro que deixa o país para fazer investimentos produtivos em outras partes do mundo.

O Investimento em Carteira corresponde ao capital que entra no país para aplicação na bolsa de valores e no mercado de capitais, adquirindo títulos de dívidas (pública e privada) e ações de companhias negociadas na bolsa no Brasil. Também devemos considerar o capital brasileiro que deixa o país para fazer esse mesmo tipo de aplicação financeira em bolsas de valores de outros países.

Derivativos são operações financeiras derivadas de contratos — normalmente para servirem de garantias de aplicações ou negócios, e que são feitos por estrangeiros aqui no país.

Outros Investimentos correspondem aos empréstimos e/ou amortizações feitos tanto pelo governo, quanto por empresas privadas, no exterior. Corresponde, assim, contração ou pagamento de dívidas externas.

A Conta de Capital representa a entrada de capitais autônomos, ou transferências unilaterais de capitais.

## Resultado do Balanço de Pagamentos

Balança de Pagamentos - Brasil (2009-2011)			US\$ Milhões
	2009	2010	2011
Transações correntes (saldo)	-24.302	47.273	-52.480
Conta capital e financeira (líquido)	71.301	99.912	112.389
Erros e omissões	-347	3.538	-1.272
<b>Resultado do Balanço</b>	<b>46.651</b>	<b>49.101</b>	<b>58.637</b>

Fonte: Banco Central ao Brasil

O resultado final do Balanço de Pagamentos é obtido a partir da somatória das Transações Correntes mais a Conta Capital e Financeira. A rubrica Erros e omissões não tem significado real, é apenas uma conta de ajuste entre a realidade encontrada e os lançamentos efetuados durante o ano.

Para se analisar um Balanço de Pagamentos, devemos conhecer o significado de cada uma dessas contas e, principalmente, perceber como se dá o movimento dos recursos. Por exemplo: se uma conta apresenta um sinal negativo, isso significa que houve saída de dólares - pode ser: para o pagamento das importações, pagamentos de viagens internacionais feitas pelos brasileiros, pagamentos de dívidas externas, ou mesmo saída de recursos de investidores financeiros. Por outro lado, todas as vezes em que uma conta apresentar um sinal positivo, significa que houve entrada de dólares no país — recebidos de exportações de bens, venda de serviços, transferências das famílias que vivem no exterior, entrada de capital para novos investimentos produtivos ou financeiros. O resultado do Balanço de Pagamentos, em cada ano, pode ser um superavit, quando o resultado é positivo; ou um *deficit*, quando o resultado é negativo.

Quando o Balanço de Pagamentos apresenta um *superávit*, esses recursos externos que ficaram no país vão se somar às Reservas Internacionais, ou seja, o estoque de Divisas (recursos) Internacionais que o país tem e que foram se acumulando a cada ano. Porém, quando o resultado do Balanço de Pagamentos for um *deficit*, esse *deficit* deverá ser coberto com as reservas internacionais anteriormente acumuladas.

Em janeiro de 2012, o país contava com um montante de Reservas Internacionais de US\$ 352 bilhões; no decorrer do ano, até o mês de setembro de 2012<sup>3</sup>, as Reservas Internacionais somavam US\$ 377 bilhões.

Essas reservas representam uma espécie de poupança do país para as transações internacionais futuras. Elas são do país, ou seja, qualquer um (empresário capitalista, indivíduos isolados e governo) que necessite de dólar para alguma transação internacional, poderá comprá-lo no país, pois as reservas assim o permitem. As reservas são administradas pelo Banco Central e, em sua maior parte, ficam aplicadas em títulos públicos do governo estadunidense.

## 5.3 — A política econômica

Nas sociedades pré-capitalistas, o Estado era sempre diretamente comandado pela classe dominante. Na antiguidade, era a classe dominante dos patrícios que comandava o Estado na Roma antiga. No feudalismo, era a nobreza que dirigia, comandava, legislava e determinava qualquer assunto referente à superestrutura política, jurídica e ideológica. Na transição do feudalismo para o capitalismo, o Estado absolutista era comandado pelo poder absoluto do rei. No entanto, com as revoluções burguesas que derrubaram o Estado absolutista, a superestrutura política e jurídica ganhou uma autonomia relativa e não precisa, necessariamente, ser ocupada pela burguesia. Porém, com a instituição do Estado de direito e as constituições que possuem como cláusula pétrea o direito irrevogável à propriedade privada, o aparato estatal funciona no sentido de comandar, em última instância, a sociedade para a submissão ao processo de acumulação do capital.

3 Último dado de que dispomos até a conclusão deste livro.

Os economistas burgueses, com suas teorias que passam longe de refletir a realidade, rotineiramente afirmam que o Estado e a sociedade civil são duas coisas distintas, separadas e antagônicas. Na verdade, essa separação serve para encobrir, aos trabalhadores, o forte e fundamental papel que o Estado tem na garantia da acumulação de capital e da exploração do trabalho. Ao afirmarem que o Estado é neutro e não tem, ou não deve ter, relação com o restante da sociedade, deixam de explicitar sua importância fundamental para a economia. Além disso, esses economistas ideológicos apregoam a necessidade de o Estado “não interferir” na economia, que, por sua vez, deve ser “organizada” pela “mão invisível do livre mercado” - para utilizar a expressão clássica de Adam Smith.

De acordo com Fernandes (2012:61-62):

Romper com o campo ideológico dominante significa começar a eliminar as condições da opressão classista. Isso passa, no âmbito teórico, pelo debate crítico da relação sociedade civil/sociedade política [o Estado]. Pensados de modo cindido implica, desde logo, para Gramsci, desconhecer a natureza do Estado. A própria idéia de “ampliação” é a demonstração maior desse desconhecimento. Mais do que isso: é o reconhecimento de que se trabalhavam os aparelhos estatais como meramente instrumentais. Marx já acentuara, n’*O 18 de Brumário*, a forma pela qual o Estado atuava como organizador do consenso e, ao mesmo tempo, da dominação. Os aparelhos estatais eram vistos como um imenso exército de funcionários que, via lutas de classes e de frações de classe, organizava o poder, desorganizando objetivamente as classes subalternas.

Gramsci elabora sua teoria do Estado como uma unidade articulada de consenso e coerção, considerando-o como produtor da organização/desorganização da totalidade da sociedade. Pensar a sociedade civil como separada da sociedade política [Estado] significa desconhecer as condições reais das lutas de classe, pois implica cindir direção e coerção, mitificando assim os projetos hegemônicos. Essa separação no campo do capitalismo é absolutamente impensável. O conceito de bloco histórico nos permite compreender a necessária articulação entre sociedade civil e sociedade política [Estado]. O momento atual demonstra à sociedade que as transformações institucionais, como a crescente desconstitucionalização da vida social, são condições necessárias e suficientes para a manutenção da forma capitalista e de suas práticas. Do ponto de vista liberal, essa cisão é plena de sentido: expressa a aparente oposição entre público e privado. No primeiro termo da relação está colocada a liberdade; no segundo, a possibilidade da coerção que deve ser necessariamente controlada, mas não eliminada. A sociedade política, identificada ao Estado, deve atuar como guardiã da propriedade, dos contratos. Essa é a visão liberal.”<sup>4</sup>

Nesta parte deste capítulo, estudaremos o papel fundamental que exerce o Estado na economia, sem o qual o próprio sistema capitalista deixaria de existir. Ou seja, ao contrário do que afirmam os economistas ideológicos, o Estado não atrapalha o bom desempenho econômico, ele justamente trabalha para garantir as condições de exploração e de funcionamento de todos os instrumentos estruturais, sem os quais toda a economia privada não existiria. Por exemplo, quem garante a obrigatoriedade do cumprimento dos contratos? Quem garante a obrigatoriedade da utilização da moeda? Quem faz os investimentos, a fundo perdido, em infraestrutura, fundamentais para o desenvolvimento do capital, mas que não são vantajosos à iniciativa privada? Vemos assim, a real presença do Estado.

Por outro lado, não podemos descartar que, por ser um espaço político que pode ser ocupado por frações de classe em contradição, o Estado também pode ajudar na luta emancipatória dos trabalhadores. Quando, após muitas lutas, os trabalhadores conseguem garantir direitos trabalhistas, estes passam a fazer parte do arcabouço legal e o Estado tem o dever de fazer cumprir. Portanto, o Estado é um aparelho em disputa. Para entender seu funcionamento, nos aspectos econômicos, apresentaremos suas principais funções.

A política econômica se refere à ação do Estado no sentido de planejar o desempenho econômico, formular propostas e dirigir os instrumentos macroeconômicos, a fim de atingir determinados objetivos.

---

4 Para o conceito de hegemonia em Gramsci, ver Costa (2011) e, para uma teoria marxista do Estado, Marx (2011).

### 5.3.1 — Objetivos da política econômica

Os principais objetivos da política econômica, que podem ser encontrados na ação de qualquer Estado capitalista, são: crescimento econômico, ou seja, promover políticas econômicas que ampliem a produção e o emprego no país; distribuição de renda a fim de permitir que parcela crescente da população tenha acesso a parcelas maiores da renda nacional criada\*; controle da inflação, para manter o nível geral dos preços estável; equilíbrio nas contas externas, para manter certo equilíbrio no Balanço de Pagamentos, a fim de não prejudicar as relações produtivas entre o país e o resto do mundo.

### 5.3.2 — Instrumentos da política econômica

Para atingir esses objetivos, o Estado dispõe de instrumentos, dentre os quais destacamos os dois principais: a política fiscal e a política monetária.

## 5.4 - Política fiscal, *deficit* e dívida pública

Para manter o aparato estatal, o Estado necessita de recursos que cobra da sociedade. A política fiscal se refere às diferentes maneiras com que o Estado faz a gestão de sua estrutura, ou da máquina pública. Vale dizer, como se dá, em cada país, a forma de arrecadação dos tributos e, por outro lado, como são efetuados os gastos públicos. Dependendo da maneira como essas duas ações são realizadas, os resultados econômicos podem ser distintos. Por exemplo, se o Estado cobra mais tributos dos mais pobres e, na outra ponta, gasta esses recursos com subsídios ao capital, esse Estado não está contribuindo para melhorar a distribuição de renda, mas ao contrário, é justamente através dele que encontramos um mecanismo de concentração da renda. Por isso, é fundamental conhecermos como são estruturados esses mecanismos.

### 5.4.1 – Tributação

A tributação se refere às diferentes maneiras de o Estado arrecadar recursos da sociedade. Todos os tributos, para serem cobrados, devem ser criados através de um trâmite que envolve o Poder Executivo e a aprovação pelo Poder Legislativo; assim, um tributo aprovado torna-se uma lei. No Brasil, temos três tipos distintos de tributos, com características diferentes:

- a) **Taxas:** são tributos cobrados quando se utilizam determinados serviços públicos. Nem todos os serviços públicos são cobrados, porém alguns sim. Por exemplo, para obter uma carteira de motorista, paga-se uma taxa ao DETRAN; para acessar a Justiça, deve-se recolher (ou seja, pagar) diversas taxas; para tirar o passaporte paga-se uma taxa à polícia federal. Os recursos arrecadados com as taxas, normalmente, ficam no próprio órgão que arrecadou, e não são significativos para a carga tributária total.
- b) **Contribuições:** são tributos vinculados, normalmente, com objetivo de atender a uma particular situação de interesse social ou das categorias econômicas; há contribuição social previdenciária do empregador, folha de salários, receita ou faturamento e lucro, e outras fontes destinadas a garantir a expansão e manutenção da seguridade social. As contribuições são vinculadas, pois os recursos arrecadados devem ser utilizados nas atividades previstas na lei de criação do tributo. Por exemplo, a CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio

---

\* Nota do digitalizador: Dado o caráter de classe do Estado burguês, esse objetivo da política econômica, de “distribuição de renda a fim de permitir que parcela crescente da população tenha acesso a parcelas maiores da renda nacional criada” tem um claro teor de ideologia burguesa. Apenas sob circunstâncias muito específicas essas relações de poder estiveram beneficiando parcelas crescentes da população, e mesmo assim de maneira muito “maquiada”, para parecer mais do que realmente era. Sobre o caráter das políticas públicas, veja LESSA 2013, “[Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas](#)” (PDF). Sobre o caráter do Estado burguês, veja BIZERRA 2016, “[Estado e capital : uma coexistência necessária](#)”; SANTOS 2016, “[Estado, política social e controle do capital](#)” (PDF), MELO & PANIAGO (org.s) 2012, “[Marx, Mézaros e o Estado](#)” (PDF).

Econômico – incide sobre a importação e comercialização de combustíveis, e o recurso deve ser utilizado para infraestrutura de transporte.

- c) Impostos: são tributos não vinculados, pois a sua cobrança independe de qualquer contrapartida de atividade estatal. Podem ser municipais, estaduais ou de competência da União. São alguns exemplos de impostos de competência municipal: IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, ISS – Imposto sobre Serviços, ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-vivos, incide sobre a mudança de propriedade de imóveis. Competência estadual: ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, incide sobre herança. Competência da União: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, II – Imposto sobre Importação, IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física, IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, ITR – Imposto Territorial Rural.

As alíquotas dos tributos podem variar, conforme a competência, ou mesmo pelo tipo de operação: por exemplo, o Estado pode determinar diferentes tarifas para o IPI, se for do interesse da política econômica privilegiar determinada atividade industrial.

A Carga Tributária corresponde à totalidade dos tributos arrecadados por todos os níveis e esferas de governo, em relação ao PIB em um ano. Representa todos os recursos que foram arrecadados pelo Estado. Em 2012, a Carga Tributária Bruta alcançou 35% do PIB, ou seja, de tudo o que foi produzido no país durante o ano, 35% foram arrecadados por todas as esferas do governo.

O governo federal arrecada cerca de 23% do PIB, os governos estaduais arrecadam cerca de 10% do PIB e os municípios arrecadam cerca de 2% do PIB. Isso não significa que terão apenas esse montante para gastar, pois há transferências de recursos entre as esferas de governo.

## Forma de incidência dos tributos

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que todos os tributos, ao fim e ao cabo, são pagos efetivamente pela população, pois quando compramos qualquer produto, todos os tributos que incidiram durante o processo de produção estão embutidos no seu preço final, portanto, sai da nossa renda o dinheiro que vai pagar esses tributos. Quando os capitalistas propagandeiam que pagam muitos tributos, na verdade eles não pagam nada, eles só fazem repassar o dinheiro que nós pagamos ao governo – se não sonegarem!

Porém, a incidência pode ocorrer de duas formas distintas:

Tributos diretos: são os tributos que incidem diretamente sobre a renda e a propriedade das pessoas. Por exemplo, IRPF, IPTU, IPVA, ITR, são tributos diretos.

Tributos indiretos: são tributos que incidem sobre variadas transações e são repassados ao consumidor final, pois estão embutidos nos preços dos produtos. Por exemplo, ICMS, ISS, IPI, II, COFINS, CSLL, IOF, etc. Quando compramos qualquer produto, não está especificado, no preço, o quanto daquele valor é tributo, por isso, não enxergamos o quanto de tributos indiretos pagamos no dia a dia. Mas, na conta de luz é possível perceber essa incidência.

Dependendo da forma de incidência da carga tributária sobre a população, o sistema tributário do país pode ser mais justo ou mais injusto:

a) Carga Tributária Progressiva: quando a maior parte da arrecadação tributária se dá através de tributos diretos, a carga tributária desse país torna-se progressiva, ou seja, aquelas pessoas que ganham mais pagam, proporcionalmente à sua renda, mais tributos. Assim, quem possui mais renda e riqueza na sociedade contribui mais com o Estado.

No Brasil, um exemplo de tributo progressivo é o Imposto de Renda Pessoa Física. Vejamos como se dá a incidência desse tributo:

<b>Imposto de Renda Pessoa Física — Brasil (2012)</b>	
Faixas de Rendimento (R\$)	Alíquota (%)



Até 1.637,11	0
De 1.637,12 a 2.453,50	7,5
De 2.453,513 a 3.271,38	15
De 3.271,39 a 4.087,65	22,5
Acima de 4.087,66	27,5

Podemos perceber que, à medida que a renda aumenta, a alíquota do imposto sobe. Cabe, porém, uma observação, pois no Brasil, as faixas de renda do IRPF são muito concentradas numa renda não tão elevada. Em outros países, as alíquotas podem chegar a valores bem mais altos e atingir a população que recebe rendimentos extraordinários.

b) Carga Tributária Regressiva: quando a maior parte da arrecadação tributária se dá através de tributos indiretos, a carga tributária desse país torna-se regressiva, ou seja, aquelas pessoas que ganham mais, pagam, proporcionalmente à sua renda, menos tributos; e os mais pobres acabam sendo extremamente onerados pela tributação, pois são aqueles que ganham menos que pagam, proporcionalmente à sua renda, muito mais tributos. Assim, quem possui menos renda e riqueza na sociedade contribui mais com o Estado. A tributação, nesse caso faz regredir a distribuição da renda.

Para compreendermos como se dá essa regressividade através da tributação indireta, usaremos um exemplo. Sabemos que, no preço de todos os produtos que consumimos, estão embutidos tributos que foram recolhidos durante a cadeia produtiva. Assim, quando compramos o produto, somos nós que pagamos o tributo. Se considerarmos, hipoteticamente, que um saco de arroz de 5 kg custa R\$ 10,00<sup>5</sup> e que, nesse preço, estão embutidos os impostos indiretos (vamos considerar que a carga tributária sobre o arroz seja de 30%), a cada saco de arroz que se compra paga-se R\$ 3,00. Todos consumimos arroz, dos mais pobres aos mais ricos, vejamos o impacto desse tributo sobre o arroz na renda de diferentes pessoas:

<b>Impacto do tributo indireto na renda familiar</b>		
<b>Renda familiar (R\$)</b>	<b>Tributo (R\$)</b>	<b>Impacto sobre a renda (%)</b>
600,00	3,00	0.5
6.000,00	300	0,05
60.000,00	3,00	0,005

Podemos perceber que, apesar de todas as famílias pagarem o mesmo valor (R\$ 3,00), para aquela família que ganha R\$ 600,00 por mês, esse tributo representa meio por cento de sua renda, e faz muita falta a essas pessoas. Por outro lado, para a família mais rica, que ganha R\$ 60.000,00 por mês, os R\$ 3,00 pagos de tributo pelo arroz é tão irrisório que não faz a menor falta. Assim, se a carga tributária de um país é muito concentrada em tributos indiretos, quem paga a conta do Estado são os pobres.

Segundo estudos de Werneck Vianna (2000: 39) “verifica-se que a carga total de tributos pagos pelas famílias mais pobres [que recebem até dois salários mínimos] é ligeiramente superior a 28%. As famílias com rendimentos até cinco salários mínimos mensais também têm uma carga tributária total maior que as famílias de maior renda. As famílias mais ricas, do último estrato de renda, por sua vez, destinam, em média, ao pagamento dos tributos apenas 18% de sua renda.”

Nos países em que os trabalhadores apresentam melhores condições de vida, com seus direitos conquistados pelas lutas históricas, a carga tributária é progressiva, pois a maior parte da arrecadação se dá por meio do Imposto de Renda e não através de tributos indiretos. Porém, até mesmo na Europa, que desde o pós-guerra apresentava políticas de distribuição de renda mais

5 Os dados são inventados e exagerados para simplificar o exemplo e torná-lo didático. Porém a realidade brasileira não está distante do exemplo.

efetivas, a crise desse início de século tem levado à classe burguesa a avançar sobre os direitos dos trabalhadores e a aumentar a tributação regressiva sobre a população.

### 5.4.2 — Gasto público

O gasto público é o outro lado da política fiscal. Toda arrecadação estatal só se justifica se houver a necessidade do gasto público. Como nas últimas décadas, em todo o mundo, o Estado assumiu diversas funções — de desenvolvimento econômico, social, cultural, legal e de segurança —, o gasto público acompanhou essa tendência. O gasto público pode ser dividido em dois grandes grupos:

Gastos correntes: composto pelo consumo do governo (compra de todo tipo de material necessário ao funcionamento do governo, dos órgãos públicos e das autarquias); remuneração do funcionalismo público; transferências para as famílias (toda rede de assistência e previdência sociais); subsídios às empresas (recursos que o Estado fornece às empresas a fim de atingir determinados objetivos de política econômica); e juros da dívida pública (juros que o Estado tem que pagar por conta da dívida pública).

Investimentos: além dos gastos para a manutenção do Estado e para cumprir suas funções, o governo também gasta na construção de aparatos produtivos e de infraestrutura. Por exemplo: as escolas e universidades públicas, os hospitais públicos, os presídios, as estradas, os portos e aeroportos etc. são estruturas produtivas necessárias à sociedade e construídas pelo Estado. Todo gasto do governo para ampliar essas estruturas são considerados gastos com investimentos, pois aumenta a capacidade produtiva total do país.

Assim, completamos os fatores essenciais da política fiscal: a arrecadação tributária e o gasto público.

### 5.4.3 — Deficit público

Quando o governo gasta mais do que arrecadou de tributos num determinado ano (ou período), dizemos que houve um *deficit* público, já que o resultado das contas públicas é negativo. Se ocorrer de a arrecadação superar o gasto, então houve um superavit público, quer dizer, o governo tem dinheiro sobrando do que foi arrecadado.

#### 5.4.3.1 — O financiamento do deficit público

Todo *deficit* é um resultado negativo de uma conta, entre o que se tem e o que se tem que pagar. Assim, se as contas fiscais apresentam um *deficit*, quer dizer que o governo deverá conseguir dinheiro para cobrir esse *deficit*. Há duas formas básicas para o pagamento do *deficit*:

1 - Emissão de papel-moeda: é prerrogativa do Estado a emissão do papel-moeda da maioria dos países, por isso, se há um *deficit* público, o governo pode emitir papel-moeda e pagar suas contas. Nesse caso, o governo paga as contas e não tem mais *deficit*, nem dívida. Porém, uma das consequências da utilização desse mecanismo é a desvalorização da moeda, ou seja, como o governo está simplesmente produzindo mais papel-moeda e essa moeda não corresponde à produção de uma nova riqueza real, ela vale menos. Constatar que houve desvalorização da moeda é o mesmo que verificar a inflação. Ou seja, se o governo emite quantidades crescentes de papel-moeda, sem correspondente aumento da riqueza do país, provocará aumento generalizado dos preços dos produtos.

2 - Emissão de títulos da dívida pública: a outra forma de o Estado conseguir dinheiro para cobrir o *deficit* é tomando dinheiro emprestado — das pessoas e famílias que dispõem de recursos sobrando, ou seja, dos mesmos agentes superavitários que tratamos no capítulo 4º. A maneira com que o Estado toma dinheiro emprestado é exatamente igual àquela explicada na venda e emissão de títulos de dívida, com a diferença que, neste caso, trata-se de títulos da dívida pública. Esses títulos apresentam um prazo para o resgate, ou seja, quando o governo vende certa quantidade de títulos da

dívida pública para cobrir um *deficit*, não quer dizer que ele terá que pagar essa dívida imediatamente; o pagamento (ou resgate da dívida) ocorrerá na data de vencimento do título. Por exemplo, o governo pode vender hoje um título com prazo de 10 anos. Isso significa que essa dívida só terá que ser paga daqui a 10 anos.

#### 5.4.4 — Dívida pública

Assim, a dívida pública se forma pelo estoque de títulos públicos que estão em circulação no mercado financeiro, nas mãos de agentes privados (pessoas ou famílias ricas, bancos, empresas etc.). A dívida pública é tão velha quanto o capitalismo. Marx já destacava, em *O capital*, a importância da dívida pública no processo de acumulação de capitais, já que os detentores de títulos públicos aplicam sua riqueza nesses papéis e recebem os juros pagos pelo governo. Com isso, crescem sua riqueza sem estar diretamente no processo de produção.

Como todos nós temos grande preocupação quando contraímos uma dívida e procuramos pagá-la o mais rápido possível, a fim de não termos problemas de inadimplência ou pendência judicial, por conta da dívida, pensamos que o governo deve ter a mesma preocupação e conduta com relação a dívida pública. Porém, não podemos analisar a dívida privada, dos trabalhadores e cidadãos, da mesma forma que a dívida pública (ou mesmo as dívidas das grandes empresas privadas). Como trabalhadores, necessitamos da moeda para alcançar no mercado tudo aquilo que é necessário à nossa sobrevivência; assim, qualquer problema de crédito, jurídico ou bancário que nos impeça de participar do mercado torna-se um grande transtorno às nossas vidas. Além disso, a dívida que os trabalhadores contraem é fonte de altos rendimentos dos bancos e financeiras, e oneram significativamente o orçamento das famílias com os altos juros cobrados.

Coisa completamente diferente é a dívida pública. Independentemente da forma como essa dívida foi criada, o que trataremos no item seguinte, a dívida pública exerce papel importante nos meandros da acumulação do capital. **Por isso, não é do interesse nem do governo e muito menos daqueles rentistas que compram os títulos públicos, que a dívida pública seja paga.** Vejamos: as pessoas, famílias ricas, empresas e bancos que compram os títulos públicos, por isso estão emprestando dinheiro para o governo, não os compram porque se interessam em ajudar, ou auxiliar na administração das contas do Estado. Esses agentes privados compram os títulos públicos porque esses títulos pagam juros e são, com algumas exceções, as aplicações mais seguras existentes. Entre emprestar dinheiro para uma empresa privada (mesmo que ela pague uma taxa de juros maior) e emprestar dinheiro para o governo, é muito mais seguro a última opção, pois as empresas privadas podem falir facilmente, o que não pode ocorrer com os Estados.

Por isso, a dívida pública é impagável, primeiro porque seu volume representa uma quantidade significativa da riqueza nacional produzida; e segundo, porque não há interesse, por parte daqueles que emprestam o dinheiro para o governo, que este pague essa dívida. Se isso ocorresse, esses agentes superavitários teriam que encontrar outra forma para aplicar sua riqueza e, como eles bem sabem, não há forma tão segura e rentável de se ganhar dinheiro como com a dívida pública. A principal preocupação desses agentes detentores dos títulos é saber se o Estado está arrecadando tributos suficientes para remunerar esses títulos, ou seja, pagar os juros correspondentes. Na prática, a pressão que fazem sobre o governo é para que esse tenha sempre um *superavit primário*.

*Superavit primário* é obtido da seguinte forma: o Estado arrecada um montante de recursos por meio da tributação, essa é a Carga Tributária; por outro lado, o governo tem seus gastos correntes e investimentos. Alcança-se um *superávit* primário quando o governo gasta menos do que arrecada, sem contar o pagamento dos juros da dívida pública. Quer dizer, na prática, que o governo economiza nos gastos para sobrar dinheiro para pagar os juros aos rentistas detentores dos títulos públicos.

Política Fiscal (% PIB)		
	% PIB	R\$ bilhões

Arrecadação Tributária		35	1.622,00
Gasto público (excluindo o pagamento dos juros da dívida pública)	Consumo do governo		
	Remunerações		
	Transferências	32	1.483,00
	Subsídios		
	Investimentos		
<i>superávit primária</i>		3	139,00
	Juros da dívida	5	232,00
<i>deficit nominal</i>		2	93,00

A tabela acima representa um exemplo hipotético<sup>6</sup> e resumido das contas públicas: nesse caso, o Estado arrecadou 35% do PIB, gastou em suas funções precípuas 32% do PIB e teve um *superávit* primário de 3% do PIB. Os juros da dívida pública, nesse ano hipotético, corresponderam a 5% do PIB; assim, o Estado utilizou seu *superávit* primário para pagar os juros e ainda ficou com um *deficit* de 2% do PIB. Esses 2% de *deficit* terão que ser cobertos com a venda de mais títulos da dívida pública.

Quando os capitalistas rentistas percebem que a situação econômica não é satisfatória, devido às crises que o sistema capitalista apresenta, e o Estado tem dificuldades em ampliar a arrecadação tributária, esses agentes rentistas detentores dos títulos públicos começam a pressionar o governo para que aumente a carga tributária e reduzam os gastos correntes e os investimentos públicos, a fim de garantirem o rendimento das suas aplicações. Além disso, passam a exigir uma taxa de juros cada vez maior, pois, segundo eles, estão correndo o risco de o governo não ter recursos para pagá-los. Ou seja, a tão propagandeada campanha para que o Estado reduza seus gastos, corte remunerações e aposentadorias, não faça investimentos públicos etc. tem por trás o interesse de que o Estado aumente suas transferências de recursos a esses rentistas. Assim, segundo eles, o Estado deve gastar com o capital, e deixar os gastos sociais em último plano.

Outra informação importante sobre a dívida pública refere-se à forma de se aferir sua dimensão. Quando procuramos saber quanto é a dívida pública, encontraremos, para o Brasil, por exemplo, o valor de R\$ 1,9 trilhão. Quer dizer que esse é o montante de títulos públicos que estão em circulação na sociedade. Para saber se essa dívida é muito elevada ou não, devemos compará-la ao PIB; assim, a dívida pública brasileira, em 2012, equivalia a 42,4% do PIB. Outro dado importante é conhecer o *perfil da dívida*, ou seja, os títulos que são vendidos pelo governo tem diferentes prazos de vencimento. Se os títulos que foram vendidos tiverem prazos muito curtos (de um dia, semanas, ou alguns meses), essa dívida apresenta uma ameaça à política fiscal, pois o governo terá que resgatar esses títulos e emitir outros com prazos posteriores em troca, ou seja, rolar a dívida muito constantemente. Por outro lado, se a maior parte dos títulos que foram vendidos pelo governo tiver prazos de vencimentos mais longos (acima de um ano e, em muitos casos, podendo chegar a décadas, 50 ou mais anos), significa que o governo não terá que se preocupar, por hora, com a rolagem dessa dívida.

Em muitos países, com a eclosão da crise econômica pela qual passa o capitalismo, a situação fiscal se tornou muito complicada. Costa (2012: 160-161) analisou o ocorrido:

(...) o processo que atinge a Europa e que se expressa atualmente na crise das dívidas soberanas tem origem tanto nas contradições do capitalismo europeu e seu modelo neoliberal atrelado a economia líder, quanto da opção dos seus governos em salvar os bancos com recursos públicos, cujo resultado levou ao acirramento da crise, com a ampliação extraordinária das dívidas soberanas. Se observarmos a evolução das dívidas dos países europeus poderemos ver claramente

<sup>6</sup> Apesar de ser um exemplo hipotético, os dados das contas públicas brasileira em 2012 são muito similares aos apresentados na tabela. No Brasil, desde 2000, a política fiscal tem sido executada dessa maneira, ou seja, com metas de *superávit* primário que, em alguns anos, chegaram a quase 5% do PIB. Além disso, de 2000 a 2012, a carga tributária bruta aumentou de 30% do PIB, em 2000, para 35%, em 2012.

o impacto fiscal das operações de salvamento dos bancos europeus:

A dívida total dos países da área do euro correspondia a 79,3% do PIB em 2008 e cresceu para 102,4% em 2011. Se observarmos isoladamente os diversos países da Europa, numa hierarquia inversa em função da crise, veremos mais precisamente o impacto das operações de salvamento dos bancos. A dívida grega, que, em 2008, era de 116,1% do PIB aumentou para 157,1% em junho de 2011. A dívida portuguesa aumentou, no mesmo período, de 80,6% do PIB para 110,8%; a da Espanha de 47,4% para 74,8%; a da Itália cresceu de 115,2 para 129,0%; a da Irlanda de 49,6 para 120,4%; a da Inglaterra de 57% para 88,5%; a da França de 77,8 para 97,3%; e a da Alemanha de 69,3 para 87,3%. O Japão, o mais endividado, passou de uma dívida de 174,1 em 2008 para 212,7% em junho de 2011. Em todos os países, o que se nota é um salto extraordinário no endividamento após a crise.

(...)

Apesar de a crise se expressar mais explicitamente na questão das dívidas soberanas, esta é uma crise do sistema como um todo. Sua especificidade nas dívidas soberanas é apenas a face mais visível da crise sistêmica global na Europa. Um dado importante a ser analisado é o fato de que as classes dominantes europeias, mesmo com a experiência da primeira onda da crise, continuam insistindo nos velhos métodos do passado, como se essa crise não tivesse características inteiramente diferentes das crises anteriores. O mais grave dessa cegueira política é o fato de que estão implementando um conjunto de medidas predatórias contra os trabalhadores que terão como consequência o aprofundamento da crise, que se espalhará para o conjunto das economias capitalistas; a desagregação do sistema financeiro internacional tal como conhecemos hoje; a recessão prolongada, o aumento do desemprego e a crise social. Vejamos mais detalhadamente os principais elementos dessa conjuntura explosiva. O ritual é mais ou menos o seguinte: parte expressiva dessa dívida foi incentivada pelos próprios bancos, no seu permanente desejo de lucro fácil e sem risco, uma vez que se imaginava que as dívidas dos Estados eram um porto seguro para as atividades bancárias. Com a crise de 2008, os Estados ampliaram de maneira extraordinária seu endividamento para salvar o sistema bancário da falência. O sistema bancário ganhou sobrevida e impôs condições financeiras draconianas para os próprios países que lhes salvaram da bancarrota. Os Estados entraram em crise em função do aumento cada vez maior do serviço da dívida. Para garantir seus lucros, o sistema bancário vem pressionando as instituições e governos europeus para que imponham aos trabalhadores e ao povo em geral ajustes predatórios para que possam pagar a dívida.

Podemos perceber, então, como a política fiscal afeta o cotidiano, a vida das pessoas e participa ativamente do processo de acumulação do capital. Dependendo da forma como ela é conduzida, leva a um processo muito grande de concentração da renda, retirando recursos dos mais pobres, através dos tributos, e direcionando-os aos banqueiros e rentistas.

#### **5.4.4.1 – A origem fiscal e monetária da dívida pública**

Apresentamos acima a origem fiscal da dívida pública. Quer dizer, quando o governo gasta mais recursos do que arrecadou em tributos e encontra-se em *deficit*, necessita tomar dinheiro emprestado através da venda dos títulos públicos.

Porém, nem toda dívida pública tem sua origem na política fiscal. A maior parte da dívida pública tem origem na política monetária. Trataremos detalhadamente da política monetária no final desse capítulo; aqui, apresentaremos sumariamente os mecanismos de contração de dívida por meio dessa política.

Uma das funções do Estado é a gestão da moeda e o controle das condições de liquidez da economia. Vale dizer, o Estado deve agir para que não falte moeda em circulação na sociedade — pois, nesse caso, os negócios seriam travados; e deve agir para impedir o avanço da inflação, ou a desvalorização da moeda. Assim, se houver uma situação em que há abundância de moeda em circulação na sociedade e esse excesso monetário comece a gerar inflação, o Estado usa os títulos públicos como mecanismo de “enxugar a liquidez”, ou seja, ao vender os títulos públicos àqueles que têm muito dinheiro, o Estado está retirando esse dinheiro de circulação — impedindo que seus possuidores o utilizem no mercado — com o objetivo de reduzir a quantidade de moeda em

circulação na sociedade. Percebam que o Estado está criando mais dívida pública, porém essa dívida não foi resultado de um *deficit* fiscal, mas de uma decisão da política monetária.

## 5.5 — Política monetária

### Moeda e o funcionamento do sistema monetário

No capítulo 1º, tivemos a oportunidade de abordar como ocorreu a evolução da produção até que se fez necessário um instrumento que facilitasse as trocas, à medida que a produção aumentava e, conseqüentemente, o excedente. O dinheiro aparece, então, como uma mercadoria que tem a função de ser o equivalente geral, ou seja, o valor de uso dessa mercadoria é, principalmente, ser o instrumento da troca. Vimos também que a moeda é o nome do dinheiro.

No capitalismo, em que o mercado e as trocas de mercadorias passam a ser centrais, a moeda é fundamental. As relações sociais devem, necessariamente, passar pelo mercado, já que não há outra forma de reproduzir socialmente a vida se não vendermos algo, ou seja, os trabalhadores devem vender sua força de trabalho e os capitalistas vendem as mercadorias produzidas. Mas, também, devemos comprar tudo o que é necessário à reprodução social, ou seja, os trabalhadores devem comprar tudo o que é necessário à sua manutenção, no mercado, e os capitalistas compram a força de trabalho, os bens de capital e todos os insumos necessários para a produção. Vemos assim, a centralidade do mercado e, com ela, a necessidade da moeda.

Normalmente não pensamos na moeda como um intermediário de troca, apenas o vemos como uma riqueza (que ela não deixa de ser), por isso, no dia a dia, parece que todos são ávidos por dinheiro, mas para que queremos dinheiro? Pelo dinheiro em si, ou pelas mercadorias que necessitamos e que não podemos ter a menos que tenhamos dinheiro?<sup>7</sup>

Neste item veremos qual o papel da moeda em nossa sociedade, quais são suas funções, as implicações que ela traz para nossa vida e como se dá a organização da distribuição/gestão da moeda através da política monetária.

Cada país, de acordo com seu desenvolvimento histórico, tem hoje uma moeda emitida por uma autoridade monetária, ou Banco Central, e que tem curso legal e forçado, ou seja, será através dela que os agentes econômicos farão seus negócios (sejam os trabalhadores ou os capitalistas). Vale dizer, em determinado país, ao ter uma moeda de curso legal e forçado, qualquer contrato deve ser, obrigatoriamente, efetuado nessa moeda, sob pena de ser ilegal. Além disso, o papel-moeda de curso forçado não tem lastro em ouro ou qualquer outra mercadoria, pois não é conversível em metal.

Esse papel-moeda moderno, que não tem lastro em qualquer mercadoria, teve sua origem com a expansão do capitalismo. Até o fim da Idade Média, o intermediário das trocas era a moeda metálica (de ouro, prata, ou outro metal) e que, no Absolutismo, passou a ser cunhada pelo rei, a fim de se ter controle sobre sua qualidade (garantir que uma moeda de ouro fosse realmente feita de ouro) e sobre a quantidade de metal que ela continha. Por isso, em muitos países, o dinheiro tem o mesmo nome da unidade de medida do peso (a lira italiana, a libra inglesa, o peso espanhol). Originalmente, uma lira equivalia a 0,33kg de prata (libra romana). A moeda inglesa de uma libra esterlina (£) foi definida pelo rei Henrique II, em 1180, e tinha o peso de 8 gramas de ouro.

Segundo Marx (1982: 105-108):

A primeira função do ouro consiste em fornecer às mercadorias o material para exprimirem o valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas que tem a mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, exerce a função de medida universal dos valores e, só por meio dessa função, o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro.

---

7 “A principal dificuldade da análise do dinheiro é vencida quando se compreende que o dinheiro tem a sua origem na própria mercadoria. Desse pressuposto, apenas resta conceber nitidamente as idades que lhes são próprias; o que é dificultado em certa medida pelo fato de que todas as relações burguesas aparecem transformadas em ouro ou prata, aparecendo como relações monetárias. E a forma dinheiro parece possuir, por conseguinte, um conteúdo infinitamente variado que lhe é estranho”. Marx (1982b: 55)

Não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação de trabalho humano e, por isso, entre si comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores, por intermédio da mesma mercadoria específica, transformando esta em sua medida universal do valor, é a forma necessária de manifesta-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho.

A expressão do valor de uma mercadoria em ouro ( $x$  da mercadoria A =  $y$  da mercadoria ouro) é sua forma dinheiro, ou seu preço. (...)

Como forma do valor, o preço ou a forma dinheiro das mercadorias se distingue da sua forma corpórea, real e tangível. O preço é uma forma puramente ideal ou mental. O valor do ferro, do linho, do trigo, etc. existe nessas coisas, embora invisíveis; é representado por meio da equiparação delas ao ouro, da relação delas com o ouro, relação que só existe, por assim dizer, nas suas cabeças. O responsável pela mercadoria tem, por isso, de lhe emprestar a língua ou de pôr-lhe etiqueta, anunciando seu preço ao mundo exterior. Uma vez que é puramente ideal a expressão dos valores das mercadorias em ouro, só se pode empregar, para esse fim, ouro ideal ou imaginário. Todo dono de mercadoria sabe que não transformou sua mercadoria em ouro, quando dá ao seu valor a forma de preço ou a forma idealizada de ouro, e que não precisa de nenhuma quantidade de ouro real para estimar em ouro milhões de valores de mercadorias. Em sua função de medida do valor tem, por isso, o dinheiro apenas a serventia de dinheiro ideal ou figurado. [...] O valor, ou seja, a quantidade de trabalho humano, contida, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso numa quantidade imaginária da mercadoria ouro, que encerra quantidade igual de trabalho.

Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, a circulação de moedas de ouro para os grandes negócios passou a ser bastante complicada. Apesar de o ouro ser a mercadoria que mais se adaptou à função de moeda, pois pode ser divisível, é durável, de fácil transporte, difícil de falsificar, quando os negócios alcançaram grandes somas de valor, o transporte de ouro para pagamentos tornava-se complicado e perigoso. Dissemina-se, então, a utilização do papel-moeda e das ordens de pagamentos. O papel-moeda, como símbolo do valor, só passou a ser aceito por já ter se consolidado a própria moeda metálica, também como símbolo do valor das mercadorias. Foi na circulação das mercadorias e na necessidade de equiparação de suas quantidades de trabalho socialmente necessário para a produção que o papel-moeda, como dinheiro, assumiu relevância, mesmo sendo apenas um símbolo.

Até a Primeira Guerra Mundial, a emissão de papel-moeda pelos bancos centrais deveria manter um lastro em ouro. Apesar de ser apenas uma fração de ouro para a quantidade de papel-moeda emitido, a paridade com o ouro foi mantida. Esse modelo de sistema monetário, de reserva fracionada, ficou conhecido como Padrão-Ouro. Cada país poderia emitir mais papel-moeda apenas se houvesse um aumento nas reservas de ouro do país. Se essas reservas diminuíssem, o país deveria tomar medidas para diminuir a quantidade de moeda em circulação, a fim de manter constante a relação entre o papel-moeda e o ouro.

O Padrão-ouro teve vigência desde o início do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Esse sistema monetário provocava oscilações bastante radicais nas economias dos países, pois cada vez que reduzia a quantidade de ouro na reserva de um país (por exemplo, quando um país apresentava um *deficit* no Balanço de Pagamentos), a contração monetária operada levava a uma recessão, com deflação nos preços, redução do nível de atividade, desemprego, enfim, agravava a crise. Essas medidas oneravam significativamente os trabalhadores, pois, com a redução dos preços, os padrões reduziam drasticamente os salários e, como no período os trabalhadores ainda não haviam alcançado, através de suas lutas, de seus sindicatos e de seus partidos, uma legislação trabalhista que desse proteção ao contrato de trabalho, quem pagava a conta pela manutenção do Padrão-Ouro eram os trabalhadores.

Entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, os principais países tentaram manter o Padrão-Ouro, porém o Tratado de Versalhes, que impôs pesados ônus à Alemanha, a crise de 1929 e a destruição causada pela Primeira Guerra, formavam um quadro econômico que inviabilizara a estabilidade de um padrão monetário tão rígido quanto o Padrão-Ouro. Com o fim do Padrão-Ouro, os Estados ganharam mais autonomia para emitir papel-moeda sem lastro e, com isso, ampliar os gastos públicos, tanto para a reconstrução da Europa, quanto para atender às reivindicações dos

trabalhadores que lutaram, tanto na Primeira, quanto na Segunda Guerra, e exigiam melhores condições de vida.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, foi firmado um acordo, entre vários países que reestruturaram o sistema monetário e financeiro internacional. O Acordo de Bretton Woods, cuja conferência inicial se deu em 1944, estabeleceu uma série de mecanismos novos e órgãos supranacionais, dentre os quais o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI),

Para a política monetária e cambial, ficou estabelecido, a fim de manter certa estabilidade entre as taxas de câmbio<sup>8</sup> das diversas moedas dos países, que as moedas de todos os países não teriam mais lastro em ouro, mas manteriam uma paridade estável com o dólar estadunidense. Este, por sua vez, manteria uma paridade em ouro na proporção em que uma onça Troy de ouro (aproximadamente 31g) equivaleria a 35 dólares. Essa paridade dólar-ouro foi mantida até 1971, quando, diante da pressão internacional contra o dólar, o governo dos Estados Unidos eliminou a paridade, desvalorizando sua moeda. A partir de então, não há mais lastro entre as moedas de todos os países com nenhuma mercadoria e as taxas de câmbio se tornaram flutuantes.

### 5.5.1 — Características e funções da moeda moderna

Já tratamos, no capítulo 1º, da origem, da história e das características básicas da moeda. Neste tópico iremos sistematizar as principais funções que a moeda exerce no capitalismo moderno:

*Intermediário de Troca:* por ser intermediária nas trocas, a moeda permite a troca indireta. Quando as trocas passam a ser efetivadas por intermédio da moeda, elimina-se a necessidade de dupla coincidência de desejos, exigida no escambo. Pois, no escambo, a troca só se realiza se ambos concordarem em trocar simultaneamente suas mercadorias.

*Meio de Pagamento:* permite que as vendas e as compras ocorram em datas diferentes; portanto, as atividades econômicas podem ser diferidas/deslocadas no tempo.

*Unidade de Conta:* permite estabelecer um padrão para se expressar os preços das mercadorias e para que possam ser estabelecidos contratos entre os agentes econômicos. O valor das mercadorias depende da quantidade de trabalho aplicado naquele objeto, mas sua expressão se dá em moeda. A expressão pode ser representada por real, peso, dólares etc.

*Reserva de Valor:* A riqueza de um indivíduo pode estar em diversas formas, tais como edifícios, fazendas, fábricas e também na forma de moeda. Por ser reserva de valor, a moeda guarda o direito de reter poder de compra.

Consideramos dois tipos de moeda:

*Moeda Manual:* moeda metálica e papel-moeda

*Moeda Escritural:* depósitos à vista nos bancos comerciais.

As moedas manual e escritural são os *ativos que apresentam a maior liquidez* na economia, ou seja, *são capazes de liquidar dívidas e conservam seu valor ao longo do tempo.*

### 5.5.2 – Demanda de moeda

Como os capitalistas podem aplicar sua riqueza em diversas atividades diferentes, a fim de obterem a valorização do seu capital, deixar sua riqueza na forma de moeda não irá gerar rentabilidade alguma. Vale lembrar que um monte de notas de dinheiro dentro de uma caixa não aumenta espontaneamente. Para que o dinheiro gere mais dinheiro, ele deve ser investido. Primeiro na produção, pois é aí que ocorre a produção da mais valia e sua apropriação por parte dos capitalistas, porém, como vimos no capítulo 4º e também no item da política fiscal desse capítulo,

8 Taxa de câmbio se refere à relação de preço entre duas moedas de países distintos, por exemplo, atualmente a taxa de câmbio entre o real e o dólar encontra-se na proporção de US\$ 1,00 = R\$ 2,00, com variações diárias, dependendo do mercado interno de dólar. Ou seja, se num determinado dia há mais gente vendendo dólar no Brasil, o seu preço cai — dizemos que houve uma valorização cambial, pois o real ficou mais valorizado em relação ao dólar. Se, ao contrário, mais agentes estiverem comprando dólar no Brasil, haverá uma desvalorização cambial, pois serão necessários mais reais para comprar o mesmo dólar.



há outras formas de se apropriar da riqueza criada, principalmente através do mercado de capitais, em que se apropriam de rendas como juros, dividendos e ganhos de arbitragem entre compra e venda dos mais variados tipos de ativos e mercadorias. Porém, para se ter qualquer tipo de ganho, seja na produção ou em outros tipos de mercado, o agente econômico tem que abrir mão da moeda em seu poder e fazer o investimento, ou a aplicação financeira. Por exemplo, alguém que tenha acumulado, em papel-moeda, ou tenha como saldo na conta corrente do banco uma quantia de R\$ 200.000,00, se ficar com esse dinheiro em casa, ou na conta corrente, não vai ganhar nada com isso. Dizemos que ele possui liquidez, pois sua riqueza está na forma mais líquida, em moeda. Para ter algum rendimento, esse indivíduo precisa investir ou aplicar esse dinheiro, assim, ele estará abrindo mão da moeda, em troca do investimento ou do título que adquiriu. Assim, não é possível comprar ações de uma empresa na bolsa de valores e, ao mesmo tempo, manter esse valor como saldo na conta corrente.

Por isso, as pessoas só querem ficar com sua riqueza na forma de moeda pelos seguintes motivos:

*Transação:* refere-se à retenção de moeda para a realização de um ato definido de compra numa data específica. Ou seja, as pessoas sabem que precisam manter uma parte de sua riqueza na forma de moeda para pagar suas contas.

*Precaução:* relaciona-se ao grau de incerteza com relação ao futuro, o grau de ignorância sobre o futuro. A intenção de acumular saldos monetários por motivo de precaução é uma intenção de transportar a moeda de um período de renda para outro. Quer dizer, como não sabemos o que vai ocorrer no futuro próximo, procuramos manter certo saldo monetário por precaução, por garantia.

*Especulação:* está diretamente relacionada com o comportamento presente e futuro das taxas de juros. Quer dizer, se os rentistas e capitalistas acham que a taxa de juros atual está muito baixa e que no futuro ela vai aumentar, então, no momento, eles não vão emprestar o dinheiro deles, vão manter sua riqueza na forma de moeda para, no futuro, quando a taxa de juros subir, conseguirem melhores remunerações por suas aplicações.

*Financeiro:* o investimento (não financeiro) planejado *ex ante* pode precisar garantir sua provisão financeira antes que o investimento ocorra, gerando uma demanda temporária e antecipada por moeda. Ou seja, quando um capitalista planeja fazer um investimento, comprar novas máquinas, expandir seus negócios, ele precisa manter certa quantidade de moeda em conta corrente para adquirir esses bens de capital.

Cumprido esses compromissos, o restante da riqueza dos capitalistas será gasto ou com novos investimentos, ou com aplicações nos mercados de capitais, ou com consumo.

### **5.5.2.1 — Ativos e moeda**

Como vimos, existem diversas formas de manter a riqueza. Algumas são rentáveis, outras não. Além disso, dependendo da forma com que o capitalista aplica sua riqueza, ele pode ter mais ou menos liquidez. Por isso, podemos fazer uma escala dos tipos de ativos conforme sua liquidez e rentabilidade.

O papel-moeda e os saldos em conta corrente são as formas mais líquidas de se manter a riqueza, porém não rendem nada.

Ao aplicar a riqueza em títulos públicos, emprestar para os bancos através dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e depositar na caderneta de poupança, os capitalistas estão perdendo um pouco a liquidez, porém já estarão ganhando os juros pagos pelo governo e pelos bancos.

Comprar ações de empresas na bolsa de valores e títulos de dívida de empresas privadas pode proporcionar um rendimento ainda maior, apesar do risco, porém, esses ativos apresentam uma liquidez menor que os ativos anteriores.

Por fim, adquirir bens de capital (comprar ou ampliar uma fábrica), comprar imóveis, comprar ouro ou diamantes, são formas bem mais rentáveis de investir a riqueza, mas o grau de liquidez é muito pequeno.

Assim, podemos perceber que, dependendo do tipo de aplicação que se faz com o recurso, o sujeito terá mais ou menos rentabilidade, mais ou menos liquidez e segurança. Para concluir, podemos definir a liquidez de um ativo pela facilidade e rapidez com que esse ativo pode ser transformado em moeda. Por exemplo, se a riqueza está aplicada em títulos públicos, de um dia para outro pode-se vender esses títulos e conseguir transformá-lo em moeda, sem perder capital. Porém, se o indivíduo possui uma fábrica ou um imóvel, demorará bastante até que consiga vender esses ativos e transformá-los em moeda, a menos que os venda por um preço muito baixo, mas, nesse caso, estará perdendo capital.

### 5.5.3 — Oferta de moeda

Já vimos como e porque as pessoas demandam moeda. Agora devemos saber quem são os responsáveis por disponibilizar a moeda para a sociedade. Ou seja, quem oferta moeda, quem a coloca em circulação.

*Banco Central*: tem o monopólio da oferta da moeda manual, ou seja, de toda a quantidade de papel-moeda e de moeda metálica. Esta é a Base Monetária.

**Base Monetária = PMC = PMPP + Et**

PMC: Papel-Moeda em Circulação

PMPP: Papel-Moeda em poder do público (com as pessoas e no caixa das empresas não bancárias)

Et: Encaixe total nos bancos comerciais

*Bancos Comerciais*: ofertam moeda escritural (saldos em conta corrente) através do fornecimento de créditos. Os bancos comerciais fornecem crédito numa proporção do encaixe total que possuem de moeda manual; dessa forma, aumentam a quantidade total de moeda em circulação, pois criam moeda escritural. Esse mecanismo de criação de moeda escritural é chamado *Multiplicador Bancário*.

**Meios de Pagamento (MP)**: totalidade dos ativos monetários possuídos pelo público que pode ser usado a qualquer momento para liquidar qualquer compromisso futuro ou à vista

$MP = PMPP + DV_{bc}$

Vejamos como os Bancos Comerciais podem criar moeda:

Os bancos comerciais possuem, em caixa, um montante de papel-moeda que foi depositado por todos os seus clientes. Cada cliente terá, em sua conta corrente, o registro de quanto possui de depósito, porém, esse registro é contábil, pois o papel-moeda em si fica no caixa, no cofre ou nos caixas eletrônicos dos bancos comerciais. Como esses bancos sabem que os clientes não irão sacar ao mesmo tempo, em dinheiro, todo o saldo que possuem nas contas correntes, esses bancos criam crédito, ou seja, emprestam dinheiro diretamente nas contas correntes de seus correntistas. Hoje em dia é comum termos disponíveis limites de cheque especial, ou seja, o banco já deixa creditado nas contas correntes dos clientes, um montante de recursos que o cliente poderá usar, a qualquer momento (e pagará juros, evidentemente). Como tanto o valor do saldo depositado na conta corrente, quanto o limite do cheque especial são apenas registros contábeis, não existem materialmente, os bancos, teoricamente, podem emprestar o quanto quiserem, sem ter em caixa o papel-moeda correspondente. O problema é que, se todos os clientes resolverem sacar, em dinheiro, tanto os saldos próprios das contas correntes e ainda os limites de cheques especiais, não haverá papel-moeda suficiente.

Por isso, os bancos não criam ilimitadamente crédito, eles mantêm certo volume de encaixe como garantia, para aqueles clientes que sacarão dinheiro todos os dias. Esse volume de encaixe varia muito, dependendo da região do país, ou do dia do mês, pois, em alguns lugares, as pessoas não sacam dinheiro, pagam suas contas pela internet, com cartão de débito, pelo caixa eletrônico. Assim, os bancos podem deixar um volume pequeno de papel-moeda como encaixe, pois sabem que os clientes não irão sacar. Já em outras regiões, onde as condições de pagamentos ainda não estão suficientemente informatizadas, as pessoas costumam fazer suas transações em dinheiro vivo; assim, os bancos precisam manter mais encaixe e, nesse caso, não podem emprestar muito. Por esse

motivo, os bancos fazem de tudo para que os clientes façam todas as operações e pagamentos por meio de transferência de saldos e não através de saques. Quanto mais moeda for mantida no caixa dos bancos, mais eles podem emprestar e, com isso, ganham juros.

No final das contas, os bancos ganham uma quantidade muito grande de juros emprestando o dinheiro de seus clientes. A rigor, um banco não precisa ter nenhum dinheiro próprio e, mesmo assim, criar muito crédito e ganhar muito com os juros. Basta que haja depósitos em conta corrente que esse mecanismo de multiplicação dos depósitos começa a operar.

#### **5.5.4 — A política monetária: o sistema monetária e o sistema financeiro**

A política monetária se refere à ação da autoridade monetária no sentido de controlar as condições de liquidez da economia e garantir a confiança na moeda. O Banco Central é a autoridade monetária do país. Todo país que possui moeda própria possui uma autoridade monetária, mesmo que seu nome não seja Banco Central; por exemplo, nos Estados Unidos, é o FED (Sistema da Reserva Nacional) a autoridade monetária, criado em 1913; na Inglaterra é o Banco da Inglaterra, criado em 1844; O Banco Central Alemão, o Deutsche Bank, foi criado em 1870, enquanto o Banco Central Europeu passou a executar a política monetária do Euro a partir de 2000. O Banco Central do Brasil existe desde 1964, pois antes, quem fazia a gestão da política monetária era a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), ligada ao Banco do Brasil.

Dentre as funções dos Bancos Centrais, podemos destacar:

*Emissor de papel-moeda e controlador da liquidez:* tem o monopólio da emissão do papel-moeda e da moeda metálica.

*Banqueiro dos bancos:* mantém parte das reservas dos bancos e é o prestador de última instância, deve fornecer empréstimos e/ou redescontar títulos aos bancos a fim de manter a liquidez do sistema.

*Regulador do sistema monetário e financeiro:* supervisionar os negócios dos bancos, exigir capital mínimo para abertura de um banco, estabelecer limites para certas operações, inspecionar as instituições bancárias e financeiras.

*Depositário das reservas internacionais:* retém moeda estrangeira para atender a demanda, pode tentar controlar a taxa de câmbio.

O *Sistema Monetário* é formado pelo conjunto das instituições que podem criar meios de pagamento, isto é, o Banco Central e os bancos comerciais.

Já o *Sistema Financeiro* é formado, além do Banco Central e dos bancos comerciais, pelas bolsas de valores, pelas corretoras de valores, pelos bancos de investimento, bancos de poupança ou hipotecários, pelas seguradoras de valores, fundos garantidores de créditos, fundos de direitos creditórios (FDICS), pelas cooperativas de crédito. Todas essas outras instituições financeiras não estão autorizadas a criar moeda, como os bancos comerciais, ou seja, elas não podem emprestar dinheiro a não ser que haja saldo monetário nos seus caixas.

A autoridade monetária é responsável por regular e fiscalizar todas essas instituições que obedecem a regras distintas, dependendo do tipo de atividade que exercem.

#### **5.5.5 — Instrumentos de política monetária**

Além de estipular as regras sob as quais as instituições monetárias e financeiras irão funcionar, o Banco Central, ou seja, a autoridade monetária, precisa controlar as condições de liquidez, vale dizer, deve usar seus instrumentos para controlar a quantidade de moeda em circulação na economia, para que não haja restrição monetária (o que levaria a uma recessão e entravaria os negócios) e nem inflação. Portanto, a autoridade monetária se utiliza, entre outros, dos seguintes instrumentos para conduzir a política monetária:

*Depósito Compulsório:* serve para controlar os bancos comerciais na criação de moeda escritural. Quer dizer, o Banco Central estabelece uma taxa que os bancos comerciais são obrigados

a recolher em uma conta no Banco Central, sobre cada depósito efetuado nas contas correntes. Assim, se os bancos não ficam com todo o dinheiro que foi depositado nas contas correntes, diminui a capacidade que eles têm de criar crédito. Essa medida diminui o multiplicador bancário, uma vez que reduz a disponibilidade de moeda para os bancos emprestarem.

*Taxa de Redesconto ou Assistência de Liquidez:* os bancos comerciais, quando fornecem crédito ou adquirem ativos financeiros (títulos públicos e privados), podem utilizá-los quando se encontram em dificuldade de fechar o caixa. Esses bancos podem redescontar esses títulos junto ao Banco Central — que funciona como *Emprestador de Última Instância* — a fim de obterem os recursos monetários necessários. Por esse motivo, o Banco Central cobra uma taxa de redesconto, o que significa uma penalização ao banco que não conseguiu fechar o caixa.

*Atuação no Mercado Aberto:* como vimos no item 5.4.4.1 acima, o Banco Central reduz a quantidade de moeda em circulação através da venda de títulos públicos para aqueles que possuem muito dinheiro sobrando. Por outro lado, se o Banco Central quer aumentar a quantidade de moeda em circulação, ele recompra os títulos da dívida pública, devolvendo dinheiro à economia.

## Bibliografia

Anderson, P. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Aristóteles. *A política*. 2ª Ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

Braga, J. C. S. *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capital*. (Coleção Teses). Campinas, SP : Unicamp, IE, 2000.

Carneiro, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002.

Carvalho, F. J. C. *et alii. Economia monetária e financeira. Teoria e política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Costa, Edmilson. “A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão — desarticulação monetário-financeira, depressão prolongada e lutas sociais”. In Pinheiro, M. (Org.) *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo : Outras Expressões, 2012.

Costa, R. *Gramsci e o conceito de hegemonia*. Cadernos do ICP nº 1, Salvador : Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.

Coutinho, C, N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

Dobb, M. *A evolução do capitalismo*. Trad. de Manuel do Rego Braga. (Os Economistas) São Paulo : Abril Cultural, 1983.

Eichengreen, B. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. Trad. de Sergio Blum. São Paulo : Editora 34.

Engels, F. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. *A revolução antes da revolução*. Prefácio de Mauro Luis Iasi. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

Faoro, R. *Os donos do poder. Formação da patronato político brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001.

Fernandes, E. “Gramsci e a política hoje”. In *Gramsci e a formação política*. Cadernos de Estudos ENFF nº 5. São Paulo : ENFF, 2012.

Galbraith, J. K. *Moeda: de onde veio, para onde foi*. Trad. de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pioneira, 1977.

Hilferding, R. *O capital financeiro*. Trad. de Reinaldo Mestrinel. (Os Economistas) São Paulo : Nova Cultural, 1985.

Hill, C. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa : Ed. Presença.

- Hilton, R. Introdução. *A transição do feudalismo para a capitalismo*. Trad. de Isabel Didonnet. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- Hobsbawn, E. J. “A crise geral da economia européia no século XVII”. In Santiago, T. A. *Capitalismo, Transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- Keynes, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Trad. de Mario R. da Cruz. (Os Economistas) São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- Konder, L. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. 2ª Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2009.
- Lenin, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Tradução do coletivo das Edições Avante! Lisboa, Edições Avante!, 1975
- Locke, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. de Julio Fischer. São Paulo : Martins Fontes, 2001.
- Losurdo, D. *Contra-história do liberalismo*. Trad. de Giovani Semeraro. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.
- Manzano, S. “A construção do Euro como um novo “padrão-ouro” e os direitos dos trabalhadores”. In Pinheiro, M. (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo : Outras Expressões, 2012.
- Marx, K. *O Capital*. Vol. 1 e Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982a.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. Trad. de Edgar Malagodi e Leandro Konder. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.
- \_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Trad. de leão Maia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da Crítica da economia política*. Trad. de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. & Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Mascaro, A. L. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.
- Novaes, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1977-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- Oliveira, C. A. B. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. Unesp, Campinas: Unicamp, 2003.

Pinheiro, M. (Org.) *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Polanyi, K. *A grande transformação. As origens da nossa época*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação*. (Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Rousseau, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. de Lourdes Santos Machado. (Os Pensadores) 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Santiago, T. A. *Capitalismo. Transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

Say, J. B. *Tratado de economia política*. Trad. de Balthazar Barbosa Filho. (Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Smith, A. *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. (Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Tavares, M. C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In Tavares, M. C. & Fiori, J. L. (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. & Fiori, J. L. (Orgs) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

Werneck Vianna, S. T. *et alii*. “Carga tributária direta e indireta sobre as unidades familiares no Brasil: avaliação de sua incidência nas grandes regiões urbanas em 1996”. IPEA, Texto para discussão nº 757. Brasília, agosto de 2000.

Wood, E. M. *A origem do capitalismo*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

## Sugestões adicionais de leitura

Para baixar os livros, clique em PDF ou, se não der certo, copie o link e cole no navegador:

- \* [“Introdução à filosofia de Marx”, Lessa & Tonet, São Paulo : Expressão Popular 2011. PDF](#)
- \* [O Revolucionário e o Estudo: por quê não estudamos? \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Proletariado e Sujeito Revolucionário \(Sergio Lessa e Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Cadê os operários? \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [MUNDO DOS HOMENS: trabalho e ser social \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Lukács: ontologia e alienação \(Norma Alcântara\) PDF](#)
- \* [Método científico: uma abordagem ontológica \(Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Estética e ética na perspectiva materialista \(Artur Bispo dos Santos Neto\) PDF](#)
- \* [Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxista \(Artur Bispo dos Santos Neto\) PDF](#)
- \* [Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital \(Maria Cristina Soares Paniago\) PDF](#)
- \* [Marx, Mészáros e o Estado \(Edivânia Melo, Maria Cristina Soares Paniago \(Org.\) e Mariana Alves de Andrade\) PDF](#)
- \* [Abaixo a Família Monogâmica! \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial \(Uelber B. Silva\) PDF](#)
- \* [Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács \(Gilmaisa Macedo da Costa\) PDF](#)
- \* [Marx e a Divisão do Trabalho no Capitalismo \(Liana França Dourado Barradas\) PDF](#)
- \* [Capital e Estado de bem estar: o caráter de classe das políticas públicas \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Sobre o Socialismo \(Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Educação contra o capital \(Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Universidade, ciência e violência de classe \(Artur Bispo dos Santos Neto\) PDF](#)
- \* [Livro didático: a simplificação e a vulgarização do conhecimento \(Maria Lucia Paniago\) PDF](#)
- \* [Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da Revolução \(Orgs: Edna Bertoldo, Luciano Accioly Lemos Moreira e Susana Jimenez\) PDF](#)
- \* [Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje \(Edlene Pimentel\) PDF](#)
- \* [A Necessidade da Educação Física na Escola \(Rosângela Aparecida Mello\) PDF](#)
- \* [O Mundo dos Homens \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Para Compreender a Ontologia de Lukács \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Ciência Marxista do Sujeito \(Klaus Holzkamp\) PDF](#)
  
- \* [Método Científico \(Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Trabalho e Formação do Espaço Urbano \(Ana Nascimento\) PDF](#)
- \* [Lukács: ética e política \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Educação Contra o capital \(Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Ontologia, Dever e Valor em Lukács \(Mariana Andrade\) PDF](#)
- \* [Estado e Capital: uma coexistência necessária \(Fernando Araújo\) PDF](#)
- \* [Marxismo, Religiosidade e Emancipação Humana \(Ivo Tonet\) PDF](#)
- \* [Estado, Política Social e controle do Capital \(Milena Santos\) PDF](#)
- \* [Serviço Social e Trabalho \(Sergio Lessa\) PDF](#)
- \* [Arte e Emancipação: ensaios sobre cinema \(Henrique e Hérica Wellen\) PDF](#)



---

"Vemos, portanto, que no processo de produção, na economia, os homens satisfazem suas necessidades, que aparecem na consciência como desejos, mas que não dependem subjetivamente deles, pois a fome independe do desejo e da vontade, ela é objetiva. Assim como são objetivos os recursos naturais que estão disponíveis, com suas qualidades físico-químicas, sobre as quais os homens deverão aplicar seu trabalho para produzir. Por outro lado, essa ação humana de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades está inserida num dado complexo social, que também não depende da subjetividade do indivíduo. Hoje, quando tenho fome, abro a geladeira, ou vou ao mercado comprar alimentos, não saio com uma lança para coçar um animal ou apanhar uma fruta."

---

**Sofia Manzano** é economista e professora universitária. É uma das editoras da revista *Novos Temas*, diretora do Instituto Caio Prado Jr., membro do conselho editorial do blog *Marxismo21* e integra o conselho editorial da revista *Crítica Marxista*.

Estuda e pesquisa as relações sociais de produção, com foco principal nas relações de trabalho e a constante reiteração das desigualdades no capitalismo atual.

